

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade



*Mestrado em
Desenho, Cultura
e Interatividade*

Stricto Sensu

LAYLA MANUELY LIMA DE SÁ

**ARQUITETURA E MEMÓRIA: A RUA SALES BARBOSA NA
DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE FEIRA DE
SANTANA (1940 a 1980)**

FEIRA DE SANTANA - BAHIA

2025

LAYLA MANUELY LIMA DE SÁ

**ARQUITETURA E MEMÓRIA: A RUA SALES BARBOSA NA
DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE FEIRA DE
SANTANA (1940 a 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Área de Concentração em Desenho, Registro e Memória Visual, Linha de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Representação e Memória, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto Lima Ferreira.

**FEIRA DE SANTANA - BAHIA
2025**

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S113a

Sá, Layla Manuely Lima de

Arquitetura e memória: a Rua Sales Barbosa na dinâmica do desenvolvimento urbano de Feira de Santana (1940-1980) / Layla Manuely Lima de Sá. – 2025.

111 f.: il.

Orientador: Carlos Augusto Lima Ferreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Feira de Santana, 2025.

1.Arquitetura. 2.Fachadas - Art Déco. 3.Desenvolvimento urbano.
4. Memória coletiva. 5.Bens culturais e históricos. I. Ferreira, Carlos Augusto Lima, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 72.6(814.22)

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077

LAYLA MANUELY LIMA DE SÁ

**ARQUITETURA E MEMÓRIA: A RUA SALES BARBOSA NA
DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE FEIRA DE
SANTANA (1940 A 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade, avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



CARLOS AUGUSTO LIMA FERREIRA
Data: 16/10/2025 10:39:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.: Doutor Carlos Augusto Lima Ferreira
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (orientador)

Documento assinado digitalmente



CLOVIS FREDERICO RAMAIANA MORAES OLIVEIR
Data: 20/10/2025 09:55:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.: Doutor Clovis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Departamento de História

Documento assinado digitalmente



MARIA DA GRAÇA RODRIGUES DOS SANTOS
Data: 16/10/2025 21:42:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a: Doutora Maria da Graça Rodrigues dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Departamento de Letras e
Artes

Aprovada em: 29 de abril de 2025

**FEIRA DE SANTANA – BAHIA
2025**

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer que escrever uma dissertação é um caminho solitário. E, de fato, em muitos momentos estive só. Mas carrego comigo meus pais, Márcio Alex e Lice Laise, e meus irmãos, Laís Marcieli (*em memória*), Alex Matheus e Maria Louise. Estão comigo no que escolho, no que traço, no que construo, me apoando, me impulsionando e me lembrando de não desistir.

Não posso deixar de registrar a gratidão que sinto, por Nossa Senhora, a quem recorri tantas vezes em minhas orações, buscando direcionamento e serenidade para minhas escolhas.

Às minhas amigas Maríllia Sampaio e Rebeca Oliveira, pelo apoio constante em diferentes etapas da pesquisa. Aos poucos e bons amigos que a vida me deu ao longo dessa jornada no mestrado, em especial Janmile Almeida, Camila Santana e Eduardo Santana. Estendo ainda minha gratidão a todos que, de alguma forma, estiveram presentes ao longo da caminhada.

Sou grata à banca examinadora, Dr. Clóvis Ramaia e Dr^a. Maria da Graça Rodrigues, pelas contribuições tão valiosas para o aprimoramento deste trabalho. E, especialmente, ao meu orientador, Dr. Carlos Augusto, por sua paciência, sabedoria e por acreditar no meu potencial em cada etapa desse percurso.

Este trabalho é fruto de um esforço individual, mas sobretudo de uma rede de amor, apoio e aprendizado que nunca esquecerei.

RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações urbanas da Rua Sales Barbosa, em Feira de Santana (BA), entre 1940 e 1980, investigando como as mudanças no espaço urbano impactaram os bens históricos e culturais e a memória coletiva da área. Seu objetivo é evidenciar as alterações urbanas e arquitetônicas que modificaram a estrutura física da rua, especialmente as fachadas com características Art Déco, introduzidas como parte do processo de modernização da área. Contudo, essas fachadas não resistiram às demandas comerciais e à utilização intensiva para publicidades, resultando na descaracterização do local. A pesquisa fundamenta-se em conceitos de valores associados ao patrimônio, memória coletiva e transformações urbanas, explorando o desenvolvimento urbano feirense. A pesquisa de abordagem qualitativa, utiliza a análise bibliográfica e documental, além do estudo comparativo para o entendimento das modificações em diferentes épocas, utilizando fotografias e plantas arquitetônicas da rua Sales Barbosa. Como conclusão, destaca-se que as transformações urbanas, impulsionadas pela especulação comercial e pela ausência de uma política de proteção mais abrangente, levaram à descaracterização de elementos arquitetônicos e à fragilização da memória coletiva associada à Rua Sales Barbosa. A dissertação reforça a importância de estratégias de preservação que considerem não apenas os bens tombados, mas também as edificações que, embora não protegidas oficialmente, possuem valor histórico e cultural significativo.

Palavras-chave: Sales Barbosa. Desenvolvimento Urbano. Memória Coletiva. Bens Culturais e históricos.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the urban transformations of Rua Sales Barbosa, in Feira de Santana (Bahia, Brazil), between 1940 and 1980, investigating how changes in the urban space impacted the area's historical and cultural assets as well as its collective memory. Its aim is to highlight the urban and architectural changes that altered the street's physical structure, especially the Art Deco-style façades introduced as part of the area's modernization process. However, these façades did not withstand commercial demands and the intensive use of the space for advertising, resulting in the loss of its original character. The research is grounded in concepts related to heritage values, collective memory, and urban transformations, exploring the development of Feira de Santana's urban landscape. Adopting a qualitative approach, the study employs bibliographic and documentary analysis, along with comparative methods to understand changes over time, using photographs and architectural drawings of Rua Sales Barbosa. As a conclusion, it highlights that urban transformations—driven by commercial speculation and the absence of a more comprehensive protection policy—led to the deterioration of architectural elements and the weakening of the collective memory associated with Rua Sales Barbosa. The dissertation underscores the importance of preservation strategies that take into account not only officially listed heritage assets but also buildings that, while not legally protected, hold significant historical and cultural value.

Keywords: Sales Barbosa. Urban Development. Collective Memory. Cultural and Historical Assets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fotografia da rua Sales Barbosa em frente a cadeia velha, utilizada para exemplificar a leitura das fotografias	21
Figura 2- Fotografia da rua Sales Barbosa próximo ao prédio do INSS, utilizada para exemplificar a leitura das fotografias	22
Figura 3 - Foto aérea Av. Getúlio Vargas (s/d)	31
Figura 4- Antes e depois da Avenida Getúlio Vargas. Na primeira foto retrata-se a antiga Igreja Senhor dos Passos e o casarão da família Pedreira (s/d), a segunda foto representa a abertura da Avenida Getúlio Vargas, de um lado a “nova” Igreja Senhor dos Passos e do outro lado a prefeitura (1980).....	32
Figura 5 - Imagem do Centro de Abastecimento	37
Figura 6 - Feira livre na Rua Sales Barbosa, ao lado do Mercado Municipal, atual Mercado de Arte Popular	45
Figura 7- Rua Sales Barbosa 1976	47
Figura 8- Dia de feira livre, Rua Sales Barbosa e Getúlio Varga, 1972	48
Figura 9- Rua Sales Barbosa com a presença de camelôs fora do dia de feira livre	49
Figura 10- Projeto Calçadão Sales Barbosa	50
Figura 11- Corte “2.2” projeto calçadão rua Sales Barbosa.....	51
Figura 12- Detalhamento projeto calçadão rua Sales Barbosa	51
Figura 13- Calçadão Sales Barbosa ainda em construção (1979)	52
Figura 14- Rua Sales Barbosa	53
Figura 15- Hôtel d'un Collectionneur na exposição de 1925, projetado por Pierre Patout.....	70
Figura 16- Casa Modernista projetada por Gregori Warchavchik, 1927	71
Figura 17- Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Conhecido como a maior estatua no estilo Art Déco no Brasil	72
Figura 18- O uso do Escalonamento na fachada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, RS	75
Figura 19- Fachada com platibanda decorada e uso de frisos em Cordisburgo, Minas Gerais.....	76
Figura 20- Fachada com o uso de marquises no acesso principal e janela. Cordisburgo, Minas Gerais.....	76
Figura 21- Balcões na fachada em Blumenau (SC)	77
Figura 22- Coluna (1) na fachada do Despojo ornamental na Faculdade de direito de Florianópolis (SC)/ Volume retos e simples (2) Despojo ornamental no edifício da	

Secretaria Geral do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá (MT) / Acesso principal centralizado (3) no Edifício da Associação Comercial do Amazonas em Manaus (AM)/ Zigzag (4) na fachada da Prefeitura Municipal de Xanxarê (SC)/ Óculos (5) na fachada do Edifício do Grande Hotel em Sete Lagoas (MG)	77
Figura 23- Fábrica de Charutos Pimentel, Muritiba (BA).....	79
Figura 24- Mercado Municipal, Xique-Xique (BA)	79
Figura 25- Elevador Lacerda, Salvador (BA).	80
Figura 26- Instituto Cacau da Bahia, Salvador (BA)	80
Figura 27- Edifício Oceania, Salvador (BA).....	81
Figura 28- Antiga Usina de Algodão	81
Figura 29- Fachada Decorada da rádio Cultura.....	82
Figura 30- Rua Sales Barbosa com o Mercado de Arte Popular, primeira edificação do lado direito (s/d).	83
Figura 31- Planta técnica da fachada nº82, em estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1946, responsável técnico Milton M. Carvalho, fachada comercial.	84
Figura 32- Planta técnica da fachada residencial nº23, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1948, responsável técnico Milton M. Carvalho, propriedade de Christina Santanna.....	85
Figura 33- Planta técnica da fachada residencial nº 97, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico José Joaquim Lopes de Brito, propriedade de Elias Moreira. Valor da construção Cr\$ 30.000,00.	85
Figura 34- Planta técnica da fachada comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico Milton M. Carvalho.	86
Figura 35- Planta técnica ponto comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico Milton M. Carvalho.	87
Figura 36- Planta técnica da fachada comercial nº38, estilo Art Déco na Rua Sales Barbosa, datada de 1955, responsável técnico José Joaquim Lopes de Brito	88
Figura 37- Planta técnica da fachada comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão. Valor da construção Cr\$ 400.000,00.....	89
Figura 38- Planta técnica estabelecimento comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão	89
Figura 39- Planta técnica da fachada (s/n), estilo Art Déco na Rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão. Valor da construção Cr\$ 300.000,00.....	90
Figura 40- Planta técnica estabelecimento comercial, planta baixa e fachada na rua	

Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão.....	90
Figura 41-Planta técnica da fachada comercial nº 46, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1960, responsável técnico Eraldo Gama Lobo.....	91
Figura 42- Planta técnica da fachada comercial nº 64, na rua Sales Barbosa, datada de 1973, responsável técnico Florisbesto Ferreira de Cerqueira, propriedade de Santana e Martins LTDA	92
Figura 43- Rua Sales Barbosa década de 1980	93
Figura 44- Rua Sales Barbosa, demonstrando a descaracterização das fachadas	93
Figura 45- Exemplo observando a publicidade nas fachadas conforme Lei n º 6.093 de 22 de dezembro de 2015.....	96
Figura 46- Localização da Rua Sales Barbosa no centro de Feira de Santana, indicando os patrimônios culturais tombados pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) situados na região próxima ao objeto de estudo.	98
Figura 47- Patrimônios Culturais Tombados próximos a Rua Sales Barbosa Mercado de Arte Municipal (1), Casarão Fróes da Mota (2), Coreto da Praça Fróes da Mota (3), Coreto as Praça Bernardino Bahia (4), Igreja Nossa Senhora dos Remédios (5), Escola Maria Quitéria (6).....	99
Figura 48- Fachada oculta por publicidade na Rua Sales Barbosa	100

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Planta de Feira de Santana (1887), evidenciando a localização e o traçado das primeiras ruas da cidade. A rua Conselheiro Franco (antiga rua Direita), Marechal Deodoro e Rua Sales Barbosa (Rua do Meio) e a Avenida Senhor dos Passos (antiga rua Barão de Cotegipe).....	27
Mapa 2- Centro de Feira de Santana e a feira livre em frente ao mercado de artes década de 1960.	28
Mapa 3- Localização de Feira de Santana.....	30
Mapa 4 - Mapa elaborado por Santo (2012), que ilustra a expansão da mancha urbana de Feira de Santana.....	33
Mapa 5- Mapa localização do CIS	34
Mapa 6- Mapa com a localização do Centro de Abastecimento	36
Mapa 7- Localização da rua Sales Barbosa no centro de Feira de Santana	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM FEIRA DE SANTANA E O REFLEXO NA RUA SALES BARBOSA	26
1.1 FEIRA DE SANTANA E AS DINÂMICAS DO CRESCIMENTO URBANO	26
1.1.1 Instrumentos de Urbanização em Feira de Santana	39
1.2 DE RUA DE BAIXO A RUA SALES BARBOSA	44
2 ENTRE PRESERVAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	55
2.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO E A AUSÊNCIA DE TESTEMUNHOS HISTÓRICOS.....	55
2.2 ARQUITETURA, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA	62
3 A ARQUITETURA DA RUA SALES BARBOSA: ESTILOS E TRANSFORMAÇÕES	69
3.1 A ARQUITETURA DA RUA SALES BARBOSA ENTRE 1940 E 1980	69
3.2 RECONSTRUINDO A RUA: ANALISE DAS FACHADAS	83
3.2.1 Caminhos e Desafios para a Conservação De Fachadas Históricas.....	94
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Ao adotar uma nova abordagem em meu trabalho como arquiteta, percebi uma mudança significativa no comportamento dos clientes durante o processo de *briefing*¹, quando inseri uma nova prática². Comecei a inserir elementos afetivos nos projetos, como memórias de infância, influências culturais ou memórias de viagem, que os fizessem rememorar alguns momentos de suas vidas. Essa abordagem resultou em um vínculo entre cliente e projeto, mesmo ainda em fase de estudo preliminar. Os questionamentos que surgiram após essas análises se relacionam a como esse fenômeno ocorre em um contexto mais amplo, no espaço urbano.

Motivada por uma curiosidade pessoal, as reflexões sobre a preservação da cultura, história e da memória coletiva no espaço urbano da cidade tornaram-se ainda mais recorrentes após observar recentes modificações em áreas urbanas que costumava frequentar, como o centro de Feira de Santana, especialmente a Rua Sales Barbosa. A busca por compreender quais memórias configuram o espaço dessa rua, levou à constatação de que o local tem sido palco de transformações, desde o início do século XX, sobretudo na década de 1940, com as primeiras plantas de fachadas que revelam o uso da linguagem Art Déco no local. Essa vertente arquitetônica, marcada pela diversidade de elementos compositivos, foi adotada como objeto de análise desta pesquisa, evidenciando a arquitetura presente na Rua Sales Barbosa no período estabelecido.

O século XX trouxe várias transformações urbanas a Feira de Santana, como a abertura de novas vias, a retirada da feira livre e projetos de requalificação na área central, impulsionados pelos ideais de embelezamento e pela chegada das indústrias. Movimento comum em muitas cidades brasileiras desde a década de 1930, que visava alinhar as cidades aos ideais de modernidade associados à industrialização (Bruno, 2020).

No entanto, essas mudanças provocam ajustes na configuração urbana, frequentemente removendo elementos considerados incompatíveis com a nova estética, como por exemplo a feira livre, vista por alguns como símbolo fundador de Feira de Santana, para outros, representava um obstáculo ao progresso³ urbano. Além disso, modifica-se também as edificações, alinhando-se as novas técnicas e formas construtivas.

¹ Coleta de informações dos clientes para a construção do projeto

² De modo geral, a coleta de informações não se aprofunda nas experiências passadas das pessoas envolvidas no projeto.

³ Nesta dissertação, a ideia de progresso está vinculada ao desenvolvimento urbano e à infraestrutura, sendo observada a partir das transformações ocorridas em Feira de Santana. A ideia de progresso de manifesta nas mudanças espaciais que reconfiguram a cidade ao longo do tempo.

No século XIX, a Rua Sales Barbosa era uma extensão da Rua Marechal Deodoro, compondo a chamada Rua do Meio (Nery, 2023). No início do século XX, tem-se a abertura da Avenida Getúlio Vargas, um dos principais eixos urbanos de Feira de Santana. A avenida, que atravessou a antiga Rua do Meio, aumentou o fluxo de pessoas e promoveu mudanças na dinâmica da cidade. Esse movimento estimulou intervenções construtivas que refletem no alargamento de ruas e na incorporação de diferentes soluções técnicas.

No final da década de 1930, observa-se a construção de normativas de administração pública, como o Código de Posturas de 1937⁴. Este instrumento foi elaborado com o intuito de alinhar a cidade aos ideais progressistas da época, promovendo a modernização⁵ da arquitetura e organização espacial das vias (Lima, 2014). Embora elaborado antes do período recortado para este estudo, os efeitos do Código tornaram-se evidentes na década de 1940, quando surgem as primeiras plantas arquitetônicas das fachadas da Rua Sales Barbosa. Essas plantas, utilizadas como base de análise nesta pesquisa, marcam o início do recorte temporal, justificando a escolha da década de 1940 como ponto de partida para compreender as transformações urbanas na área.

Ainda dentro do recorte temporal, tem-se a expansão industrial, que impulsionou tanto o crescimento demográfico, com a chegada de novas pessoas na cidade, quanto a urbanização, modificando a dinâmica de Feira de Santana (Azevedo, 2015). Essas transformações influenciaram diretamente a rua, servindo de justificativa para intervenções urbanísticas voltadas à requalificação do espaço, com foco na estética e na higiene, o que na década de 1970 colaboraram para a construção do calçadão no objeto de estudo.

O desejo por renovação urbana observado em Feira de Santana também se manifestava em outras cidades. Em Salvador, por exemplo, a década de 1930 foi marcada pela Semana de Urbanismo de 1935, um evento voltado a discutir os problemas urbanos locais. Nele, foram apresentados conceitos de “cidade errada”, associada à desorganização funcional e estética, e “cidade certa”, voltada à reorganização das composições arquitetônicas e à setorização urbana, propondo uma dinâmica mais eficiente e harmoniosa (Costa, 2015). Essas iniciativas mostram que as mudanças na Rua Sales Barbosa faziam parte de um movimento comum a várias cidades brasileiras.

⁴ Código de Posturas do município – Decreto-Lei Nº 1, de 29 de dezembro de 1937.

⁵ No contexto de Feira de Santana, observa-se que a modernização é um processo que se deu por meio de intervenções no espaço urbano, remodelações arquitetônicas e alterações nos usos do solo.

Nas décadas seguintes a rua Sales Barbosa continuou a se transformar. Nery (2023) relata que, entre 1950 e 1980, alguns pontos específicos cooperaram para as modificações, como a proibição das boiadas que passavam pela rua e a retirada da feira livre para o centro de abastecimento (ver mapa 2).

A década de 1980 marca a conclusão da construção do calçadão, iniciado no final da década de 1970, e o início de novas dinâmicas, como o retorno de feirantes ao local, anteriormente realocados para o Centro de Abastecimento, reestabelecendo práticas similares às da antiga feira livre. No entanto, esta pesquisa não se estende para além de 1980, uma vez que as transformações posteriores demandariam uma investigação aprofundada sobre questões como a nova configuração da feira livre, o que marca um segundo momento da rua, e não condiz com os objetivos desse trabalho.

Como mencionado, dentro do recorte temporal, a Rua Sales Barbosa passou por transformações, como a implantação do calçadão e as primeiras reformas de fachadas, especialmente na década de 1940. Muitas dessas intervenções apresentavam elementos da arquitetura Art Déco, tema discutido com maior profundidade no Capítulo 3. Contudo, ao longo dos anos, essas fachadas sofreram descaracterizações na sua forma física, que embora não sejam oficialmente intituladas como patrimônios culturais, representavam parte importante da história da Rua Sales Barbosa, evidenciando as iniciativas modernizantes que marcaram a área.

Diante das transformações e frequente descaracterização das edificações comerciais e residenciais, a pesquisa utiliza plantas arquitetônicas disponíveis no Arquivo Público Municipal e no Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (CEDOC-UEFS). As plantas documentam projetos e características das fachadas ao longo do tempo, enquanto as fotografias complementam a análise, evidenciando a gradual perda das edificações e ilustrando o processo de transformação urbana, no contexto histórico do local.

Como não há plantas arquitetônicas disponíveis para o período de 1980, as fotografias são utilizadas para demonstrar as descaracterizações das fachadas ocorridas nesse período. Assim sendo, as 37 plantas arquitetônicas da rua, tornam-se fontes documentais necessárias para compreender a configuração da Rua Sales Barbosa no período analisado. Complementadas por fotografias que registram as transformações urbanas, sendo essas os principais instrumentos de análise deste estudo.

Além das transformações mencionadas, a rua foi por décadas, um espaço ocupado pela feira livre. Apesar de não ser o foco principal desta pesquisa, a presença da feira livre

integra o contexto histórico do local e evidencia disputas territoriais que marcaram o centro da cidade. Nesse sentido, a Rua Sales Barbosa era um local que retratava as transformações urbanas de Feira de Santana, evidenciando o grau do desenvolvimento urbano, resultando na ausência física de bens culturais, e no enfraquecimento das relações entre memória e espaço.

Tendo em vista os eventos mencionados, a questão de pesquisa que orienta este trabalho constitui-se da seguinte forma: De que maneira as transformações urbanas, entre 1940 e 1980, influenciaram a configuração dos bens históricos e culturais materiais dispostos na Rua Sales Barbosa?

Dessa forma, o estudo tem como objetivo principal evidenciar e analisar as constantes transformações urbanas e arquitetônicas da rua Sales Barbosa, relacionando bens históricos e culturais, memória e história. Dos objetivos específicos, o estudo buscou analisar o processo histórico da rua Sales Barbosa; explorar os instrumentos de transformações urbanas de Feira de Santana; e como esses contribuíram para as transformações no objeto de estudo entre 1940 e 1980, com base em registros históricos e documentais, relacionando à memória coletiva. Além disso, buscou analisar por meio da comparação entre fotografias e plantas arquitetônicas de diferentes épocas, as mudanças e continuidades no tecido urbano local.

No âmbito acadêmico e no campo dos estudos sobre a urbanização de Feira de Santana, esta pesquisa oferece subsídios para futuras investigações, ao documentar e refletir teoricamente sobre as intervenções arquitetônicas que moldaram a Rua Sales Barbosa, contribuindo para a valorização da memória coletiva e do patrimônio histórico da cidade.

Inserida em um panorama mais amplo de análise urbana, a pesquisa evidencia transformações pouco discutidas, reunindo literatura, imagens e registros técnicos que ampliam o acervo acadêmico sobre arquitetura e urbanismo no contexto feirense. A análise da Rua Sales Barbosa, portanto, pode servir de base para reflexões sobre outras áreas do município e subsidiar discussões sobre políticas públicas voltadas à preservação e à memória urbana em Feira de Santana e em contextos similares.

Em relação à metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem qualitativa. De acordo com um quadro elaborado por Andrade (2020, p.34) as características que definem a abordagem qualitativa incluem: contato direto do pesquisador com o campo de estudo; captação dos universos simbólicos ou dos significados que as pessoas atribuíram aos fenômenos; compreensão dinâmica e

processual do fenômeno; pequenos grupos de entrevistados; valorização da subjetividade; ênfase nos vestígios e pormenores; análise dos processos; não preocupação com quantificações ou medições; uso de narrativas e imagens; estudo de temas vinculados a questões comportamentais do ser humano; flexibilidade e, por fim, hipóteses como balizadora.

Dessa forma, a pesquisa se aproxima da análise fornecida por Andrade (2020), uma vez que utiliza da valorização da subjetividade, ênfase nos vestígios pormenores, não tem uma necessidade e um compromisso com o quantitativo, além disso utiliza narrativas e imagens.

A pesquisa utilizou a análise bibliográfica e documental. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica se configura com a exploração de trabalhos existentes. Dado que um dos objetivos do estudo foi a análise histórica da Rua Sales Barbosa, foi fundamental utilizar estudos que conectassem a ampla gama de características da rua.

No que diz respeito à pesquisa documental, Gil (2008) descreve que não se limita à revisão bibliográfica, mas também incorpora dados ainda não analisados, como fotografias, gravações, reportagens de jornal, desenhos e outros materiais⁶.

Como estratégia de análise, optou-se pelo estudo comparativo, utilizando fotografias e projetos arquitetônicos e urbanísticos da época, os quais se mostraram apropriados para esta pesquisa, uma vez que, ao abordarmos as transformações urbanas no recorte temporal, comparar as diferentes épocas tornou-se necessário. Dito isso, os dados de análise por meio de plantas e fotografias, nos proporciona tal comparação. Gil (2008) destaca que esse método é escolhido devido à sua capacidade de viabilizar a análise comparativa de amplos grupos sociais, mesmo quando separados por marcos temporais.

Para realizar a análise, os dados foram coletados em acervos secundários, incluindo dissertações, teses, livros e artigos disponíveis em plataformas acadêmicas, como a Plataforma Sucupira, desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, foram realizadas visitas a órgãos públicos, como a Prefeitura de Feira de Santana, o Arquivo Público Municipal, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e a Biblioteca Central Julieta Carteado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e ainda o Centro de Documentação e Pesquisa da UEFS (CEDOC-UEFS) para a obtenção de fotografias, desenhos arquitetônicos e plantas das casas

⁶ A pesquisa documental favoreceu a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos, teve menor custo, permitiu a investigação dos processos de mudança social e cultural e proporcionou conhecimento sobre o passado.

comerciais e fachadas presentes na Rua Sales Barbosa.

Após a definição dos métodos, instrumentos e a coleta de dados, os componentes coletados passaram pelo processo de codificação. O processo envolve a organização dos materiais e a divisão de grupos que condizem com o mesmo ano de confecção e/ou descrição do local por meio de texto.

Assim sendo, o trajeto realizado para a coleta e análise dos dados seguiu o seguinte passo a passo:

1. Levantamento dos acervos com fotografias e plantas arquitetônicas produzidas entre as décadas de 1940 e 1980;
2. Organização e agrupamento do material coletado por década;
3. A partir dessa organização inicial, foi feita uma seleção das plantas e fotografias que seriam utilizadas na dissertação, com base na sua relevância para a análise teórica e na representação das transformações ocorridas ao longo do tempo. Foram excluídos os materiais que não dialogavam diretamente com os objetivos da pesquisa e com baixa visibilidade;
4. Para abranger a diversidade de características arquitetônicas presentes nos projetos da Rua Sales Barbosa, as plantas foram analisadas e separadas com foco nos exemplares que evidenciam variações dentro da linguagem Art Déco, buscando representar a pluralidade do que havia na rua no período estudado. Vale ressaltar que foram excluídas da análise aquelas plantas que estão fora do recorte temporal ou com elementos redundantes em relação a outras.

A tabela a seguir apresenta as plantas localizadas, o ano de produção, a indicação de uso na análise e uma breve justificativa para essa escolha:

Quadro 1- Plantas coletadas e utilizadas na análise comparativa (1940–1980)

Década	Quantidade de plantas encontradas	Plantas utilizadas na pesquisa	Ano das plantas utilizadas	Justificativa da escolha
1940	14	4	1946, 1948, 1949, 1949	1946- Primeiro registro arquitetônico das transformações na Rua Sales Barbosa, com características do Art Déco; 1948 e 1949 – Únicas plantas residências encontradas durante as cinco décadas, demonstrando

				um padrão entre as plantas; 1949- Primeira planta encontrada com mais de 1(um) pavimento, contendo elementos diferentes das demais, como o uso de balcão.
1950	15	3	1955, 1959, 1959	1955- Utilizada por apresentar elementos singulares em relação às demais plantas do acervo, permitindo ampliar o entendimento das diferentes características arquitetônicas da rua; 1959 e 1959- Utilizada por apresentar elementos singulares em relação às demais plantas do acervo, permitindo ampliar o entendimento das diferentes características arquitetônicas da rua, ambas contendo mais de 1(um) pavimento;
1960	7	1	1960	1960- Utilizada pois reaproxima da linguagem Art Déco, e representa elementos singulares.
1970	1	1	1973	1973- Única planta encontrada da década de 1970, contendo uma simplificação da fachada, no entanto mantendo na platibanda a referência ao Art Déco
1980	0	0		Até o momento da pesquisa, não foram encontradas plantas da década de 1980. Por isso, foram utilizadas fotografias que caracterizam e demonstram as transformações das fachadas nesse período

Fonte: Elaboração da autora com base em documentos e plantas coletados em órgãos públicos e acervos institucionais (2023–2025).

Além dessas, utilizou-se o projeto de requalificação do calçadão da década de 1970, um marco nas transformações da rua. Concedidas pelo SEPLAN, as plantas serão analisadas sob um olhar técnico, evidenciando suas características arquitetônicas.

Com relação às fotografias, optou-se por selecionar fotos que retratam a dinâmica e a espacialidade da Rua Sales Barbosa e o entorno com a maior clareza possível, excluindo aquelas de baixa qualidade visual, exceto quando se tratavam de imagens que marcam

momentos importantes como por exemplo o antes e depois do calçadão, a feira livre na rua, o centro de abastecimento, e outros momentos que sinalizam o processo de desenvolvimento do local.

A fotografia pode ser compreendida como o congelamento de um momento específico do passado, um recorte que captura o instante com todos os seus detalhes e símbolos (Santaella, 2012). Longe de ser uma *tábula rasa*, a fotografia é carregada de significados, sendo permeada por signos socialmente construídos. Por isso, a análise semiótica ajuda a entender os sinais e símbolos que aparecem nas fotos da Rua Sales Barbosa, mostrando como elas revelam o contexto social da época em que foram feitas e permitem comparar o que havia antes e o que mudou ao longo do tempo.

Para interpretar uma imagem fotográfica, Santaella (2012) propõe três níveis de leitura: inicialmente, o tipo de sentimento que a imagem provoca; em seguida, a identificação do motivo, ou seja, o que está sendo fotografado; e, por fim, o terceiro nível, que é quando passamos a “ler” a foto. Nesse estágio, busca-se compreender e interpretar a composição, a atmosfera, a luz, as sombras, e outros elementos visuais, além de considerar o contexto em que a foto foi capturada.

Ana Maria Mauad (1996, p.8) entende a fotografia como um “testemunho válido”, ou seja, um documento do passado que ajuda as futuras gerações e os pesquisadores a enxergarem como era uma determinada época. Ao analisar as fotografias, ela as organiza por tipo de produção (como fotos de família, de eventos, em movimento etc.) e destaca que tudo o que aparece nelas é resultado de construções sociais. Para a autora, é preciso dar significado aos sinais que aparecem nas imagens, relacionando-os com o contexto social e histórico em que foram feitos. Assim, a fotografia ganha força como fonte de informação e como documento cheio de sentidos.

As imagens a seguir serão usadas para exemplificar essa leitura semiótica, com base nas contribuições de Santaella (2012) e Mauad (1996):

Figura 1- Fotografia da rua Sales Barbosa em frente a cadeia velha, utilizada para exemplificar a leitura das fotografias



Fonte: Livro História nas Lentes: Feira de Santana pelo olhar do fotógrafo Antônio Magalhães.

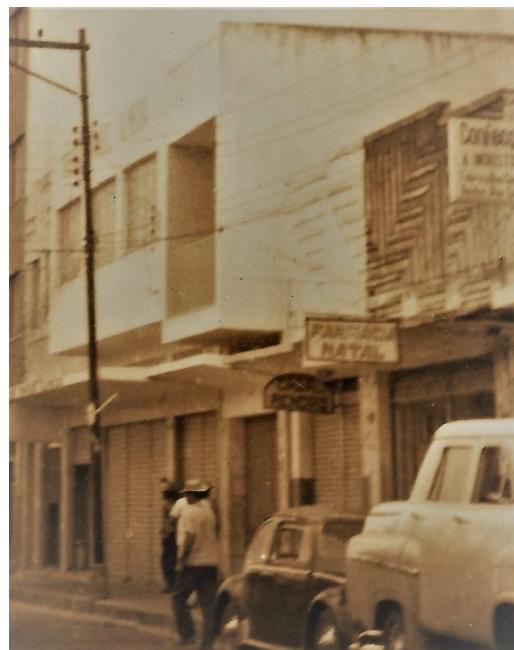
A imagem nos leva a compreender a realização de uma cerimônia oficial de caráter cívico-militar. A legenda da fotografia informa que se trata da Banda Euterpe Feirense e do Tiro de Guerra, durante a gestão do prefeito Heráclito Dias de Carvalho. O evento ocorre diante da antiga Cadeia Velha, posteriormente substituída pelo prédio do INSS.

À esquerda, observa-se a banda posicionada com seus instrumentos; ao centro, em frente à cadeia, homens uniformizados pertencem ao Tiro de Guerra. Há também a presença de homens vestindo ternos brancos, que possivelmente ocupavam cargos administrativos da época, e pessoas com vestimentas mais simples que parecem ser possíveis moradores da cidade.

A imagem não aborda uma data explícita, no entanto alguns elementos sugerem que tenha sido registrada entre os anos de 1930 a década de 1940. O primeiro elemento a denunciar a temporariedade da fotografia é a própria gestão do prefeito citado, e ainda, apesar da baixa visibilidade da arquitetura, a foto apresenta algumas características de uma arquitetura com telhado aparente e uso de arco no acesso principal, o que a partir de 1940 começa assumir outros elementos. Além disso, a pavimentação em paralelepípedos indica que o registro foi feito antes da implementação do calçadão, e a ausência de barracas de feira, que mais tarde ocupariam a via — como será mostrado em fotografias das décadas seguintes — reforça esse entendimento.

Nesse contexto, a Rua Sales Barbosa é escolhida como cenário de um evento oficial, marcado por uma configuração de disciplina militar. Ao fundo, a presença da Cadeia Velha reforça um sentido de autoridade, compondo no espaço urbano à ideia de controle social e poder público.

Figura 2- Fotografia da rua Sales Barbosa próximo ao prédio do INSS, utilizada para exemplificar a leitura das fotografias



Fonte: Núcleo de preservação da memória feirense – Rollie Poppino
<https://www.facebook.com/nucleorolliepoppino/photos/gm.260090095891573/143039997863335>

Diferente da Figura 1, a Figura 2 sugere certa monotonia na Rua Sales Barbosa. Os elementos visuais apontam para uma modernização do espaço, marcada por uma arquitetura que se distancia daquela registrada na imagem anterior. No lado esquerdo, aparece um recorte do prédio do INSS, erguido onde antes funcionava a antiga Cadeia Velha, indicando que os registros fotográficos foram feitos em pontos próximos.

As placas comerciais revelam o uso intensivo da rua como eixo de comercialização. Nota-se ainda o aparecimento de vestígios da linguagem Art Déco, especialmente na fachada da “Farmácia Natal”, cuja platibanda apresenta elementos decorativos como zigue-zague e escalonamento, elemento abordados por Correia (2010) como características do Art Déco:

Entre os recursos que integraram o repertório formal do art déco na arquitetura situam-se: marquises; balcões em balanço; colunas, frontões,

óculos, capitéis, pilastras, platibandas e volutas de formas simplificadas; gradis e caixilhos de metal, inclusive do tipo basculante; ornatos em alto ou baixo relevo representando formas geométricas, temas florais simplificados ou linhas retas ou em ziguezague; uso cenográfico da luz através do néon ou de vitrais; texturas nas superfícies; padrões esquemáticos de cores; volumes, vãos e superfícies escalonadas (Correia, 2010, p.15).

As portas fechadas e a baixa movimentação sugerem que a foto foi tirada fora do horário comercial, possivelmente em um feriado ou fim de semana. Apesar da ausência de data precisa, é possível situá-la entre os anos 1950 e 1960, uma vez que o prédio do INSS já havia sido construído e, na década de 1960, passou a abrigar a Câmara de Vereadores em seu último pavimento⁷.

A decisão de utilizar plantas arquitetônicas e fotografias surgiu como uma necessidade durante a pesquisa, a fim de alcançar os objetivos propostos. Embora as plantas revelem as intenções arquitetônicas para o local, nem sempre estão disponíveis para todos os períodos estudados e, por si só, não mostram de forma clara algumas mudanças na rua, como alterações na calçada, fachadas e intervenções decorrentes da publicidade. Nesse contexto, as fotografias auxiliam permitindo relacionar essas transformações ao contexto histórico de cada período e compreender melhor a evolução da rua.

A fim de responder ao objetivo de analisar o processo histórico da rua e explorar os instrumentos de transformações urbanas em Feira de Santana, o primeiro capítulo aborda o desenvolvimento urbano no município ao longo do século XX, com destaque para a rua Sales Barbosa entre 1940 e 1980, tendo em vista instrumentos que auxiliam nas modificações urbanas e moldaram o objeto de estudo. Nesse cenário, o primeiro capítulo utilizou de autores como Carmo (2016) e seu livro *A Urbanização e os Aglomerados Subnormais de Feira de Santana*, o autor investiga as motivações por trás das transformações urbanas em Feira de Santana. Muitas dessas mudanças ocorreram dentro do recorte temporal estabelecido, incluindo a chegada do Centro Industrial do Subaé (CIS).

Santo (2012), em sua tese: *A Expansão Urbana, O Estado E As Águas Em Feira De Santana – Bahia (1940 – 2010)* corrobora as observações de Carmo (2016), explorando a expansão urbana da malha feirense e analisando instrumentos como o Plano Diretor Local Integrado (PDLI) de Feira de Santana, que também forneceu subsídios para

⁷ Informação retratada no site: <https://blogdafeira.com.br/home/2019/09/01/edificio-do-inss-esta-fechado-ha-seis-anos-camara-de-vereadores-de-feira-de-santana-funcionou-no-ultimo-andar/>

as transformações na área de estudo. Além disso, um dos elementos mais significativos nas mudanças do centro da cidade foi a retirada da feira livre, analisada com base nos escritos de Moreira (1996): *Projeto memória da feira livre de Feira de Santana: outras palavras* e do mesmo autor, tem-se *Caminhos históricos da Feira de Feira de Santana: origens e secularidades* (1992), ambas as obras fundamentam a história de Feira de Santana e suas transformações ao longo do tempo, expondo as estratégias e motivações utilizadas.

E ainda, buscando compreender as modificações específicas relacionadas à Rua Sales Barbosa, utilizou-se a pesquisa de Carlos Lima (2014), intitulada *De Luzes e Becos: Cartografias, Itinerários e Imagens do Complexo Rua do Meio (1940-1960)*. Nesse trabalho, o autor resgata memórias ao caminhar pela Rua Sales Barbosa, descrevendo as características e elementos encontrados, auxiliando para o entendimento do contexto histórico do local. Além disso, foram considerados estudos recentes, como a obra de Barbara Nery (2023), *Feira de Santana: O Redesenho e a (Re)Construção da Imagem da Cidade a Partir do Projeto Novo Centro (2020-2022)*, que analisa as transformações recentes da Rua Sales Barbosa e revisita eventos passados. Esses autores contribuíram significativamente para compreender as motivações e impactos das mudanças espaciais em Feira de Santana, em especial na Rua Sales Barbosa, colaborando para construir um panorama da história e das transformações urbanas da rua.

Assim como o primeiro capítulo, o segundo concentra-se em entender como as transformações urbanas influenciam a preservação de bens culturais e históricos, elementos que contribuem para a memória coletiva e o entendimento da história do local, refletindo como essa dinâmica pode ser vista na Rua Sales Barbosa. Nesse sentido, foram utilizadas normativas federais, como o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e textos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que auxiliam a compreensão e a definição de patrimônio cultural, bem como sua preservação no Brasil.

Quanto aos autores, foi utilizado o livro *A Alegoria do Patrimônio* de Françoise Choay (2014) que discute os desafios entre preservação e desenvolvimento urbano, dialogando sobre a integração de valores históricos nesse contexto. Já o trabalho de Pesavento, *Os Olhos No Passado: A Cidade Como Palimpsesto* (2004), explora como as transformações no meio urbano afetam a memória coletiva, enfraquecendo a preservação de signos importantes para a história local.

Para explorar a memória coletiva, foram utilizadas as teorias de Maurice Halbwachs (1990), que explicam como grupos sociais constroem e mantêm memórias

compartilhadas. E ainda, utilizou-se das contribuições de Pierre Nora (1993) e seu livro: *Entre Memória e História*, que ajudam a compreender como os espaços urbanos se tornam lugares de memória.

No terceiro capítulo, com o objetivo de analisar a arquitetura e o desenvolvimento urbano da Rua Sales Barbosa, são apresentadas as fachadas comerciais e residenciais, com ênfase nos estilos arquitetônicos que marcaram a rua, considerando seus valores estéticos e funcionais. Discute-se também a descaracterização dessas fachadas ao longo do tempo, propondo reflexões sobre possibilidades de preservação no contexto urbano de Feira de Santana.

Para fundamentar a análise arquitetônica, utiliza-se Farias (2018) e sua tese: *As expressões da modernidade no Brasil: o lugar da arquitetura associada ao termo Art Déco*, que oferece uma compreensão sobre a linguagem Art Déco introduzida na rua no período analisado. Além disso, Paiva e Diógenes (2018), com o trabalho *Dinâmica imobiliária e preservação da arquitetura moderna em Fortaleza*, contribuem para o entendimento da relação entre os agentes comerciais e a preservação arquitetônica. Nesse mesmo sentido, destaca-se Arnaut (1984), em sua análise *Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento*, que auxilia na reflexão sobre alternativas viáveis para contornar a ausência de políticas de preservação em um cenário de intensa especulação imobiliária.

Por fim, a conclusão apresenta um resumo das principais descobertas que situam o trabalho, retomando as motivações das transformações no desenvolvimento urbano de Feira de Santana, as características das fachadas da Rua Sales Barbosa e o impacto das mudanças no vínculo entre preservação, memória e história. Bem como, observou-se ainda que a arquitetura vinculada aos ideais de progresso e modernização não é mais vista no cenário urbano feirense, evidenciando uma fragilidade na continuidade histórica material da rua, um fenômeno que se estende a outras áreas da cidade. Por fim, destacam-se as referências que fundamentaram a pesquisa.

1 TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM FEIRA DE SANTANA E O REFLEXO NA RUA SALES BARBOSA

Entendendo que o ambiente urbano é o principal meio de comunicação dos enfrentamentos sociais, aproximando-nos ou afastando-nos do passado, este capítulo aborda o desenvolvimento urbano da área central de Feira de Santana no século XX. Ao longo dos anos, o município passou por transformações em busca de modernização e crescimento territorial, impulsionadas pela industrialização e pela implementação de instrumentos urbanísticos. O foco recai sobre como a busca por progresso, especialmente entre 1940 e 1980, transformam o espaço urbano e configuram a Rua Sales Barbosa. Localizada no centro da cidade e considerada uma das primeiras ruas de Feira de Santana, a rua reflete as mudanças espaciais e sociais ocorridas no período analisado. Esses elementos e seus impactos serão explorados ao longo deste capítulo.

1.1 FEIRA DE SANTANA E AS DINÂMICAS DO CRESCIMENTO URBANO

Carinhosamente apelidada como “Princesa do Sertão”, Feira de Santana possui uma história marcada pelo crescimento e reconhecimento como um importante centro urbano do interior baiano. Localizada a aproximadamente 115 km de Salvador, a cidade tem como história mais popular a sua origem a partir da iniciativa dos considerados fundadores Domingos de Araújo e Anna Brandoa que construíram uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Sant’Anna⁸. Inicialmente, um ponto de parada obrigatório dos tropeiros e viajantes que passavam pela região, logo se tornou um centro de atividade comercial, destacando-se pela realização de uma grande feira de gado e outros produto (Prefeitura de Feira de Santana, online).

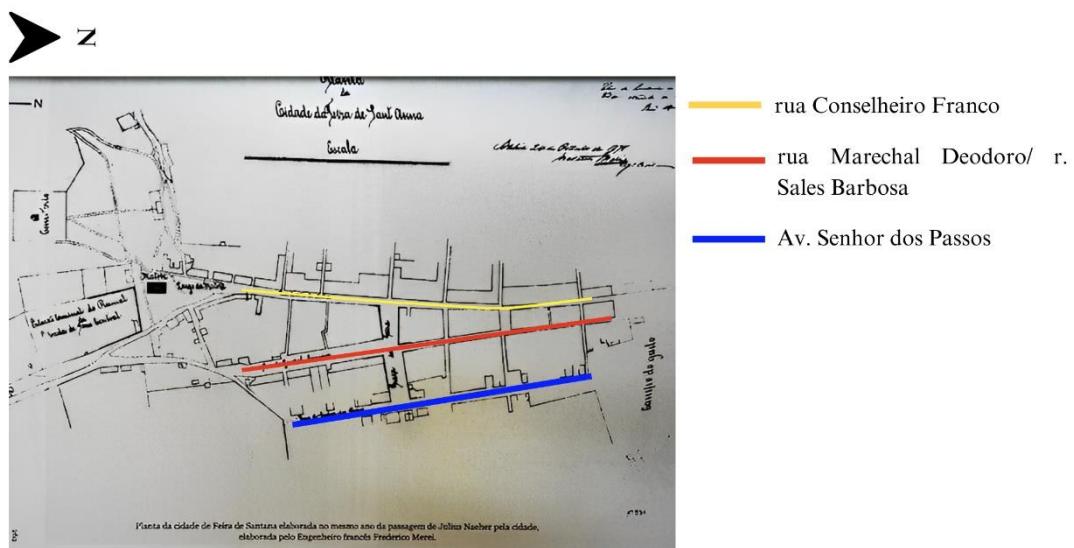
No século XX, Feira de Santana experimentou transformações expressivas no meio urbano, principalmente no centro da cidade, impulsionada por alguns fatores como: a crescente influência comercial da feira livre, a localização estratégica do município, reforçada pela abertura de novas vias, e o reordenamento urbano promovido pelo avanço das indústrias (Moreira, 1992; Carmo, 2016; Santo, 2012; Oliveira, 2011). Esses fatores

⁸ Embora existam outros fatores que contribuíram para o surgimento de Feira de Santana, como por exemplo as suas lagoas, o clima e etc., a narrativa sobre sua origem a partir da iniciativa de Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandoa é amplamente reconhecida. Essa versão histórica, inclusive, é endossada pela própria prefeitura municipal, conforme destacado em seu site oficial (acessado em 22 de maio de 2023, disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/>).

transformaram a dinâmica da cidade e influenciaram espaços centrais, onde se localiza a Rua Sales Barbosa.

A feira livre de Feira de Santana, desempenhou um importante papel no crescimento urbano do município, sendo considerada um marco histórico e econômico desde o século XVIII. Segundo Moreira (1992), a grande feira teve origem na feira de Capuame, onde eram comercializados produtos agrícolas e animais trazidos de São José das Itapororocas (atual distrito de Maria Quitéria). No século XIX, a feira livre de Feira de Santana consolidou-se como a mais importante da região nordeste, atraindo milhares de pessoas e movimentando a economia local. Assim, às terças-feiras, quando a feira ocorria, mais de 3 mil pessoas compareciam ao evento, impulsionando o comércio, especialmente de gado. Esses aspectos demonstram como a feira livre foi fundamental para a formação e o desenvolvimento de Feira de Santana, que tinha seu traço urbano conforme o (mapa 1), no século XIX (Graham, 2013 *apud* Gonçalves, 2019).

Mapa 1- Planta de Feira de Santana (1887), evidenciando a localização e o traçado das primeiras ruas da cidade. A rua Conselheiro Franco (antiga rua Direita), Marechal Deodoro e Rua Sales Barbosa (Rua do Meio) e a Avenida Senhor dos Passos (antiga rua Barão de Cotegipe)

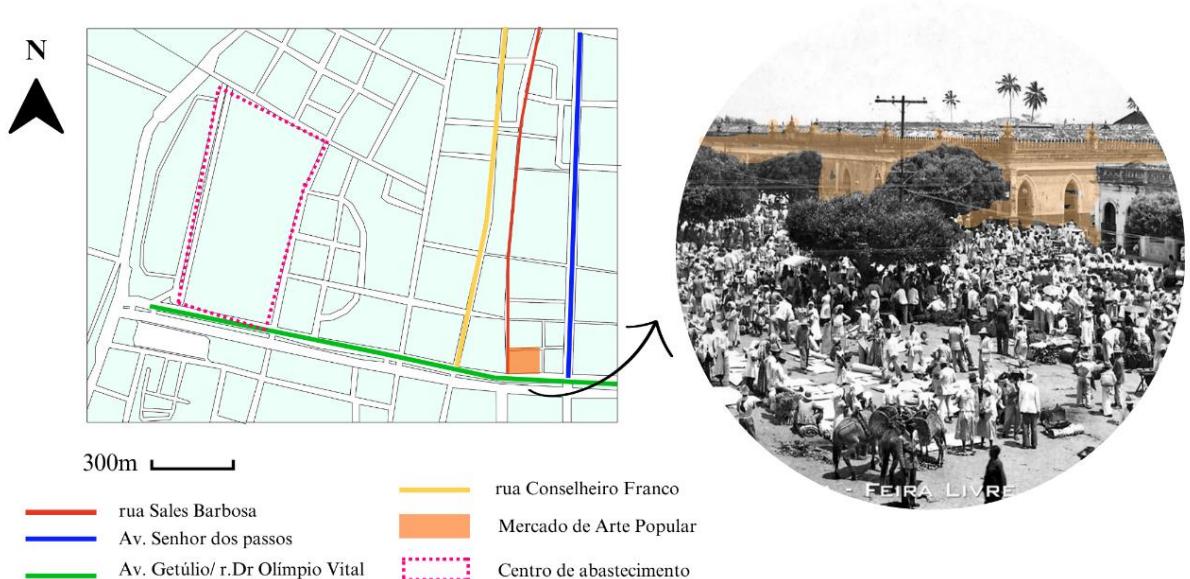


Fonte: Oliveira, A. M. de; Oliveira, L. N. A. de; Santana, L. das N.; Brito, C. A. O. Sensoriamento remoto aplicado à delimitação de centros históricos. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 17, n. 1, 2023. Com intervenção da autora (2024), utilizado em artigo submetido à *Revista Cadernos de arquitetura e Urbanismo (PUC-Minas)*.

A grande feira tinha início nas intermediações no Mercado de Artes – localizado na Rua Sales Barbosa – se estendia para outras áreas do centro, como na própria Rua Sales

Barbosa, Marechal Deodoro, Avenida Senhor dos Passos e outros becos adjacentes, conferindo 1.200m² de área ocupada (mapa 2). Nas primeiras décadas do século XX, a feira livre passou a ocorrer na segunda-feira, no entanto, ao longo da semana ainda se perpetuava vestígios do comércio informal, essas características demonstram que a cultura de compra e venda nas ruas do centro, não se limitava apenas em um dia da semana, ela estava presente no dia após dia do feirense (Moreira 1996; Araújo, 2005).

Mapa 2- Centro de Feira de Santana e a feira livre em frente ao mercado de artes década de 1960.



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2024), utilizado em artigo submetido à *Revista Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC- Minas)*. Fotografia: Memorial de Feira 1969, com adaptação da autora.

Sidiney Oliveira (2010), descreve que, para alguns grupos economicamente dominantes, a feira livre era vista como um local de sujeira e falta de civilidade. Nesse mesmo cenário, Moreira (1996), no seu projeto Memória da feira Livre de Feira de Santana, expõe o episódio em que um dos comerciantes e empresário de Feira de Santana, foi a público para expor seu apoio ao fim da feira livre:

O negociante subiu num palanque improvisado e começou a falar: “está provado, meus amigos, e ninguém mais discute que a feira livre é um negócio de características medievais, anti-higiênico, que inunda as ruas com toneladas de lixo, espalha o mau cheiro e perturba o sono de pacatos e honestos cidadãos na faina de arrumar suas barracas pela madrugada” (Carlos Eduardo Novaes, Jornal do Brasil, 22 de julho de 1973, *apud* Moreira, 1996, p.210).

A declaração evidencia que, enquanto alguns viam a feira livre como o marco fundador do município, como por exemplo os feirantes, outros a interpretavam como um símbolo de atraso e como um obstáculo ao progresso urbano. Esse discurso, amplamente compartilhado na época, por aqueles que desejavam o fim da grande feira, destacava o incômodo causado pela feira livre e reforçava a oposição elitista à manutenção dessa prática cultural. Por outro lado, há registros que demonstram o sentimento de perda e nostalgia relacionado à retirada da feira livre do espaço central da cidade:

[...] com uma grande mágoa
e um nó na garganta
que nunca desata
Senhora Santana
chora sente falta
da feira que no mundo
afora ganhou fama
ai! Ai!
Devolva a Feira de Santana [...]
(Composição Jatobá *apud* Moreira, 1992)

Segundo Lima (2014), entre 1940 e 1960, Feira de Santana vivenciou um intenso conflito entre o desejo de modernização, defendido pela elite econômica, e a prática cultural da feira livre, que simbolizava um modo de vida tradicional. Nesse período, a feira foi vista como um entrave à renovação urbana, e mudanças estruturais foram promovidas para alinhar a cidade às demandas de progresso e industrialização. Assim, em janeiro de 1977, a feira livre foi oficialmente transferida para o Centro de Abastecimento, que será novamente abordado ao longo deste capítulo.

Apesar da importância cultural e do impacto no crescimento urbano proporcionado pela feira livre, autores como Carmo (2016) ressaltam que o surgimento de Feira de Santana também está diretamente relacionado à sua localização estratégica e malha viária, que a integrava aos eixos norte-sul, assegurando um fluxo comercial contínuo (mapa 3).

Mapa 3- Localização de Feira de Santana



Fonte: Google Maps, 2025 com intervenção da autora.

No período estudado, o uso de vias como fator impulsionador do crescimento demográfico e econômico não é exclusivo de Feira de Santana. Desde o fim do século XIX, a transformação da malha viária já era um tema em debate no Brasil. Segundo Leme (1999), o urbanismo brasileiro pode ser dividido em três fases: a primeira, de 1895 a 1930; a segunda, de 1930 a 1950; e a terceira, de 1950 a 1964. Na primeira etapa, o foco das intervenções esteve voltado às capitais, como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, buscando modernizar a infraestrutura, ampliar ferrovias e organizar o sistema viário, principalmente com relação ao centro dessas cidades. Os engenheiros, grande parte formados em escolas militares, tinham como objetivo principal adequar as ruas ao transporte em expansão, sobretudo o bonde.

Na segunda fase, o urbanismo passa a considerar a cidade em sua totalidade, com maior foco na elaboração de planos e na articulação da malha viária, impulsionada pelo crescimento do uso de automóveis e pela necessidade de o centro da cidade interagir com outras regiões. Esse processo, entretanto, não ocorreu de forma pacífica, havendo conflitos entre técnicos locais e consultores externos. No entanto, o período marca um avanço importante ao urbanismo moderno com a introdução do sistema radial-perimetral, em Recife, que possibilitava conectar o centro da cidade aos bairros e as cidades vizinhas.

Na terceira fase, ganha força a elaboração de planos regionais, que deixam de se restringir às capitais e passam a abranger regiões inteiras. Nesse período, observa-se

também a articulação entre a nova geração de urbanistas e profissionais de diferentes áreas, o que possibilitou estudos mais aprofundados sobre a dinâmica urbana. As preocupações estavam cada vez mais voltadas para o rápido crescimento populacional e urbano, intensificado pela migração campo-cidade. Percebe-se, assim, que o país como um todo caminhava para expansões urbanas mais complexas, sustentadas por sistemas viários mais articulados.

A mobilidade, no contexto urbano de Feira de Santana, tem origem com os “caminhos das boiadas”, com destino muitas vezes a cidade de Cachoeira, um desses caminhos era a antiga Estrada Real, ali os tropeiros descansavam ao redor da capela erguida pelo considerados fundadores (Carmo, 2016).

Destaca-se desse período, no município, uma via que auxiliou para a configuração urbana da cidade: a atual Avenida Getúlio Vargas. Essa avenida substituiu a antiga residência da família Pedreira e foi desenhada em continuidade à Praça João Pedreira, introduzindo uma nova dinâmica na cidade (Oliveira, 2011) (figura 3).

Figura 3 - Foto aérea Av. Getúlio Vargas (s/d)



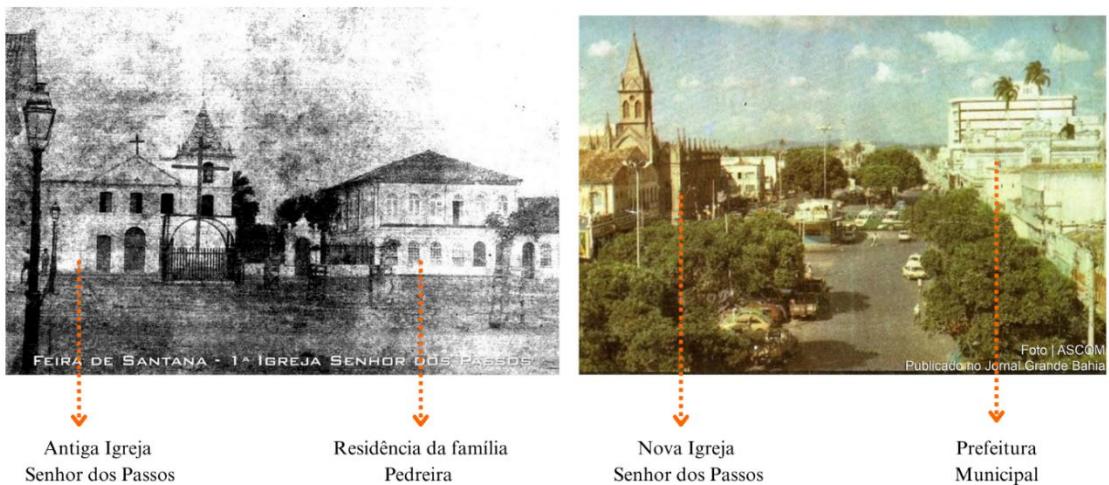
Fonte: IBGE⁹

A abertura da Avenida Getúlio Vargas representou uma transformação alinhada aos ideais de progresso da época. A Figura 3 demonstra a Avenida já pavimentada. Nela, observa-se a movimentação considerável de automóveis, o uso de sinaleiras e rede elétrica, o que alinha a cidade com o desenvolvimento e uso de novas tecnologias.

⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429040>. Acesso em: 28 de fev. de 2025

Junto a abertura da via, houve também outras modificações no cenário urbano de Feira de Santana, como a construção da nova Igreja Senhor dos Passos, que ocupou o local das ruínas da antiga Igreja e a edificação de um Paço Municipal, descrito como moderno e funcional. As mudanças não se alinhavam somente com a parte estética, mas também com o uso dos materiais construtivos escolhidos para as novas obras, que incorporaram materiais modernos, como estruturas metálicas e uso do concreto (Oliveira, 2011) (figura 4).

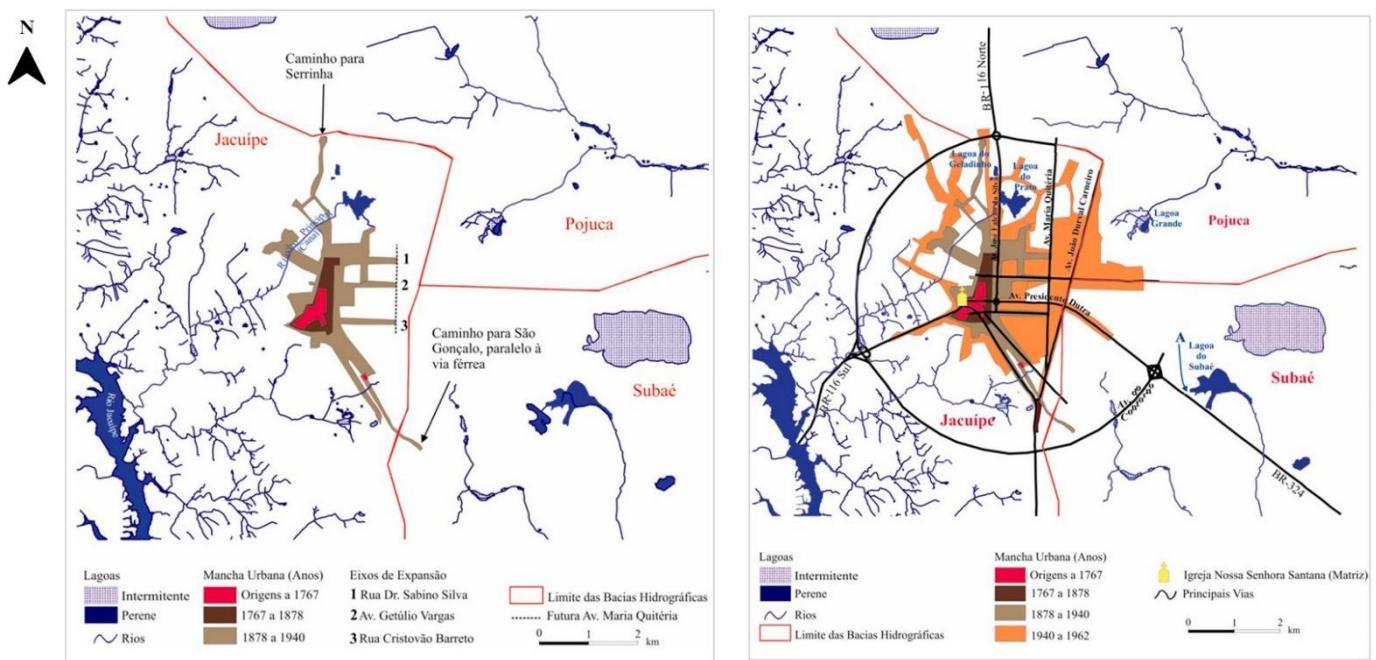
Figura 4- Antes e depois da Avenida Getúlio Vargas. Na primeira foto retrata-se a antiga Igreja Senhor dos Passos e o casarão da família Pedreira (s/d), a segunda foto representa a abertura da Avenida Getúlio Vargas, de um lado a “nova” Igreja Senhor dos Passos e do outro lado a prefeitura (1980).



Fonte: Memorial da Feira (s/d). Fotografia de Adilson Simas (1980), cedida ao Jornal Grande Bahia. Com adaptação da autora

Identifica-se ainda, que a abertura da Avenida Getúlio Vargas, impulsionou o crescimento territorial de Feira de Santana na direção Leste, acompanhando o traçado da via. Esse fato é notório no (mapa 4) elaborado por Santo (2012), que ao acompanhar a mancha urbana feirense, a autora situa na figura da esquerda (entre o século XVIII a 1940) pouca densidade na direção mencionada. Por outro lado, na imagem a direita notou-se um cenário diferente, datado de 1940 e 1960, o mapa analisa uma crescente modificação da mancha urbana na direção Leste, sobretudo próximo a via em questão.

Mapa 4 - Mapa elaborado por Santo (2012), que ilustra a expansão da mancha urbana de Feira de Santana.



Fonte: Elaborado por Santo, 2011.

Com o passar dos anos Feira de Santana tornou-se principal polo de ligação entre a capital do Estado e outros Estados vizinhos, e ainda entre cidades do interior da Bahia. Carmo (2016) ressalta que a expansão da malha rodoviária foi determinante para essa posição estratégica, uma vez que reduziu os custos e o tempo de deslocamento. A cidade destacou-se como “o mais dinâmico entreposto comercial do interior do estado da Bahia e o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste brasileiro” (p. 194).

Além disso, o período de 1940 a 1960, marcou o surgimento de pequenas indústrias na cidade, inicialmente de caráter doméstico e voltadas à confecção local, que contribuíram para a dinamização da economia feirense. Segundo Carmo (2016), nesse intervalo já havia mais de 200 pequenas indústrias em operação. Esse crescimento industrial impulsionou o êxodo rural, levando a reordenamentos urbanos moldados por ideias e expectativas elitistas, o que transformou a urbanização e o tecido urbano da cidade, modificando mais tarde a área central e a rua Sales Barbosa.

O fomento das iniciativas industriais entre 1940 e 1960 teve continuidade ao longo de diferentes governos, incluindo o de Juscelino Kubitschek (1956–1961), que investiu na interiorização e modernização do país, além de promover o desenvolvimento regional por meio da industrialização. Essas iniciativas, iniciadas em administrações anteriores,

influenciaram a elite feirense e estimularam a ambição de transformar a cidade, incorporando novas práticas e hábitos urbanos alinhados ao processo de industrialização (Nery, 2023).

Na década 1970, Feira de Santana experimentou um salto no setor industrial. Com investimentos do governo estadual, voltados à expansão da infraestrutura e ao incentivo para a instalação de novas fábricas, a cidade alcançou um novo patamar econômico. Esse processo atraiu um número expressivo de trabalhadores para a região, gerando crescimento populacional (Carmo, 2016).

Na tentativa de equilibrar o desenvolvimento econômico entre os estados brasileiros, o governo federal implementou políticas de incentivo à criação de polos industriais. Entre as décadas de 1960 e 1970, foram estabelecidos importantes centros industriais no estado da Bahia, como o Centro Industrial de Aratu (CIA), pioneiro na região, e, posteriormente, o Centro Industrial do Subaé (CIS), localizado em Feira de Santana (Carmo, 2016; Nery, 2023) (mapa 5).

Mapa 5- Mapa localização do CIS



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2024)

Com o objetivo de atender à demanda das indústrias de Salvador (BA) e das indústrias locais, a implementação do CIS em Feira de Santana, deu-se de forma estratégica, principalmente, a partir da lógica de circulação que favorecida o acesso pelas rodovias mencionadas: BR-324, BR-101 e BR-116. A escolha evidencia a influência de

Feira de Santana como um ponto importante para obtenção da instalação do centro industrial, reforçando sua importância como entroncamento rodoviário (Santo, 2012; Nery, 2023).

Com o surgimento das indústrias e o consequente crescimento populacional¹⁰, o desenvolvimento urbano de Feira de Santana começou a enfrentar desafios relacionados à oferta de moradias e à organização dos espaços urbanos, buscando atender à crescente onda migratória de pessoas vindas da zona rural em busca de mais oportunidades de trabalho na cidade. O expressivo adensamento urbano resultou em um crescimento desordenado, caracterizado pela formação de bairros e aglomerados urbanos em áreas periféricas, evidenciando a ausência de um planejamento adequado para acompanhar essa expansão (Carmo, 2016).

Essa análise se aproxima da abordagem de Lefebvre (2001), que examina o impacto da industrialização no processo de urbanização. O autor destaca como a industrialização transforma o tecido urbano e a vida social, reorganizando as cidades para atender às demandas do capital, muitas vezes em detrimento das necessidades sociais. Para Lefebvre, a indústria age como um agente invasor, remodelando o espaço urbano e introduzindo novas dinâmicas que geram conflitos e desigualdades.

O autor descreve a cidade como uma arena de disputas, onde diferentes grupos sociais, das elites às classes populares, competem por espaço e oportunidades. Além disso, Lefebvre (2001) observa que o crescimento urbano intensifica a relação entre cidade e campo, estreitando os vínculos e evidenciando desigualdades sociais. Ele denomina esse processo de urbanidade-ruralidade, marcado por fluxos migratórios e rápidas mudanças sociais, que geram tensões e adaptações desiguais entre os diferentes grupos, o que não é diferente em Feira de Santana.

Dessa forma, essa análise pode ser aplicada ao contexto de Feira de Santana quando a implantação do CIS reforçou o desejo de renovação urbana, visando alinhar a cidade a um estilo de vida idealizado. Esse anseio por transformação tornou-se evidente, sobretudo nas áreas centrais, onde projetos de embelezamento e ordenamento urbano buscaram traduzir as aspirações em intervenções no tecido urbano material e também no estilo de vida dos habitantes:

¹⁰ Durante as décadas mencionadas, Feira de Santana apresentava uma população de 62,2 em 1940, e, em 1980, registrou um crescimento que alcançou 217,9. Informação disponível em: CARMO, René Becker Almeida. **Urbanização e os aglomerados subnormais de Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016. p. 193-200.

A industrialização nos anos 70, consolidada a partir da instalação de um distrito industrial se deu em função de um estímulo exógeno, sendo abraçada pelo poder público local que a transformou em meta prioritária para o alcance do desenvolvimento da cidade, sendo depositada nela a tarefa de solucionar quase todos os problemas de Feira (Santos, 2002, p. 89 *apud* Nery, 2023, p.32).

A renovação urbana do centro da cidade foi viabilizada, em grande parte, pela retirada da feira livre e sua transferência para o Centro de Abastecimento (mapa 6). Para atender a essa demanda, os primeiros movimentos para a construção do Centro de Abastecimento começaram em 1974, com a contratação da empresa PRANE S. A. (Projetos de Abastecimento do Nordeste), este se constitui como o aporte para a retirada das pessoas do centro e início de uma configuração urbana (Araújo, 2006).

Instaurado em 1975, o Centro de Abastecimento tornou-se um dos principais instrumentos que possibilitaram a reconfiguração física e a dinâmica social do município. Idealizado na mesma década da implantação do CIS, visava reorganizar a aparente desordem associada à feira livre.

Mapa 6- Mapa com a localização do Centro de Abastecimento



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2024), utilizado em artigo submetido à *Revista Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC- Minas)*.

De acordo com Araújo (2006), no ano anterior ao início de sua construção, uma empresa especializada em projetos de abastecimento no Nordeste foi contratada para

desenvolver o chamado Projeto Cabana¹¹, assim deu-se início ao conhecido Centro de Abastecimento. Localizado no Parque Manoel Matias, o Centro tinha como objetivo atender comerciantes de diversos tipos de produtos, consolidando Feira de Santana “nos moldes de um grande comércio atacadista-varejista” (Araújo, 2006, p.69). Essa configuração refletia uma lógica fabril, com organização setorial distribuída em espécies de galpões, conforme ilustrado na figura 5.

Figura 5 - Imagem do Centro de Abastecimento



Fonte: Memorial da Feira (s/d) com intervenção da autora.

Com o Centro de Abastecimento, as áreas centrais próximas ao Mercado de Artes foram liberadas, abrindo espaço para um novo cenário urbano. Em Feira de Santana, assim como em outras cidades do país, observa-se a relação entre rural e urbano. Embora esse estudo não se aprofunde nessa relação, a mesma pode ser analisada a partir das ideias de Gilberto Freyre (1982).

Chamado de “rurbano”, esse conceito sociológico e socioantropológico, para Freyre (1982) era visto como uma forma de equilibrar o desenvolvimento urbano com as raízes da cultura brasileira, tendo em vista suas bases rurais. Assim, a rurbanização era uma alternativa para o desenvolvimento que evitasse rupturas bruscas, mantendo elementos da vida rural integrados às cidades. Essa abordagem, segundo o autor, poderia

¹¹ O Projeto Cabana propôs a criação do Centro de Abastecimento de Feira de Santana, com o objetivo de organizar a feira livre que crescia e ocupava as ruas centrais da cidade (Araújo, 2006).

reduzir impactos ambientais, minimizar desigualdades regionais e preservar características culturais.

De acordo com Duqueviz (2006), ao analisar a proposta de rurbanização de Freyre, o autor descreve que esta tinha como intuito conter o inchaço das cidades, promovido pela industrialização. Segundo Duqueviz (2006), Freyre propôs, em seus projetos administrativos, a “rurbanização” como uma solução para mitigar esse problema. Esse projeto, que emergiu com força entre as décadas de 1950 e 1960, buscava valorizar o meio rural como uma forma de conter as migrações para os centros urbanos. Entre suas premissas estavam a valorização rural por meio da educação, e a localização de indústrias mais próximas às zonas rurais, diminuindo o fluxo migratório.

A dinâmica urbana de Feira de Santana reflete, em certa medida, a interação entre o rural e o urbano. A feira livre, já mencionada ao longo deste tópico, era frequentemente associada a uma incompatibilidade com o desenvolvimento que se pretendia para a cidade. Seu funcionamento carregava elementos do passado, preservando hábitos rurais, como a venda de animais, o comércio de gado e a oferta de produtos agrícolas. No entanto, ao mesmo tempo em que mantinham esses traços, Feira de Santana buscava o alinhamento com o desenvolvimento e progresso urbano, o que evidencia a tensão entre a permanência das tradições e a pressão por transformações urbanas.

Dessa forma, as ideias freyrianas podem ter influenciado o processo de desenvolvimento urbano feirense. Uma vez que, ao retirar a feira livre do centro da cidade, para o Centro de Abastecimento, tem-se como um dos objetivos desafogar a área central, contendo o “inchaço”.

A partir do exposto ao longo deste tópico, observa-se que a cidade de Feira de Santana, assim como de outras regiões do Brasil, vivenciou processos de expansão territorial. No caso do município, esse processo foi impulsionado pela feira livre, sua localização estratégica e a abertura de novas vias, que contribuíram para o aumento populacional e o desenvolvimento urbano. Além da crescente demanda industrial desempenhou uma demanda expressiva na reconfiguração urbana de Feira de Santana, especialmente sob a ótica da elite local, que associava o progresso e o desenvolvimento da cidade à industrialização.

Adicionalmente, observa-se que o processo de urbanização do município também foi mediado por instrumentos legais, como o Código de Posturas (1937) e o Plano Diretor

de Loteamento e Intervenção (PDLI), que legitimaram e direcionaram as mudanças urbanas na cidade.

1.1.1 Instrumentos de Urbanização em Feira de Santana

Com incentivos comerciais, a expansão rodoviária e os avanços industriais, o tecido urbano de Feira de Santana transformou-se ao longo do tempo. Na década de 1930, surgem dois decretos que impulsionam e consolidam as transformações físicas e sociais da cidade. Embora antecedam o recorte temporal desta pesquisa, esses documentos ajudam a entender as relações progressistas que moldariam as décadas seguintes. Por terem sido elaborados no final da década mencionada, estão próximos ao período estudado, reforçando sua relevância. Essa conexão será ainda mais evidente nos capítulos seguintes, quando se observa que os primeiros projetos arquitetônicos documentados na Rua Sales Barbosa datam de apenas três anos após os decretos.

O primeiro deles, sob gestão do prefeito Dr. Heráclito Dias de Carvalho, é o Decreto-Lei Nº 25, de 13 de maio de 1937. Este breve decreto conferiu às autoridades públicas o poder de tomar propriedades em estado precário e que estivessem indo na contramão da estética e higiene, permitindo que fossem vendidas sob condições que incluíam prazos para demolição e reconstrução em até 30 dias, o que impulsiona a exclusão de casas na urbe feirense.

Mais tarde, no mesmo ano e agora sob a gestão do Dr. Theódulo Carvalho, foi publicado o *Código de Posturas Municipal* (Decreto-Lei nº 1, de 29 de dezembro de 1937), um documento mais completo que nos ajuda a compreender as tentativas de modernização e reconfiguração espacial da cidade. O Código tinha como intuito alinhar o cenário urbano às demandas da época, justificando que o município necessitava de normas “compatíveis com as exigências de seu progresso” (Feira de Santana, 1937, p. 4).

O documento estabelecia tanto os limites geográficos do município quanto as penalidades para o descumprimento das novas regulamentações. Entre as diretrizes, destaca-se a exigência de que as ruas fossem predominantemente retas, com larguras mínimas de 11 metros e 20 metros para avenidas. Além disso, o código hierarquizava a pavimentação das vias: pedras ou paralelepípedos seriam utilizados de acordo a importância da rua ou avenida, conforme descrito no artigo X, seção I¹².

O controle do espaço urbano também era enfatizado no Código, com a exclusão de

¹² Disponível no Arquivo Público Municipal de Feira de Santana.

elementos considerados rurais do centro da cidade. A exposição de carnes, peles de animais e outros itens era proibida.

Para assegurar uma padronização estética, o documento estabelecia normas para terrenos baldios e construções. Terrenos não utilizados deveriam ser cercados com muros rebocados e adornados com platibandas ou cornijas (Feira de Santana, 1937). As construções precisavam obedecer ao alinhamento das ruas, sendo obrigatória a aprovação prévia dos projetos pela prefeitura. A seção V, intitulada “Do ponto e do estylo (sic) dos prédios,” reforçava a necessidade de uniformidade estética, evidenciando o desejo de moldar uma cidade com traços modernos e ordenados:

Art. 72º- São banidos do perímetro urbano da cidade as meias-água e as construções(sic) em forma de chalet ou casa de campo.

Art. 73º- É vedado, em qualquer ponto da cidade, a construções(sic) de sotão que possam ser vistos da rua.

[...]

Art. 74 – São proibidos os telhados de um só plano; os de dois planos serão, tanto quanto possível, evitados.

Art. 75º - As chaminés das habitações, se elevarão a um metro, pelo menos, sobre o plano do telhado respectivo.

Art. 77º - Não é permitido beiral de telhas nos edifícios do perímetro urbano nem ahi(sic) se admitem(sic) caixilhos de suspensão ou rotulas.

Art.78º- Ficam incuso na multa de 50\$000 os infractores (sic) dos dispositivos das secções (Feira de Santana, 1937, p. 20).

Durante a década de 1930, embora o município já contasse com decretos relacionados à reconfiguração física, Feira de Santana, assim como muitas outras cidades brasileiras, expandiu-se sem um planejamento urbano estruturado que orientasse o uso do solo urbano. Sob influência política, especialmente do regime ditatorial, a cidade passou por mudanças ainda mais expressivas em sua configuração espacial (Souza, 2023; Santo, 2012).

Sob a administração de Joselito Amorim, que ocupou o cargo de prefeito biônico¹³ após golpe, e, posteriormente, de João Duval Carneiro, Feira de Santana implementou, em 1968, seu primeiro Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)¹⁴. Desenvolvido durante o regime militar pela empresa COPLAN S/A – Construções e planejamentos, o

¹³ Indicado sem votação popular, pós-golpe de 1964, sendo sua nomeação resultado de uma articulação política da União Democrática Nacional (UDN), partido que se beneficiou do golpe para assumir o poder na cidade de Feira de Santana (Souza, 2023).

¹⁴ É importante destacar que o PDLI do município só foi oficializado como legislação em 1990, após uma revisão. No PDLI de 1990, aconteceu: “uma atualização dos dados municipais, a verificação do que foi efetivado do planejamento anterior, as mudanças que ocorreram durante os 22 anos que separam os trabalhos, além das sugestões de criação de um arcabouço jurídico que ajude a administrar o município” (Santo, 2012, p.128).

plano tinha como principais objetivos organizar e setorizar os usos e ocupações do solo, além de direcionar o crescimento urbano da cidade (Santo, 2012).

A Lei Nº 631, de 30 de julho de 1969 apresenta outros objetivos específicos do PDLI (1968):

- a) Fixar a divisão territorial e o zoneamento de forma a possibilitar o desenvolvimento do município e a facilitar o planejamento e a execução dos equipamentos urbanos a cargo da prefeitura, necessários à vida da comunidade;
- b) Assegurar o crescimento racional, proporcional, harmônico e estético dos centros urbanos;
- c) Disciplinar o sistema viário, o trânsito e o estacionamento na cidade de Feira de Santana;
- d) Proporcionar a estruturação racional dos loteamentos e arruamentos, e a localização adequada dos equipamentos urbanos, sociais e institucionais;
- e) Garantir as áreas verdes de recreação e lazer, necessárias à população, e a localização adequada da arborização;
- f) Possibilitar a criação de locais próprios para cada atividade, evitando conflitos entre setores de atividades econômicas e sociais e permitindo o crescimento racional da cidade.

Ao analisar o PDLI de Feira de Santana, Souza (2023) o insere no contexto nacional do período pós-golpe de 1964, marcado pelas reformas implementadas pelo presidente Castello Branco. Nesse cenário, no Brasil, as discussões em torno do planejamento urbano e dos estatutos das cidades ganham força, culminando na criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) entre 1964 e 1969. O SERFHAU tinha como foco a padronização e promoção de planos diretores, bem como o controle sobre o uso e ocupação do solo, garantindo que a expansão urbana seguisse os interesses e diretrizes estabelecidos pelo atual governo.

No contexto brasileiro, os planos de desenvolvimento local integrado eram frequentemente concebidos com base em modelos de cidades norte-americanas, britânicas e europeias, desconsiderando as particularidades locais, o que era chamado de ideias fora do lugar, e fortaleciam o ideal de embelezamento. Em Feira de Santana, o PDLI elaborado tinha uma abordagem voltada para o socioecológico. Esse plano pode ser enquadrado em teorias que destacam a organização espacial da cidade, evidenciando a hierarquização entre o centro e as áreas periféricas, além de um zoneamento que confere funções para cada área da cidade (Santo, 2012).

Dessa forma, o PDLI organizava o zoneamento da cidade com o objetivo de disciplinar e estruturar o tecido urbano de forma mais eficiente, definindo funções específicas para áreas residenciais, comerciais e industriais, alinhadas às necessidades de

desenvolvimento do município.

Embora não tenha sido possível o acesso ao mapa com o zoneamento em 1968, é possível verificar a divisão de zonas a partir da, já mencionada, Lei nº 631. Dessa forma, o PDLI dividiu a cidade em oito zonas distintas, cada uma com características e finalidades próprias. A Zona 1 foi concebida como área central, destinada ao setor comercial e às áreas de transição. A Zona 2, de caráter misto, englobava usos comerciais e residenciais de padrões médio e baixo. A Zona 3, por sua vez, foi destinada exclusivamente a áreas residenciais desses mesmos padrões. A Zona 4 manteve um caráter misto, mas com predominância de ocupação residencial de padrões médio e baixo. Já a Zona 5, 6 e 7 foi reservada para ocupações residenciais de densidade média e baixa. Por fim, a Zona 8 foi planejada para abrigar atividades industriais e de transição, consolidando-se como um polo voltado à expansão industrial (Lei nº 631, Feira de Santana, 1969).

Essa divisão de zonas, por vezes, seguia a dinâmica natural do local. Lima (2014), descreve que na época, as famílias mais abastadas que residiam no centro do município, migraram para a Avenida Getúlio Vargas, buscando fugir da movimentação da Zona urbana comercial predominante nas ruas centrais como Av. Senhor dos Passos, R. Conselheiro Franco, R. Marechal Deodoro e R. Sales Barbosa. A migração para a Avenida Getúlio Vargas já era perceptível desde a década de 1940. Durante a implementação do PDLI (1968), o centro já apresentava uma predominância de atividades comerciais, e o zoneamento proposto apenas oficializou as mudanças que já eram visíveis.

O plano envolve em sua composição a participação popular por meio de questionários e grupos representativos de diferentes áreas, como comerciantes, médicos e entre outros, tendo uma abordagem interdisciplinar. Além disso, considerava a localização estratégica da cidade e a infraestrutura de mobilidade, em escala regional, como rodovias e ferrovias. Em relação à ferrovia, era proposto no PDLI que essa fosse modificada para próximo ao anel viário, para evitar o recorte no centro urbano e facilitar a migração para as áreas industriais (Santo, Sampaio, Silva e Fernandes, 2011).

Ao investigar os instrumentos legais – como leis, decretos e normativas – que contribuíram para o desenvolvimento urbano de Feira de Santana, foi identificado no arquivo municipal o Código de Obras do município, um documento que reúne diversas legislações, em sua maioria datadas da década de 1960. Esse código inclui regulamentações para a organização do espaço urbano e reflete os ideais da época, o material foi organizado na década de 1970, na gestão de José Falcão da Silva.

Entre as leis compiladas no Código de Obras, destaca-se Lei nº 632, de 9 de agosto de 1969, que instituiu o Código de Edificações do município. Essa legislação evidencia o ideal de embelezamento comum nos planejamentos urbanos da década de 1960 (Villaça (1999, *apud* Santos et al., 2011). Sendo assim, o Capítulo VI, Seção I, do Código de Urbanismo e Obras de Feira de Santana proibia “edificações cujo projeto possua fachada (ou fachadas) que aberre visivelmente do consenso estético comum” (Lei nº 632, Feira de Santana, 1969).

O documento também estabelecia diretrizes específicas para o tamanho de toldos e marquises em edificações não residenciais, de forma a evitar prejuízos à iluminação e à arborização das ruas. Além disso, determinava a uniformização das alturas das marquises, que deveriam respeitar o padrão já existente na rua, assegurando uma estética urbana harmoniosa (Feira de Santana, 1969).

Não cabe, nesta pesquisa, a análise de documentos que se aplicam a uma realidade muito distante do período estudado. No entanto, destaca-se que, posteriormente, o Código de Obras do município passou por atualizações, em 2014 e 2018, o que permite compreender as modificações legislativas em resposta às necessidades de cada época.

No Código de Obras de 2018, o mais recente, observa-se uma mudança no Capítulo IX, Seção I, que aborda as fachadas. Diferentemente da versão de 1969, que priorizavam aspectos estéticos e buscavam harmonizar as construções de acordo com padrões visuais, o novo Código substitui essa preocupação pela valorização da funcionalidade e da segurança dos usuários dos passeios. Essa alteração reflete uma mudança de paradigma nas políticas urbanísticas, focando mais nas necessidades práticas.

A análise dos instrumentos que impulsionaram as transformações urbanas em Feira de Santana permite compreender as regalias e motivações que embasaram as propostas da época. Essas mudanças repercutiram em períodos posteriores, resultando em novas práticas que impactaram o centro da cidade, incluindo a Rua Sales Barbosa.

No contexto das modificações urbanas, a Rua Sales Barbosa se destaca por ser palco de algumas das transformações mais expressivas. Os regimentos urbanos da época marcaram as primeiras tentativas de intervenção em suas residências e comércios, especialmente após a implementação do Código de Posturas, que estabeleceu a obrigatoriedade de aprovação pela prefeitura para qualquer edificação. Esse controle visava tanto a organização espacial quanto a padronização estética do centro de Feira de Santana. Assim como, a chegada do PDLI, o avanço da industrialização com a criação do CIS, e a transferência da feira livre para o Centro de Abastecimento também contribuiram

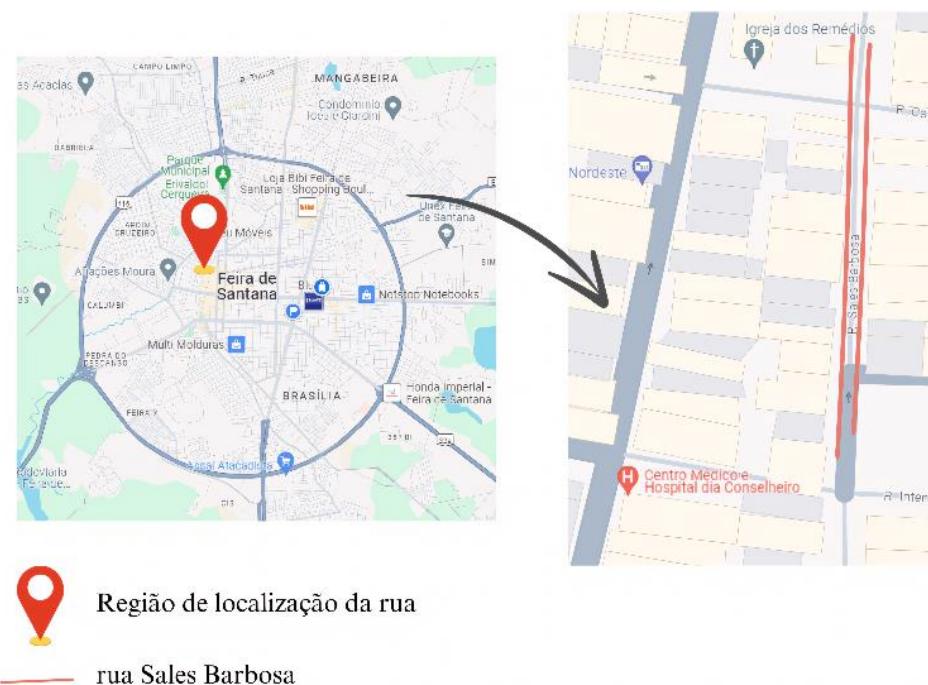
para a consolidação de um centro urbano mais “limpo” e ideal para as tentativas de progresso e desenvolvimento. Essas iniciativas refletiram diretamente nas transformações da Rua Sales Barbosa, reforçando seu papel no processo de modernização da cidade.

1.2 DE RUA DE BAIXO A RUA SALES BARBOSA

Como visto, durante o século XX, Feira de Santana vivenciou um intenso desejo de renovação urbana. Nesse período, buscava-se romper com as raízes arcaicas da cidade, estabelecendo novos padrões de comportamento social e abandonando elementos considerados símbolos do passado, configurando a estrutura local.

Considerando que os grupos detentores do poder econômico buscavam se desvincular das características rurais da cidade — como a presença da feira livre — e renovar a dinâmica urbana, incluindo as edificações, essas iniciativas se refletiram na rua Sales Barbosa localizada conforme o (mapa 7). O período de maior expressão desse processo ocorreu na década de 1970, quando a retirada da feira livre, abriu espaço para obras de requalificação urbana. No entanto a rua passava por alterações em suas fachadas desde meados de 1940.

Mapa 7- Localização da rua Sales Barbosa no centro de Feira de Santana



Fonte: Intervenção da autora sobre foto *Google Maps* (2024)

Inicialmente denominada rua de Baixo, conforme apontado na pesquisa de Bárbara Nery (2023), até 1895, juntamente com a rua de Cima (hoje Marechal Deodoro) formavam a rua do Meio. Essa rua também era conhecida como rua Sapucaia, de acordo com a pesquisadora Almeida (2016). Atualmente, a via mantém o nome de Sales Barbosa, em homenagem ao poeta feirense e antigo frequentador do local:

A antiga Rua do Meio da boemia, dos bordéis, das bodegas, das tabernas. Esse cenário talvez acolhesse o Romântico Sales Barbosa e seus companheiros para calorosas discussões apaixonadas– isso nos aproxima da “praça do povo”, do cenário imaginado para o diálogo entre os jovens da Escola de Recife e do meio vivido [...] (Almeida, 2016, p.175).

Caracterizada por uma variedade de usos, a rua abrigava tanto estabelecimentos comerciais quanto residenciais, além da feira livre que movimentava o centro da cidade, inicialmente realizada às segundas-feiras e posteriormente em outros dias da semana, como já mencionado (Araújo, 2005) (figura 6).

Figura 6 - Feira livre na Rua Sales Barbosa, ao lado do Mercado Municipal, atual Mercado de Arte Popular



Fonte: Memorial da Feira, s. d.

Como Santaella (2012) nos direciona a analisar, ao observar a fotografia podemos inferir que se trata de um dia de feira, evidenciado pela movimentação das pessoas e pela presença de barracas e carroças ao fundo, ou seja uma característica tradicional da época. Com base no contexto desenvolvido ao longo desta pesquisa, é possível situar a fotografia

em um período entre 1920 e 1940. Essa dedução é fomentada pela pavimentação da rua e pela arquitetura com telhados de dois planos, característica suportada antes da implementação do Código de Posturas em 1937, e que sofreram ajustes que são observados nas fotografias ao longo do trabalho.

Embora tenha sido uma das primeiras ruas da cidade de Feira de Santana, a Rua de Baixo, possuía um percurso final associado a uma imagem negativa. Esse trecho era considerado um ambiente maldito, sujo e distante dos ideais progressistas, sendo marcado pela presença de estabelecimentos considerados inadequados, como casas de jogos e prostituição (Lima, 2014). Assim, esforços foram direcionados para a reconfiguração da área e a modificação dos usos das casas comerciais, buscando alinhar-se a práticas vistas como mais adequadas.

Nesse contexto, a rua era frequentemente mencionada nos jornais locais devido à presença dessas atividades. Até meados de 1960, os jornais eram utilizados como ferramentas para destacar esses comportamentos e dar voz às demandas por mudanças no centro da cidade, especialmente na rua em questão (Lima, 2014; Nery, 2023).

Ainda nos apropriando dos estudos de Lima (2014), o pesquisador narra um passeio na Rua Sales Barbosa entre 1940 e 1960¹⁵, assim, destaca-se que a rua era vista quase em sua totalidade como um local comercial. Lima descreve que ao sair da praça da Bandeira, entrando na Rua Sales Barbosa ele se deparava com diversas lojas, que variavam entre mais caras e mais populares. A figura 7 revela signos que possam nos aproximar das narrativas do autor:

¹⁵ Para acompanhar mais detalhes do passeio por essa e por outras ruas do centro, ver pesquisa: Lima, Carlos Alberto Alves L6971 De Luzes e Becos: cartografias, itinerários e imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960) / Carlos Alberto Alves Lima. – Feira de Santana, 2014. 168 f.: il.

Figura 7- Rua Sales Barbosa 1976



Fonte: Via Carlos Mello para o núcleo de preservação da memória feirense - Rollie Poppino. Link: <https://www.facebook.com/groups/163839725516611/search/?q=RUA%20SALES%20BARBOSA%3A%20outubro%20de%201976>

A fotografia revela grande movimentação, principalmente pela quantidade de automóveis e pessoas ao fundo. À esquerda, é possível identificar o Mercado de Artes; à direita, placas indicam a variedade de lojas localizadas na rua. Um outro signo importante, e que revela a perspectiva de progresso, é o automóvel. O automóvel emergia como um elemento de crescimento rápido. Rollie Poppino (1968) destaca que, na década de 1950, Feira de Santana já contava com mais de 500 automóveis na cidade, com destaque para os caminhões, que somavam 348 unidades (Poppino, 1968 *apud* Lima, 2014, p.61). A rua demonstra mudanças em suas características físicas, como quando comparado com a figura 6, podemos identificar que as construções adquiriram formatos com linhas mais retas e menos decorativas.

Ao continuar sua caminhada pela antiga Rua de Baixo, Lima (2014, p. 71) se depara com o que descreve como o “maior símbolo do capital e representante ímpar do desenvolvimento material da terra de Sant’Ana” - o Banco da Bahia. Logo adiante, encontram-se alguns bares, casas de fazendeiros e, ao chegar ao final da rua, uma área que Lima identifica como “a região mais temida e negativada pelo discurso do progresso” (p. 71 e 72).

Como discutido anteriormente, o processo industrial é considerado um dos principais impulsionadores das mudanças urbanas, o que reflete na Rua Sales Barbosa, principalmente com o CIS. A rua configurava-se com as características abordadas na

narrativa de Lima (2014), e a ainda, com a efervescência da feira livre em alguns dias da semana, a figura 8 retrata a Rua Sales Barbosa e a Av. Getúlio Vargas tomadas pelo povo da feira livre:

Figura 8- Dia de feira livre, Rua Sales Barbosa e Getúlio Varga, 1972



Fonte: Livro História nas Lentes: Feira de Santana pelo olhar do fotógrafo Antônio Magalhães.

Na fotografia, observa-se a intensa movimentação de pessoas na feira livre de Feira de Santana. A Rua Sales Barbosa, assim como a Avenida Getúlio Vargas, encontra-se completamente tomada pela multidão, multidão essa que também era composta por pessoas de regiões próximas à cidade. Apesar de sua configuração aparentemente desordenada, a feira apresentava uma organização interna por setores, revelando um tipo de ordenamento próprio, moldado pela prática cotidiana e pela lógica dos feirantes, e ainda garantia uma variedade de produtos com preços mais acessíveis do que nas lojas. A imagem evidencia a centralidade da feira livre no espaço urbano da época, funcionando como ponto de encontro. Mais tarde, no entanto, esse cenário passaria por transformações com a transferência da feira para o Centro de Abastecimento, o que revela as tensões entre os diferentes grupos.

Embora o fluxo de pessoas fosse mais intenso nos dias de feira, a presença de ambulantes e camelôs também era recorrente em dias alternados, como se pode observar na figura 9:

Figura 9- Rua Sales Barbosa com a presença de camelôs fora do dia de feira livre



Fonte: <https://porsimas.blogspot.com/2015/11/o-predio-do-antigo-inps.html>. (s/d)

A figura 9 apresenta uma composição de signos que testemunham a passagem do tempo. No lado direito da foto, destaca-se o mercado de artes, originalmente utilizado como mercado de carne, construído em 1914 e tombado como patrimônio cultural pelo IPAC¹⁶. À esquerda, percebe-se uma arquitetura de tipologia comercial com o uso de vidro, ferro e linhas retas, continuando o olhar no lado esquerdo da fotografia, percebe-se algumas edificações com platibandas, escondendo o telhado, como recomendado no Código de Posturas de 1937. Além disso, outros elementos da rua, como as barracas dos ambulantes, remetem à atmosfera da feira livre. É evidente a coexistência do passado e do progresso nessa imagem, tanto com relação a feira livre, quanto com a arquitetura.

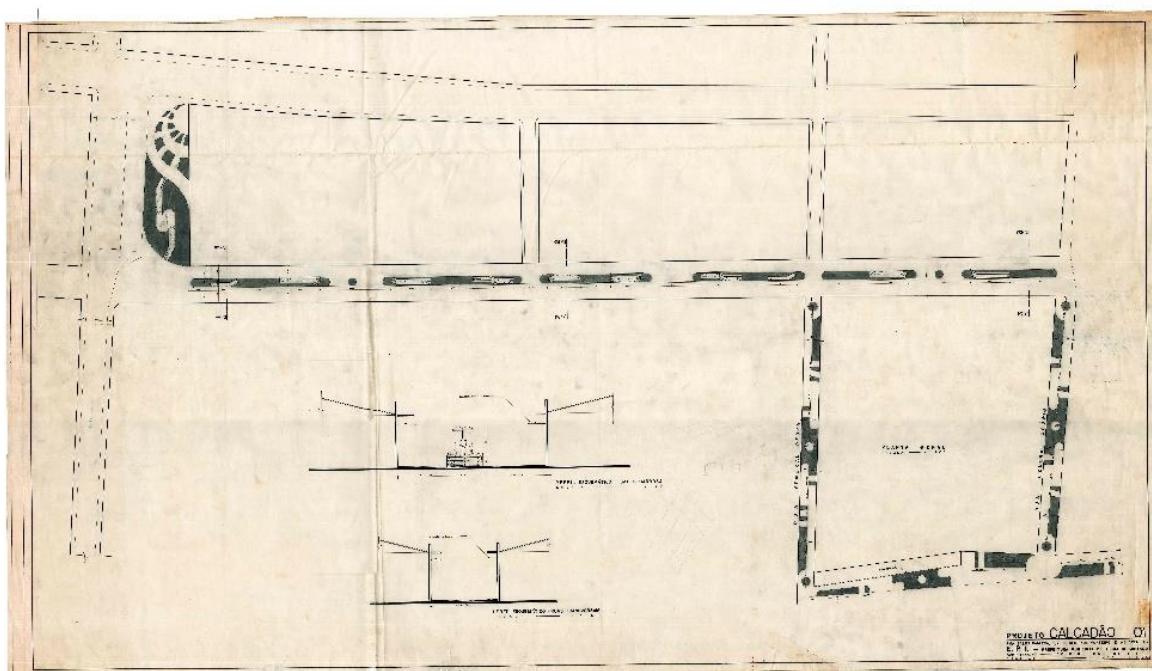
Ao fundo, na torre, observa-se o prédio do INSS, construído no local anteriormente ocupado pela Cadeia Velha, retratada na Figura 1. A fotografia expõe uma sobreposição de estilos arquitetônicos: o edifício do Mercado de Arte revela influência neoclássica, enquanto, à esquerda, aparecem gradualmente platibandas de linhas retas e o uso de marquises. Também é possível identificar, ao fundo do Mercado de Arte, parte da estrutura do antigo Mercado do Fato, edificação em estilo semelhante ao do Mercado de Artes, que, em outras imagens, aparece totalmente descaracterizada.

Com a relocalização do comércio informal para o Centro de Abastecimento, por volta de 1970, a Rua Sales Barbosa passou por transformações ainda mais intensas. Após a retirada da feira livre das áreas centrais, o espaço em estudo, anteriormente marcado pela presença de atividades comerciais informais, foi convertido em um calçadão durante a

¹⁶ Acesse: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/municipio/feira-de-santana/>

gestão de Colbert Martins da Silva (1977–1982). Segundo Nery (2023), a implantação do calçadão atendeu a uma demanda da Câmara de Dirigentes Lojistas, cujos estabelecimentos se concentravam ao longo da rua. Nas Figuras 10, 11 e 12 é possível observar o projeto do calçadão da Rua Sales Barbosa e dos becos¹⁷ adjacentes. Embora as peças gráficas não indiquem a autoria nem a data exata no carimbo, a referência à gestão de Colbert Martins permite situar o projeto na década de 1970.

Figura 10- Projeto Calçadão Sales Barbosa

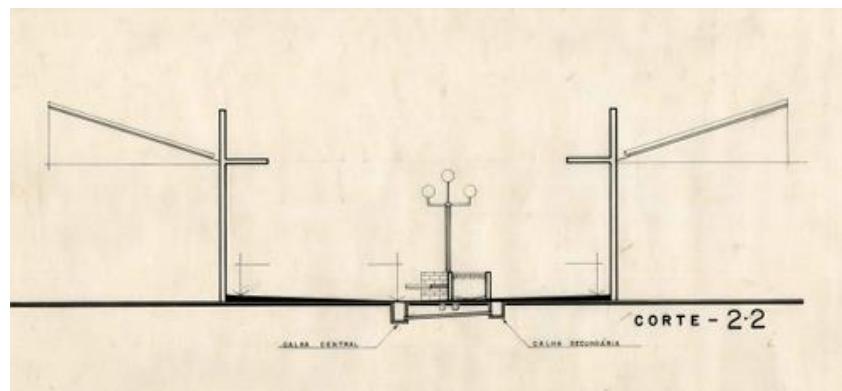


Fonte: Planta cedida gentilmente pela SEPLAN para esta pesquisa.

No centro do projeto, destaca-se a rua Sales Barbosa, pavimentada com pedra portuguesa. O projeto, desenhando a mão, como observado na figura 11, apresenta um corte com o detalhamento dos bancos, dos postes arredondados e do sistema de drenagem.

¹⁷ As estreitas ruas que se ramificam ao longo da rua Sales Barbosa proporcionam acessos rápidos a outras áreas do centro do município.

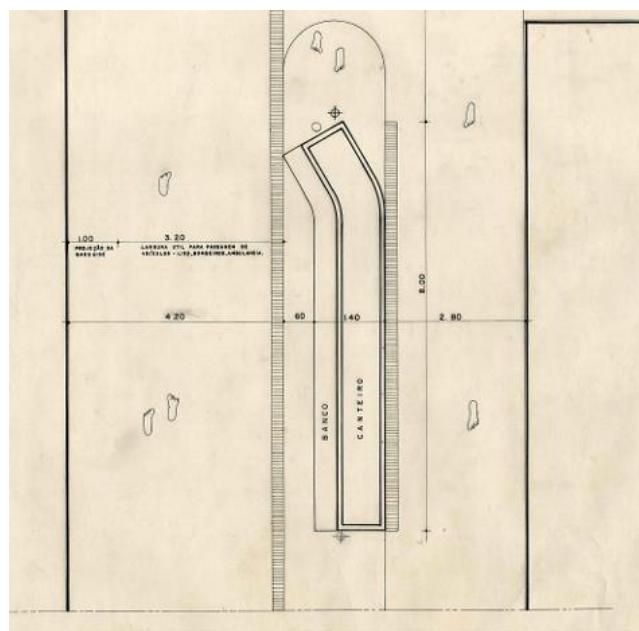
Figura 11- Corte “2.2” projeto calçadão rua Sales Barbosa



Fonte: Planta cedida gentilmente pela SEPLAN para esta pesquisa.

Na figura 12, pode-se observar um pequeno recorte da vista aérea dos bancos que se estendiam por todo o objeto de estudo. A pavimentação apresenta desenhos de pés, demarcando que aquele é um local destinado à circulação de pedestres.

Figura 12- Detalhamento projeto calçadão rua Sales Barbosa



Fonte: Planta cedida gentilmente pela SEPLAN para esta pesquisa.

Segundo uma reportagem do jornal Tribuna Feirense¹⁸, o calçadão tinha intenção de receber um novo público, diferente do que recebia no tempo da feira livre:

¹⁸ Para saber mais, acesse: <https://www.tribunafeirense.com.br/noticias/29354/a-geneze-do-calcadao-da-sales-barbosa-i>

A finalidade do calçadão, a propósito, foi essa: garantir um espaço que permitisse a circulação mais lenta de consumidores interessados em analisar produtos com mais vagar. Atendia à clientela com maior poder aquisitivo e substituía os shoppings que, naqueles tempos, não passavam de um sonho distante no imaginário do feirense (Tribuna Feirense, 2018, online).

A construção do calçadão se estendeu até finais da década de 1970, conforme ilustrado na Figura 13, que registra o projeto ainda em fase de execução, com os canteiros centrais desenhados e a falta de vestígios da feira livre. Esse momento representa as investidas do poder público em promover o embelezamento da cidade, articuladas à remoção da feira livre do centro urbano. Associada à desordem pelos discursos políticos e sociais dominantes da época, a feira passou a ser vista como um entrave ao ideal de modernidade desejado pelas elites locais. Nesse contexto, o calçadão pode representar um símbolo de conquista para a administração pública sobre as dinâmicas populares, materializando um novo modelo urbano pautado pela ordem, pela circulação formal e pela valorização comercial do espaço central, sobretudo por meio dos lojistas e empresários.

Figura 13- Calçadão Sales Barbosa ainda em construção (1979)



Fonte: Via Carlos Mello para o núcleo de preservação da memória feirense - Rollie Poppino

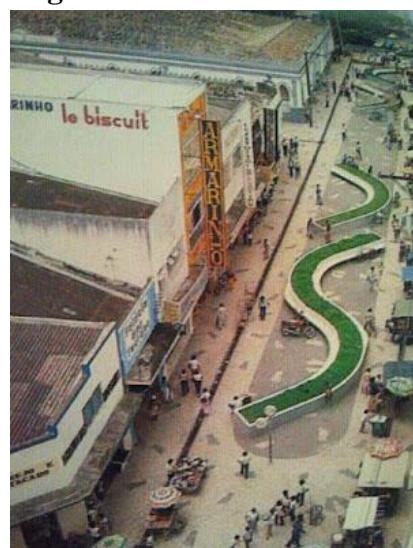
Apesar as iniciativas de renovação do centro de Feira de Santana e a remoção da feira livre aparentarem sucesso inicial, ao longo da década de 1980, notou-se o retorno gradual dos ambulantes. Esse movimento resultou em uma nova configuração para a rua Sales Barbosa. Nery (2023) analisa que esse retorno se deu, entre outros fatores, pela dificuldade de adaptação ao Centro de Abastecimento e pela escassez de vagas no local.

A partir desse momento, a Rua Sales Barbosa adquire novas características. Na figura 14, é exposto o calçadão, construído como parte das iniciativas modernistas em Feira de Santana, e ainda, contrasta com as barracas tradicionais, que continuam presentes

na rua. A imagem comunica os discursos de higienização e controle social que marcariam os projetos de modernização urbana, como o projeto do calçadão.

Quanto ao bem edificado, a imagem revela o mercado ao fundo e ao longo do corpo da imagem, são visíveis tanto prédios modernistas quanto exemplares de arquitetura Art Déco, coexistindo em um mesmo espaço. É importante destacar que as cores presentes na imagem podem ter sido adicionadas por meio de programas de computador, que aplicam coloração a fotografias originalmente em preto e branco, dessa forma, atentasse para uma possível manipulação nas cores.

Figura 14- Rua Sales Barbosa



Fonte: Blog Simas. Link: <https://porsimas.blogspot.com/2020/01/rua-sales-barbosa-feira-de-santana.html>

Até o momento desta pesquisa, é possível afirmar que a Rua Sales Barbosa, assim como outras áreas da cidade, passou por modificações significativas no cenário urbano, impulsionadas por fatores como a abertura de novas vias, o processo de industrialização, a retirada da feira livre, a aplicação de instrumentos normativos, além do uso do jornal local como meio de reforçar discursos negativos sobre a rua, com o objetivo de fomentar mudanças em sua dinâmica.

À abertura de novas vias, como a Avenida Getúlio Vargas, soma-se os efeitos do Código de Posturas e mais tarde o PDLI, ambos associados a um discurso de modernização, que induzem a uma nova linguagem arquitetônica e uso de novos materiais, conforme discutido anteriormente. Essa renovação projetava uma cidade vinculada a valores progressistas, refletindo diretamente na Rua Sales Barbosa, cujas primeiras plantas de reformas de fachadas datam da década de 1940, período posterior aos fatos

mencionados, e revelam característica do uso de concreto armado, vidro e um alinhamento com a linguagem Art Déco. Ainda que não estivesse descrito diretamente nas normativas administrativas, o Art Déco tem características que se alinha ao desejo de modernização da época, como será aprofundado no Capítulo 3.

Um outro fator que corresponde às mudanças na rua é a chegada do CIS e a realocação da feira livre para o Centro de Abastecimento, dando origem às transformações mais expressivas da Rua Sales Barbosa. O aumento da industrialização gerou a necessidade de infraestrutura capaz de acolher os novos grupos que chegavam à cidade, tendo para isso o calçadão da rua Sales Barbosa (Tribuna Feirense, online), viabilizado pela realocação da feira livre. Assim, comprehende-se que o contexto histórico e os instrumentos urbanísticos incidem diretamente sobre o cenário urbano da rua.

A Rua Sales Barbosa reflete um ciclo contínuo de renovações urbanas no centro da cidade, transformações que persistem até os dias atuais. Embora esse período mais recente seja relevante para a compreensão completa da trajetória da rua, ele não será aprofundado nesta pesquisa. As fases de transformação urbana na Rua Sales Barbosa revelam as alterações materiais, mas também uma constante disputa entre projetos de modernização e a preservação dos elementos culturais e históricos.

2 ENTRE PRESERVAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Constantemente modificado, o meio urbano reflete a dinâmica acelerada das mudanças na sociedade contemporânea. A rapidez dessas transformações redefine o espaço da cidade, sobrepondo signos que testemunham diferentes períodos, seja por meio da arquitetura, seja pelas expressões culturais que conferem significado a determinados grupos. Como observa Rodrigues (2012), os signos que permeiam a atmosfera urbana, como os monumentos históricos, desempenham um papel fundamental no enriquecimento da memória coletiva e na construção da história do lugar. Diante disso, este capítulo inicia-se com a reflexão sobre a constante modificação no espaço urbano e a valorização dos patrimônios, e por fim, analisa o vínculo na relação entre preservação, história e memória.

2.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO E A AUSÊNCIA DE TESTEMUNHOS HISTÓRICOS

Pesavento (2004), ao analisar a cidade como um palimpsesto, destaca que as transformações no meio urbano, impulsionadas por novos grupos e gerações, redesenham continuamente a configuração urbana sobrepondo camadas do passado. Assim como nos pergaminhos reutilizados para novas escrituras – origem do termo *palimpsesto* –, a cidade é constantemente reescrita, adaptando-se às novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Dessa forma, a crescente aceleração do desenvolvimento urbano intensifica o processo de transformações, tornando os testemunhos históricos cada vez mais efêmeros. Ainda assim, alguns testemunhos persistem, fragmentos de um passado que resistem às camadas sobrepostas da cidade. Muitas vezes, essa permanência se deve à valorização e ao reconhecimento dos patrimônios, culminando na sua preservação.

O conceito de patrimônio, que inicialmente estava relacionado a bens familiares transmitidos de geração em geração, evoluiu com o tempo. De acordo com Choay (2014), ele foi ampliado para incluir um inventário de bens históricos que passaram a ter um caráter público, abrangendo diferentes grupos e se tornando amplamente reconhecido como patrimônio histórico. Auxiliando na memória dos grupos, com subsídios que ajudam a manter, no presente, a história dos acontecimentos passados.

Frequentemente utilizados como sinônimos, enquanto o conceito de patrimônios é visto de forma mais abrangente, os monumentos, na perspectiva da autora refere-se a: “Qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção (sic) sobre a memória [...]” (Choay, 2014, p. 17). Ou seja, o monumento era inserido no meio urbano de forma intencional, a fazer rememorar.

No entanto, o monumento, quando abordado como histórico, não se limita à intenção de rememorar. Ele pode, ainda, fazer parte da história, sendo considerado um monumento histórico, a partir da análise de historiadores e da sociedade, que o associam a um momento específico da história. Assim, Choay (2014) afirma que a produção do passado pode ser vista como histórica, independentemente da finalidade para qual foi criada.

As iniciativas de proteção dos testemunhos históricos, sejam eles edificações que foram valorizadas ao longo dos anos, ou monumentos intencionais para a rememoração, começou a ser discutida no século XVIII com a Revolução Francesa, iniciando as discussões com relação a preservação (Choay, 2014). Com o passar dos séculos, esse debate se expandiu, levando à criação de diretrizes voltadas à conservação do patrimônio em escala internacional. Em 1931, ocorreu a primeira conferência sobre o tema, resultando na Carta de Atenas. Esse documento estabeleceu diretrizes para a gestão e conservação dos monumentos históricos, abordando princípios doutrinários, legislação, valorização dos bens, materiais de restauração, processos de deterioração, técnicas de conservação e cooperação internacional (IPHAN, 1931).

Somando a Carta de Atenas, outras cartas patrimoniais foram elaboradas ao longo do tempo para redefinir a preservação dos bens culturais e históricos em diferentes contextos. Um exemplo é a Carta de Veneza de 1964, que estabelece diretrizes para a restauração de monumentos, ampliando a compreensão do que pode ser considerado monumento histórico:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende tanto criações arquitetônicas isoladas quanto sítios urbanos ou rurais que testemunham uma civilização, uma evolução significativa ou um evento histórico. Essa definição abrange não apenas grandes obras, mas também construções mais simples que, ao longo do tempo, adquiriram relevância cultural (IPHAN, 1964, p. 1-2).

A citação acima evidencia a ampliação do conceito de monumento histórico, que, em séculos passados, era frequentemente associado à estética ou a eventos marcantes. Enquanto a Carta de Atenas restringia a preservação a patrimônios isolados, a Carta de Veneza amplia esse entendimento ao abranger também sítios urbanos e preserva sua materialidade original junto a pátina do tempo (Buckley e Sullivan, 2014, p.35 *apud* Marinho, 2019).

A compreensão da valorização dos monumentos e patrimônios pode ser analisado a partir dos valores atribuídos a eles, os quais foram ampliados ao longo do tempo. Sendo Alois Riegl um dos primeiros estudiosos a tratar do tema a partir dos valores. Segundo Castro e Santos (2021), Riegl, destaca o papel da sociedade na preservação dos monumentos, reconhecendo o valor histórico como aquilo que pertence a um período específico e não pode ser substituído. No entanto, o valor histórico está diretamente ligado ao artístico, já que todo monumento artístico carrega uma dimensão histórica.

A preocupação com a preservação dos monumentos está diretamente relacionada à sua valorização, que se dá tanto pela sua continuidade no tempo quanto pelo seu vínculo com eventos históricos. Conforme descrito por Castro e Santos (2022), a partir das contribuições de Riegl, ao introduzir o conceito de valor de antiguidade, um monumento deve ser preservado por suas marcas do tempo, que são vistas como um elemento que reflete o processo histórico que ele atravessou. Por outro lado, é observado que os monumentos possuem um valor histórico ligado à sua conexão com um momento específico da história, o que implica que, em alguns casos, é necessário preservar a aparência original do monumento para manter essa relação com o passado.

Nessa perspectiva, ainda sobre os estudos de Riegl, as autoras Castro e Santos (2022, p.2) abordam a ampliação das noções de valores:

Os valores iniciais de monumentalidade e de antiguidade – que abrangeriam o histórico – foram definidos como rememorativos. A estes, Riegl acrescentou outros: 1. de contemporaneidade, que abrigariam o valor de uso, no qual manifestou a importância em se manter o edifício em plena utilização; e 2. artístico, subdividido em valor de novidade, para obras recém criadas e vinculadas à unidade de estilo, e valor artístico relativo, para aquelas que atenderiam aos critérios estéticos do homem contemporâneo.

Analisando o fundamento de valorização dos bens culturais e históricos, Marinho (2019), ao estudar a conservação do patrimônio arquitetônico moderno, aponta que a Carta de Veneza fundamenta a preservação dos monumentos nos valores de memória,

associando-os a signos identitários de um passado específico. No entanto, essa abordagem não contempla os monumentos da atualidade.

O autor dialoga com essa ideia ao destacar que muitos edifícios da arquitetura moderna, por não serem adequadamente reconhecidos em seu período original, acabam sendo excluídos do espaço urbano com o passar dos anos.

Marinho (2019), assim como Castro e Santos (2022), também utiliza das contribuições de Riegl, o autor descreve que a percepção do valor de um monumento é dinâmica e socialmente construída. Isso significa que a relevância de um bem cultural não se resume a aspectos artísticos ou históricos do passado, mas está intrinsecamente ligada à forma como é interpretado e valorizado pela sociedade em diferentes contextos temporais. Essa dinâmica reforça que o reconhecimento de um monumento não se limita ao momento de sua construção.

Como ressalta Marinho (2019), a conservação baseada em valores culturais permite que os grupos sociais identifiquem suas próprias narrativas e desenvolvam métodos de preservação. Dessa forma, a preservação transcende a mera manutenção física: torna-se um processo ativo de diálogo entre passado, presente e as múltiplas camadas de significado atribuídas ao patrimônio. Observa-se, portanto, que o valor atribuído a um monumento é amplo.

Ainda é possível, retornar as contribuições de Choay (2014) e discutir a valorização dos bens históricos e culturais. A ampliação e compreensão dos valores atribuídos, destaca que um monumento pode possuir valor cognitivo, ao transmitir conhecimento e memórias históricas; valor econômico, ao fomentar a economia local, especialmente por meio do turismo; e valor artístico, que se relaciona com a apreciação estética da obra.

A autora resgata a concepção de valor de memória, também denominado valor de devocão, a partir de Ruskin. Assim, a arquitetura auxilia a memória coletiva, permitindo que diferentes gerações estabeleçam conexões com o passado. Esse fenômeno ocorre quando a arquitetura preserva sua essência e mantém seu papel memorial por meio da qualidade de sua produção e do significado simbólico que lhe é atribuído ao longo do tempo (Choay, 2014).

No Brasil, as discussões sobre preservação patrimonial ganham destaque a partir de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O SPHAN estabeleceu as primeiras políticas de conservação e iniciou o processo de tombamento de bens culturais no país. Entretanto, a aplicação dessas políticas ocorreu de

maneira desigual. Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia concentraram grande parte dos tombamentos, enquanto regiões como a Amazônia tiveram poucos bens reconhecidos, resultando na marginalização de parte do patrimônio cultural brasileiro (Rubino, 1996; Santos 1996).

Para o grupo que estruturou a academia do SPHAN, a noção de patrimônio estava associada à preservação de monumentos históricos e estéticos para as futuras gerações. O objetivo era garantir a conservação de bens que pudessem fornecer conhecimento e fortalecer a identidade nacional ao longo do tempo, principalmente pois, criado durante o Estado Novo, e sob governo de Getúlio Vargas, o país estava constantemente inclinado no discurso de identidade nacional idealizada. Nesse sentido, o patrimônio era entendido como um testemunho de uma nação, representado por símbolos que conferem visibilidade a marcos históricos e períodos passados (Santos, 1996; Cavalcanti 1996).

Com o passar dos anos, o SPHAN, como era conhecido torna-se IPHAN (Instituto do Patrimônio Cultural Brasileiro) em 1970 e tem-se hoje como principal órgão ao registrar, organizar e fiscalizar os símbolos que representam nossas raízes culturais, muitos dos quais são reconhecidos como bens de importância mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além disso, a Constituição Federal de 1988 define os patrimônios culturais como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Esses patrimônios incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 126).

Junto aos órgãos mencionados a cima, cada estado do Brasil tem seu próprio órgão responsável pela herança histórica e cultural daquela região. Na Bahia, onde se encontra nosso objeto de estudo, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) assume esse papel. No município feirense, a Lei Nº 3355, de 21 de fevereiro de 2013, dirige os procedimentos para os tombamentos de bens culturais em âmbito municipal.

Até este ponto, a discussão centrou-se nos valores atribuídos aos bens edificados, porém, há outra categoria igualmente relevante: os bens imateriais, também conhecidos

como intangíveis. Como já mencionado, a Constituição de 1988 ampliou a compreensão do patrimônio cultural ao reconhecer a importância das expressões culturais imateriais, como saberes, práticas, modos de viver e tradições transmitidas entre gerações. No entanto, foi apenas nos anos 2000, com o avanço das pesquisas sobre patrimônio imaterial, que o IPHAN estruturou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)¹⁹

Meneses (2012) aponta que a relação entre patrimônio material e imaterial é indissociável, pois as manifestações imateriais se expressam e encontram suporte na materialidade. Um exemplo dessa relação é a catedral do século XII, mencionada por Ulpiano Meneses em sua participação no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2012). Nela, as práticas religiosas transmitidas ao longo do tempo — consideradas imateriais — se vinculam à materialidade da edificação, que serve como espaço de referência para essas manifestações.

Além disso, Meneses (2012) argumenta que o reconhecimento oficial, como o tombamento, não é, por si só, suficiente para definir o valor de um bem cultural. Esse valor se constrói a partir da atribuição de significados pela sociedade, abrangendo tanto elementos materiais quanto imateriais. Segundo o autor, essa valorização ocorre por meio de cinco dimensões: cognitiva, formal, afetiva, pragmática e ética.

Os valores cognitivos estão ligados ao conhecimento que um bem proporciona, funcionando como um documento que permite compreender sua natureza (Meneses, 2012). Os valores formais, por sua vez, estão relacionados à percepção sensorial e à capacidade de um objeto evocar lembranças, tornando mais profundo o vínculo entre indivíduo e ambiente (Meneses, 2012).

Os valores afetivos dizem respeito à memória coletiva e ao fortalecimento da identidade de determinados grupos sociais, frequentemente permeados por aspectos subjetivos (Meneses, 2012). Já os valores pragmáticos envolvem a funcionalidade e a adequação de um espaço às atividades nele realizadas. Por fim, os valores éticos se referem não ao bem em si, mas às interações sociais que ele possibilita, baseadas no reconhecimento e respeito ao outro (Meneses, 2012).

Assim sendo, essas dimensões ajudam para compreender a relevância dos bens culturais no meio urbano. O patrimônio carrega diferentes valores, desempenhando um papel na preservação da memória e na construção da identidade coletiva (Rodrigues, 2012; Meneses, 2012). Entretanto, assim como visto por Pesavento (2004), no início desse

¹⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

tópico, o espaço urbano está em constante em transformação, o que muitas vezes resulta na ausência de bens culturais e históricos.

Como ocorre em muitas cidades, a Rua Sales Barbosa passou por transformações que alteraram sua configuração ao longo do tempo. Essas mudanças, ao sobrepor camadas sucessivas ao tecido urbano que envolve a arquitetura local, resultaram na perda de testemunhos, como por exemplo a arquitetura menor. O conceito de arquitetura menor é utilizado por Giovannoni (1931), para designar construções que, embora não sejam monumentos de grande notoriedade, desempenham um papel na identidade e na história urbana, como a arquitetura doméstica.

Diferentemente de abordagens que conferem à arquitetura menor um caráter estritamente funcional ou secundário, Giovannoni (1931) a insere na discussão patrimonial ao reconhecer seu valor histórico e estético, destacando sua importância para a composição do tecido urbano e para a continuidade da memória coletiva (*Apud Choay, 2014*).

Nas décadas de 1940, com a implementação do Código de Posturas e a abertura da Avenida Getúlio Vargas, houve uma intensificação do uso de novas técnicas arquitetônicas e da busca por uma urbe que simbolizasse modernização e progresso. Esse contexto impulsionou reformas nas fachadas da Rua Sales Barbosa, as quais, neste estudo, são consideradas testemunhos históricos das transformações urbanas desse período.

Entretanto, a ausência de registros materiais explícitos sobre as fachadas da rua entre os anos de 1940 e 1980 — analisadas no capítulo 3 — dificulta a reconstrução de sua configuração original. As edificações, predominantemente no estilo Art Déco, apresentavam elementos geométricos, simetria e uma linguagem arquitetônica alinhada aos valores que se buscava na época.

O valor de memória relaciona-se com a arquitetura menor, frequentemente consideradas secundárias, desempenham um papel na narrativa histórica das cidades. Esse pensamento leva à reflexão sobre como a perda das fachadas da Rua Sales Barbosa se insere em um fenômeno recorrente na história urbana, e que são excluídas dos debates sobre preservação. Assim sendo, essa arquitetura menor, composta por edificações que, apesar de não serem monumentais, integra o cenário urbano e contribui para a compreensão do passado. No entanto, como se observa, esses testemunhos históricos nem sempre são reconhecidos em seu próprio tempo, sendo valorizados apenas por gerações futuras (Giovannoni, 1931 *apud Choay, 2014; Marinho, 2019*).

Além das transformações materiais, o bem imaterial representado pela feira livre

da Rua Sales Barbosa foi progressivamente dissolvido, enfraquecendo seu papel como referência na construção da memória coletiva. Ainda que não seja o foco central deste trabalho, a antiga feira livre é referência na construção da dinâmica feirense, tanto para os moradores locais, que faziam uso cotidiano do espaço, quanto para visitantes de outras cidades, dada a ampla projeção regional que possuía. Com a industrialização, a criação do CIS e as reformas no centro urbano, especialmente na Rua Sales Barbosa, a feira deixa de ocupar esse território, contribuindo para o enfraquecimento dos rememorações espontânea a partir dos signos que compõe a dinâmica da feira livre.

Dessa forma, percebe-se que os valores atribuídos ao patrimônio influenciam diretamente sua permanência ou descaracterização. Esse processo reforça a importância de compreender a memória coletiva no meio urbano como um fenômeno dinâmico, condicionado por fatores que determinam o que será preservado e o que será perdido ao longo do tempo, o que reflete no contexto histórico da Rua Sales Barbosa.

2.2 ARQUITETURA, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA

Compreender a renovação urbana e a preservação dos bens culturais, faz-nos refletir sobre o processo de seleção do que é preservado, pois essa escolha determina quais memórias serão perpetuadas e quais podem ser esquecidas. Como visto através de Choay (2014), Castro e Santos (2012), Meneses (2012) e outros autores, a preservação dos bens é influenciada tanto pelo valor atribuído a eles pela sociedade quanto pelas decisões daqueles que detêm o poder de escolha, agentes administrativos. Isso tem um impacto direto na construção das narrativas históricas e na memória coletiva do local.

Halbwachs (1990), a partir de seus estudos sobre a memória coletiva, destaca que essa memória se constitui por meio de referências sociais, tais como signos, grupos, monumentos e marcos simbólicos, que auxiliam na recordação de momentos passados. Esses momentos, no entanto, nem sempre foram vivenciados por aqueles que os rememoram. Muitas vezes, a memória coletiva se ancora em grupos e signos que carregam consigo fragmentos e testemunhos que compõem um repertório memorial, ainda que esses indivíduos não tenham experienciado diretamente os fatos recordados. Dado exposto, a memória coletiva está em constante transformação, influenciada pelas narrativas e pelos instrumentos que a fortalece.

O autor raramente aborda a memória individual de forma isolada, pois, em sua

visão, mesmo as lembranças aparentemente pessoais estão inseridas em um contexto coletivo. Ou seja, embora cada indivíduo tenha suas próprias experiências, suas memórias são sustentadas e moldadas pelas lembranças de outras pessoas. Isso acontece porque a memória individual se constrói a partir das interações do sujeito com os grupos aos quais pertence e é transmitida por meio da linguagem e da socialização. Assim, os grupos sociais aos quais pertencemos oferecem base para a formação e compreensão de nossas recordações, sempre que há um ponto comum de convergência nas experiências compartilhadas (Halbwachs, 1990).

Além disso, novas interações e a chegada de diferentes indivíduos a um grupo podem alterar as referências existentes, modificando as interpretações e ressignificando lembranças, sendo assim, ainda que as memórias sejam construídas socialmente, elas não são imutáveis. Esse processo também ocorre com o passar das gerações, o que reforça que nossas recordações se apoiam nas memórias de outros indivíduos, resultando na construção de novas lembranças.

Dessa forma, ainda que uma lembrança seja evocada de maneira individual, seu significado se sustenta na memória compartilhada com outros sujeitos e elementos do ambiente. Para Halbwachs (1990), a memória individual é uma expressão particular da memória coletiva, sendo a primeira sempre derivada da segunda, ainda que seus caminhos e percepções possam variar entre os diferentes grupos:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 25).

Dessa maneira, nunca estamos verdadeiramente sós, pois a memória se ativa de acordo com os signos que compõem o ambiente e o contato com os diferentes grupos – ao caminhar sozinho pela cidade, o sujeito é constantemente interpelado por formas, ruas, placas e outros elementos que o fazem recordar acontecimentos –, que podem interpretar um mesmo espaço de maneira distinta, criando diferentes perspectivas sobre um mesmo ponto de referência (Halbwachs, 1990).

Como os grupos fornecem os elementos necessários para a recordação, o distanciamento do mesmo, pode enfraquecer certas lembranças, tornando-as mais difíceis de acessar. Halbwachs (1990) aponta que o esquecimento ocorre, quando há um afastamento do grupo social que sustentava determinada memória. Esse fenômeno se

intensifica ao longo do tempo, à medida que o indivíduo passa a integrar novos grupos e modificar seu ponto de vista sobre vivências passadas. Dessa forma, há um esquecimento seletivo e algumas memórias acabam perdendo a relevância.

Nesse contexto, tem-se ainda a dinâmica entre a memória coletiva e memória histórica. Para Halbwachs (1990), a memória histórica não se manifesta diretamente por meio de indivíduos pertencentes a um grupo social ativo, mas sim por registros e vestígios do passado. Ela se diferencia da memória coletiva porque, ao invés de ser transmitida espontaneamente entre os membros de um grupo, depende de documentos, monumentos e outros suportes materiais para sua preservação.

Esse conceito se aproxima da ideia de “lugares de memória”, proposta por Pierre Nora (1993), onde a lembrança não ocorre naturalmente, mas exige um esforço de rememoração e, muitas vezes, um deslocamento físico até os locais que guardam esses registros.

Segundo Nora (1993), a história representa aquilo que já não existe mais. Ele observa que, com as rápidas mudanças na sociedade, a memória, que antes era transmitida de maneira natural entre as gerações e integrada ao cotidiano, agora se vê confinada pela história. Isso significa que o esforço para transmitir a memória às futuras gerações não ocorre mais de forma espontânea. Ela se torna dependente de documentos e reconstruções históricas que nos ajudam a lembrar eventos passados e modos de vida anteriores, o que podemos encontrar por exemplo, nesse trabalho, que resgata a arquitetura antes vista na Rua Sales Barbosa.

Assim, os lugares de memória se tornam os detentores dessas histórias, preservando-as contra o esquecimento. Pierre Nora (1993) também destaca a “problemática dos lugares de memória”, que se refere à manipulação das reconstruções históricas. Segundo Nora, tanto a memória quanto a história podem ser instrumentalizadas por grupos políticos para exercer controle social e consolidar poder. Nesse contexto, os lugares de memória preservam o passado, mas também se tornam campos de disputa onde diferentes grupos buscam moldar a narrativa histórica conforme seus interesses.

Completando o exposto por Nora (1993), Halbwachs (1990, p. 41), contribui para essa refletiva, descrevendo que:

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com

que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.

Podemos ainda pensar na transferência da memória coletiva e da memória histórica ao buscar recordar a partir de gerações anteriores. Halbwachs (1990) exemplifica que uma criança que convive com os avós consegue rememorar, através desse convívio e da narrativa compartilhada, experiências de gerações às quais não pertence, mas que foram vividas pelos avós, ou ainda, pode acessar memórias de grupos que perpetuam seus hábitos antigos. Dessa forma, a memória coletiva torna-se presente, mas, caso os grupos deixem de transmitir seus costumes, essa memória se perde e precisa ser registrada para que seja possível rememorar o fato ou o hábito, tornando-se memória histórica.

No contexto urbano, a perspectiva de Halbwachs (1990) é analisada ao relacionar os signos que configuram as cidades e o sujeito que rememora a partir desses. Ao relacionar memória coletiva e espaço, o autor, apoiando-se em Auguste Comte, argumenta que o meio material se modifica lentamente, proporcionando estabilidade e uma sensação de continuidade, sem causar estranhamento imediato. No entanto, quando um indivíduo, por alguma circunstância, precisa modificar seu ambiente habitual ou se adaptar a um novo espaço, essa mudança pode gerar incertezas.

Halbwachs (1990) complementa essa ideia ao afirmar a relação entre sujeito e ambiente. De acordo com o autor, o indivíduo transforma o espaço ao seu redor, assim como o ambiente também influencia sua identidade e percepção:

Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (Halbwachs, 1990, p. 102).

Como visto, a aparente estabilidade dos espaços fortalece os laços entre os grupos e o ambiente. A resistência às transformações é percebida quando ocorre o deslocamento de populações. Muitas vezes, os grupos tentam preservar sua identidade e seus costumes mesmo em novos territórios, o que explica a permanência de práticas e referências culturais em meio às mudanças urbanas (Halbwachs, 1990). Dessa forma, a memória coletiva não se limita ao interior do grupo, ela se ancora nos espaços por ele ocupados.

A dinâmica da memória no ambiente urbano não se dá apenas pela evocação do

passado, mas também pelo esquecimento coletivo, frequentemente influenciado por grupos que detêm maior poder econômico e político, os quais selecionam o que deve ou não permanecer no espaço urbano (Rodrigues, 2012). Além de fornecer referências simbólicas para a memória, o ambiente contribui para a construção da identidade coletiva. Embora esta pesquisa não se aprofunde no conceito de identidade, é possível observar que a relação entre memória e bens culturais desempenha um papel na construção desse processo. Como aponta Rodrigues (2012), o patrimônio funciona tanto como símbolo quanto como herança do passado, servindo como um meio de ressignificação e reafirmação identitária para determinados grupos.

No entanto, Eliana Rolim (2013), ao contribuir para a análise entre patrimônio, memória e identidade, ressalta que os patrimônios preservados no contexto urbano nem sempre geram um sentimento de pertencimento para a comunidade local. Isso ocorre porque há uma manipulação nas escolhas sobre o que é preservado, o que influencia a memória e a história dos grupos de forma a refletir os interesses das instâncias que controlam essas decisões, o que nos aproxima das contribuições de Pierre Nora anteriormente discutidas ao longo do tópico.

Diante da relação entre memória e espaço urbano, Pesavento (2005) destaca que a reconstrução de uma memória é por vezes atribuída ao testemunho e esses são retratados nas narrativas históricas. Contudo, ao se tratar de recuperar o passado de uma cidade, é importante que o leitor faça um esforço a sua subjetividade, uma vez que as narrativas históricas são perspectivas não completas do passado.

Tendo em vista que, as maiores transformações ocorrem nos centros urbanos, que tendem a substituir as formas preexistentes, Pesavento (2005) retrata que esse fenômeno faz com que se perca a rememoração espontânea através dos signos que auxiliam a memória coletiva. A cidade deixa de fornecer estímulos que possam remeter a sua história e suas marcas ao passar dos anos. Dito isso, a espoliação das lembranças na cidade, frequentemente sem equilíbrio afeta a maneira como os indivíduos percebem e se relacionam com a cidade, pois a substituição dos elementos urbanos dificulta a contemplação e o reconhecimento do passado.

Pesavento (2005), discute como o vínculo entre memória e história na cidade se fortalece por meio da arquitetura. Para a autora, assim como a escrita permite ao historiador perpetuar narrativas, a arquitetura funciona como uma leitura da cidade, desempenhando um papel fundamental no processo de rememoração espontânea:

A memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. Nesta medida, arquitetura, memória e história poderiam ser definidas como atividades humanas marcadas pelo enfrentamento com o tempo, assegurando registros voltados para a durabilidade (Pesavento, 2005, p. 15).

Nesse cenário, a autora ressalta que toda arquitetura pode ser interpretada como um monumento, pois auxilia na preservação das lembranças e na interpretação do passado. A patrimonialização, para Pesavento (2005), surge como uma tentativa de equilibrar as perdas decorrentes das constantes transformações urbanas. Dito isso, vale ressaltar que patrimonializar não significa congelar a cidade no tempo, mas sim permitir que os indivíduos compreendam suas dinâmicas e reconheçam suas mudanças ao longo da história.

Na Rua Sales Barbosa, é possível perceber a ausência desse equilíbrio. Seu percurso histórico mostra tensões entre a expansão urbana e a preservação dos elementos que sustentam a memória coletiva. Ao longo do tempo, a dinâmica marcada pela presença da feira livre e pelas intervenções que alteraram sua configuração material, deu lugar a uma tentativa de reconfiguração do espaço urbano, alinhada aos ideais de progresso e modernização, o que de certo modo é comum em diversas cidades. No entanto, nem mesmo as edificações alinhadas ao novo ideal de modernização foram preservadas, como as fachadas construídas em linguagem Art Déco. A rua perdeu elementos materiais, incluindo expressões artísticas, técnicas construtivas e manifestações culturais, como a feira livre, que eram representativas de um período histórico. Fundamentais para a compreensão de seu passado e para eventuais ações de preservação.

Observa-se que na rua foi preservado o Mercado de Arte Popular. Embora o reconhecimento formal como patrimônio só tenha ocorrido em 1992, sua permanência pode estar relacionada à continuidade do uso, o que sugere que o valor atribuído a certos espaços pode depender, em parte, de sua funcionalidade e apropriação social no tempo. Como apontam os autores discutidos neste capítulo, o reconhecimento patrimonial muitas vezes vem tardiamente.

Esse cenário suscita reflexões sobre os impactos dessas perdas na construção da memória coletiva. De acordo com Halbwachs (1990), a memória está ancorada em suportes materiais e simbólicos que possibilitam a evocação do passado. Quando esses suportes se perdem, como ocorre na Rua Sales Barbosa, as lembranças se fragilizam e tendem a desaparecer. A ausência de elementos materiais legíveis na rua, como as fachadas

históricas, dificulta a leitura do passado por quem a percorre hoje, restando como fontes de memória apenas documentos, fotografias e registros jornalísticos, ou seja, os lugares de memória propostos por Nora (1993).

Vale ressaltar que entre 1940 e 1960, foi observado o uso de jornais para relatar sobre a rua. Este construiu uma narrativa e uma memória negativa sobre o local, reforçando uma imagem de desordem e inadequação. Essa representação influenciou a percepção coletiva sobre o espaço, e reforçou o discurso para intervenções urbanas. Nesse processo, a memória coletiva é mobilizada de forma a atender aos interesses de determinados grupos sociais, como as elites locais, o que nos leva a observar a manipulação da memória e história do local.

3 A ARQUITETURA DA RUA SALES BARBOSA: ESTILOS E TRANSFORMAÇÕES

Na Rua Sales Barbosa, as fachadas comerciais carregaram vestígios das transformações que ocorreram entre 1940 e 1980, expressando os ideais de progresso e modernização que influenciaram a configuração arquitetônica do centro de Feira de Santana, e que através da arquitetura, registrava a história do local. Este capítulo se dedica a compreender os estilos arquitetônicos, analisando as fachadas em relação aos valores estéticos e funcionais predominantes no período. Além disso, busca-se discutir a presença e a descaracterização desses elementos, refletindo sobre alternativas para pensar a preservação da arquitetura no centro feirense.

3.1 A ARQUITETURA DA RUA SALES BARBOSA ENTRE 1940 E 1980

Retomando as contribuições de Pesavento (2004) sobre a cidade como palimpsesto, percebe-se que o espaço urbano está em constante reconfiguração para atender às demandas de cada época, sobretudo modificando a arquitetura. A autora comprehende a arquitetura como um monumento capaz de estimular a rememoração para os grupos. No entanto, as transformações sucessivas resultam na perda de referências que poderiam permitir uma leitura mais clara da história local.

A Rua Sales Barbosa, redesenhada ao longo de décadas, expressa o processo de transformação. Dessa forma, as edificações analisadas nesta pesquisa, no recorte temporal de 1940 a 1980, com o processo de descaracterização encontram-se, hoje, ausentes no espaço da rua.

Em 1940, a Rua Sales Barbosa apresenta suas primeiras plantas arquitetônicas de fachadas²⁰, predominantemente na linguagem Art Déco, arquitetura frequentemente associada às demandas de progresso e modernização (Correia, 2008).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se uma busca por novas formas estéticas que substituíssem o Art Nouveau, até então predominante. Surgiram composições mais dinâmicas e geométricas, influenciadas por movimentos de vanguarda. Essa nova linguagem foi apresentada na Exposição Internacional de 1925, e mais tarde ficou conhecida como Art Déco (figura 15) (Bittar, 2012; Farias, 2018).

²⁰ Esses documentos foram encontrados no Arquivo Público Municipal e no Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (CEDOC-UEFS), por meio do trabalho de Oliveira (2018), referência que constará na lista de referências ao final da dissertação.

Figura 15- Hôtel d'un Collectionneur na exposição de 1925, projetado por Pierre Patout



Fonte: Archdaily²¹

Nos anos de 1920, a valorização da identidade nacional ganhou destaque no Brasil, especialmente com a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. O evento reuniu exposições e debates que impactaram em várias áreas e influenciou na arquitetura, que assumia traços menos decorativos e mais efuncionais (Mendonça, 2011; Bittar, 2012).

De acordo com Bittar (2012) e Luccas (2005), uma das primeiras casas a refletir as ideias modernistas foi projetada por Gregori Warchavchik em São Paulo, por volta de 1927. Embora a residência de Warchavchik evidencie características do estilo moderno e racionalista, Luccas (2005) observa que é possível perceber também influências do Art Déco (figura 16).

²¹ Disponível em: https://www-archdaily-com.translate.goog/793367/ad-classics-exposition-internationale-des-arts-decoratifs-et-industriels-modernes?_x_tr_sl=en&_x_tr_t=pt&_x_tr_h=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 06 fev. 2025.

Figura 16- Casa Modernista projetada por Gregori Warchavchik, 1927



Fonte: Archdaily²²

Cardoso e Kahtouni (2020) apontam que, mesmo após o movimento modernista consolidado na semana de 1922, os brasileiros já haviam adotado o Art Déco na configuração de sua arquitetura. Um dos exemplos dessa influência é o Cristo Redentor, inaugurado no Rio de Janeiro em 1931, cuja estrutura apresenta características do estilo mencionado (Figura 17).

²² Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-17010/classicos-da-arquitetura-casa-modernista-da-rua-santa-cruz-gregori-warchavchik/5627b6b5e58ece127a000253-classicos-da-arquitetura-casa-modernista-da-rua-santa-cruz-gregori-warchavchik-imagem>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Figura 17- Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Conhecido como a maior estátua no estilo Art Déco no Brasil.



Fonte: Archdaily²³

Embora sua disseminação tenha ocorrido a partir da década de 1920, de acordo com Farias (2018), a nomenclatura *Art Déco* só foi consolidada nos anos 1980. O estilo, caracterizado pelo uso do concreto armado, ferro e vidro, recebeu diferentes interpretações: “estilo moderno, futurismo, *streamlinedmodern*, *zigzagmodern*, arte decorativa moderna, *jazz modernstyle*, *style 1925*, arte funcional são algumas das denominações utilizadas pela historiografia” (Farias, 2018, p.34). Além disso, sua associação com a indústria e com a estética da modernidade levou à outras denominações como proto-moderno, pré-moderno ou proto-racionalista.

Entre essas designações, o proto-moderno foi a mais utilizada até os anos 1980, para quem considerava o Art Déco como antecedente ao movimento moderno. No entanto, essa classificação gerava impasses conceituais, já que sugeria que a arquitetura anterior ao modernismo pertencia a um período de transição indefinido, reconhecendo como moderno apenas aquilo vinculado ao movimento modernista. Ainda assim, como já discutido, o Art Déco surgiu como uma alternativa dentro das tendências modernas, sem, contudo, ser propriamente modernista (Farias, 2018).

²³ Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/903496/os-desafios-para-a-construcao-do-cristo-redentor/5bbb9712f197ccd6540001e4-os-desafios-para-a-construcao-do-cristo-redentor-imagem>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Enquanto alguns pesquisadores consideram o Art Déco como uma expressão proto-moderna, outros, como Renato de Fusco (1975), o enquadravam como proto-racionalista, inserindo-o no pós-eclético (*Apud* Farias, 2018). Nesse debate sobre sua classificação, Farias (2018, p.39) em sua tese, reconhece que: “ao contrário do que as palavras sugerem, não se trata de uma arquitetura que se desenvolveu depois do eclético e antes do moderno, mas sim, de forma simultânea e paralela a estas outras manifestações”.

Além disso, de acordo com Correia (2008) é também conhecida como uma arquitetura progressista, cujo interior oferece conforto e higiene. A autora discute que o estilo tem influências da arquitetura *beaux-arts*, com sua simetria e “repartição da fachada em base, corpo e coroamento” (Correia, 2008, p. 48), incorporando, assim, elementos da arquitetura neocolonial, clássica e moderna.

Farias (2018) aborda que o Art Déco ainda é enquadrado no termo modernidade pragmática por Segawa (1999). Nesse sentido o estilo era visto como algo associado a modernidade sem perder de vista a parte historicista:

O autor engloba o art déco na chamada “modernidade pragmática”, arquitetura desenvolvida no Brasil dos anos 1920 aos anos 1940 que apresenta ainda expressões arquitetônicas com “toques perretianos” e de vertente nacionalista, assim, o déco não é o foco dessa definição. O autor enfatiza a questão do art déco conciliar a modernidade da sociedade da era da máquina, mas que não conseguir se desligar de seu passado historicista (Segawa, 1999, p.54, *apud* Farias, 2018, p. 40).

Tendo em vista as diferentes nomenclaturas e atribuições relacionadas à caracterização do Art Déco, Farias (2018) revela que as frequentes discussões sobre o tema impediram que o estilo fosse devidamente valorizado do ponto de vista histórico. Apenas na década de 1950, o termo foi utilizado pela primeira vez por Armand Lanoux em seu livro *Paris 1925*, derivado do diminutivo de *arts décoratifs*. No entanto, foi na década de 1980 que a expressão se popularizou, passando a ser amplamente utilizada para caracterizar o estilo.

Além dos desafios relacionados à nomenclatura do Art Déco, há também a discussão com relação a sua classificação como estilo, linguagem ou movimento. Farias (2018) descreve a partir de Conde e Almada (2000, p. 9-10) que o Art Déco não é considerado um movimento, pois não resultou de uma inovação específica nem contou com manifestações para sua aceitação.

Por outro lado, Cardoso e Kahtouni (2020) relaciona o Art Déco como um movimento vanguardista do início do século XX. Para as autoras o Art Déco encontra-se entre o Art Nouveau e o Modernismo, e ainda sugere que:

Mais que formas inseridas na paisagem urbana, o Déco foi um movimento vanguardista, de visão de futuro, focado na modernidade e no progresso das nações. Na arquitetura, o Déco emoldura diversos usos e funções adaptados ao caráter da obra, desde instituições (sociais, culturais, educacionais) até hospitais, estações ferroviárias, mobiliário urbano, residências e também obras de arte e monumentos, que se revelam como grandes potenciais paisagísticos e culturais (Cardoso e Kahtouni, 2020, p. 2).

Farias (2018) explica que o termo “estilo” se refere a um conjunto de características formais e estéticas reconhecíveis, que se dissemina em massa e identifica uma determinada região ou época. Ou seja, um estilo é relativamente uniforme e delimitado. Já o Art Déco apresenta um caráter pluralista, reunindo elementos de diferentes estilos em sua composição. Por isso, não pode ser considerado um estilo no sentido restrito do termo, mas sim uma linguagem arquitetônica, que funciona como um repertório mais amplo de formas e influências, capaz de incorporar múltiplas possibilidades de expressão.

Embora haja divergências sobre sua classificação, é possível perceber que, mesmo diante dessa discussão, o Art Déco ainda é amplamente aceito e reconhecido como um estilo:

A partir da segunda década dos anos 2000, há uma crescente aceitação do termo estilo para se referir a essa produção. Em 2011, durante a realização do XI Congresso Mundial de art déco realizado no Rio de Janeiro, o Instituto art déco do Brasil usou o termo “estilo” no cartaz que divulgava o evento (Farias, 2018, p. 47).

No Brasil, o estilo, que se distingue do de Paris, difundiu-se rapidamente em meados da década de 1930. Enquanto na Europa o Art Déco estava restrito às camadas mais abastadas, no Brasil, ele foi amplamente aceito por diferentes públicos, independentemente da classe social, o que contribuiu para sua disseminação em diversas regiões. Apesar de sua origem francesa, o Art Déco desenvolvido no Brasil assumiu características próprias, diferenciando-se dos traços encontrados na Europa (Farias, 2018).

No país, é possível observar traços distintos do Art Déco encontrado na Europa, apresentando uma interpretação nacionalizada do estilo, adaptada às particularidades locais. Durante sua disseminação, o Governo Vargas buscava fortalecer a identidade

nacional, porém, o Art Déco não se enquadrava plenamente na estética nacionalista promovida na época. Ainda assim, o estilo incorporou referências nacionais, como à cultura indígena marajoara, evidenciando a sua fusão com elementos da identidade brasileira:

Entende-se que no Brasil, a chamada corrente “escalonada ou zig-zag” teria mesclado elementos indígenas ou marajoaras ao déco, numa adequação do estilo à busca de uma identidade nacional. Encontra-se muitas referências a esta influência, contudo, a sua presença efetiva, se restringe a detalhes de decoração ou serralheria e é registrado, em poucos exemplares no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e em rádio difusoras no interior de Pernambuco. Ou seja, apesar do apelo nacionalista, pouco aparece na disseminação desta arquitetura pelo país (Farias, 2018, p. 208).

Segundo Farias (2018), algumas características recorrentes no Art Déco brasileiro incluem o escalonamento, a presença de platibandas adornadas com formas geométricas, além do uso de frisos, ornamentos, marquises, terraços e relevos que conferem dinamismo às fachadas. A partir da análise da autora, observa-se que o escalonamento pode estar presente na fachada, na platibanda ou até mesmo nos muros. Esse elemento se destaca por criar volumes em relevo, conferindo dinamismo à composição arquitetônica (figura 18).

Figura 18- O uso do Escalonamento na fachada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, RS



Fonte: IBGE²⁴

Além do escalonamento, outro elemento marcante do estilo Art Déco é a platibanda, característica vista desde o neoclássico, cuja função principal é ocultar o

²⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445967&view=detalhes>. Acesso em: 06 fev. 2025.

telhado. Nesse contexto, a platibanda frequentemente apresenta frisos e elementos geométricos em alto e baixo relevo, reforçando a estética característica da época (Farias, 2018) (Figura 19).

Figura 19- Fachada com platibanda decorada e uso de frisos em Cordisburgo, Minas Gerais



Fonte: Cordis notícias²⁵ com intervenção da autora

Também são recorrentes o uso de marquises e balcões elementos que se projetam para além da fachada, avançando sobre as calçadas. As marquises são comuns em edificações comerciais, têm a função de proteger os clientes do sol e da chuva, incentivando uma permanência mais prolongada no local. Geralmente, são posicionadas acima dos acessos principais e janelas (Figura 20).

Figura 20- Fachada com o uso de marquises no acesso principal e janela. Cordisburgo, Minas Gerais.



Fonte: Cordis notícias²⁶ com intervenção da autora

²⁵ Disponível em: <https://www.cordisnoticias.com.br/2017/12/arquitetura-art-deco-em-cordisburgo.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Os balcões, por sua vez, são mais frequentes em edificações residenciais com mais de um pavimento (Figura 21).

Figura 21- Balcões na fachada em Blumenau (SC)



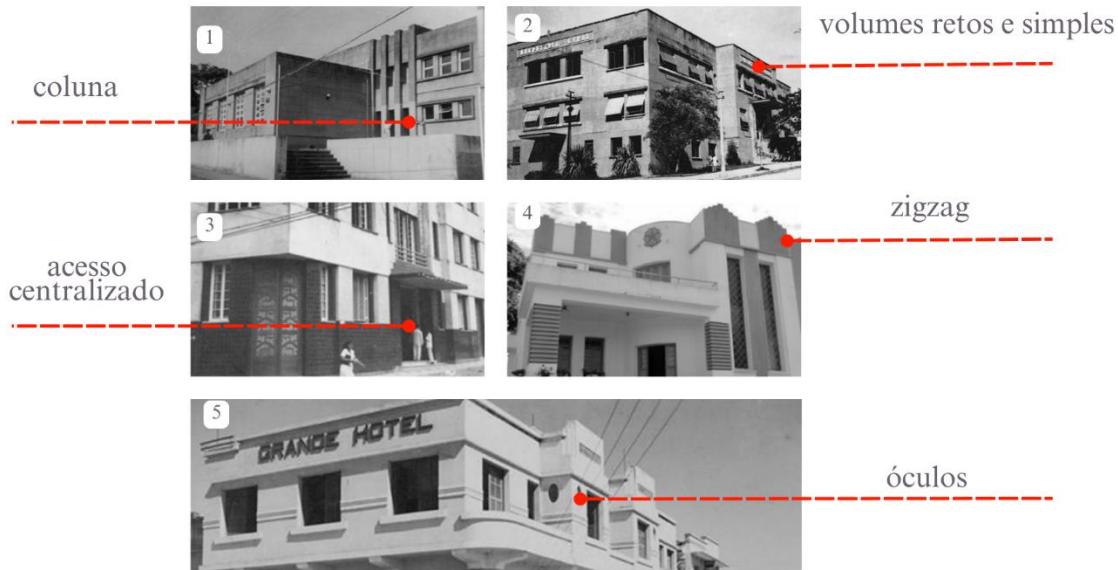
Fonte: Farias (2018, p.141) com intervenção da autora

Assim como Farias (2018), Ramos, Medeiros e Barthel (2014) ao analisar o Art Déco no Brasil e especialmente em Recife, observam características como: simetria, balcão arredondado, balcão chanfrado, balcão de ferro e retangular, colunas afrancesadas, esquina arredondada, frontão curvo ou triangular, grade metálica em muro, a utilização de estátuas, temática indígena, pestana em concreto, revestimento em pó de pedra, terraço, torre, volumes arredondados e entre outros. Além disso, nas fachadas, outras particularidades da arquitetura Art Déco incluem colunas, óculos, volumes retos e simples, linhas em zigzag e acessos principais centralizados (Correia, 2008; Diniz e Almeida, 2020) (figura 22).

Figura 22- Coluna (1) na fachada do Despojo ornamental na Faculdade de direito de Florianópolis (SC)/ Volume retos e simples (2) Despojo ornamental no edifício da Secretaria Geral do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá (MT) / Acesso principal centralizado (3) no Edifício da Associação Comercial do Amazonas em Manaus (AM)/ Zigzag (4) na fachada da Prefeitura Municipal de Xanxarê (SC)/ Óculos (5) na fachada do

²⁶ Disponível em: <https://www.cordisnoticias.com.br/2017/12/arquitetura-art-deco-em-cordisburgo.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Edifício do Grande Hotel em Sete Lagoas (MG)



Fonte: Farias (2018, p. 143 – 149) com intervenção da autora

No Nordeste, onde foram identificadas 537 edificações no estilo Art Déco²⁷, Farias (2018) observou a recorrência desse estilo, especialmente em sobradinhos de até três pavimentos, com o uso de escalonamentos, frisos, marquises e balcões. Na Bahia, estado em que se insere o objeto de estudo, a autora expõe que foram encontradas 132 edificações com características Art Déco, entre as quais destacam-se algumas, como a Fábrica de Charutos Pimentel e Costa Penna, no município de Muritiba e no Mercado municipal de Xique-Xique (figuras 23 e 24):

²⁷Informação extraída da tese de Farias (2018): *As expressões da modernidade no Brasil: o lugar da arquitetura associada ao termo Art Déco*, com dados baseados na *Encyclopédia dos Municípios brasileiros* divulgado pelo IBGE (1957-1964). As referências podem ser encontradas na lista de referências.

Figura 23- Fábrica de Charutos Pimentel, Muritiba (BA)



Fonte: Farias (2018, p.138)

Figura 24- Mercado Municipal, Xique-Xique (BA)



Fonte: Farias (2018, p.134)

Na capital do estado é possível observar-se características do Art Déco. Conforme Cardoso e Kahtouni (2020), buscando se aproximar do urbanismo sanitário, Salvador acolhe a arquitetura Déco como marco dessas transformações. Nesse contexto, destaca-se o Elevador Lacerda, que em 1930 passou por adaptações em projeto dos arquitetos Fleming Thiesen e Adalberto Szilard, com apoio da Otis Company, assumindo traços do Déco e consolidando-se como ligação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta (Cardoso; Kahtouni, 2020) (Figura 25).

Figura 25- Elevador Lacerda, Salvador (BA).



Fonte: o acervo da autora

Outros exemplos incluem o Instituto do Cacau da Bahia, construído em 1931 por iniciativa do então Secretário de Agricultura, Dr. Ignácio Tosta Filho, com o objetivo de representar e fortalecer a produção cacauícola (Figura 26), e o Edifício Oceania. Este último, iniciado na década de 1930 e inaugurado em 1943, conta com doze pavimentos com amplas varandas voltadas para o mar (Andrade, 2009) (Figura 27).

Figura 26- Instituto Cacau da Bahia, Salvador (BA)



Fonte: AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia.* Arquitextos, São Paulo, ano 07, n. 081.01, Vitruvius, fev. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/268>. Acesso em: 13 set. 2025.

Figura 27- Edifício Oceania, Salvador (BA)



Fonte: Paula Fróes / Correio24Horas. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/entre/1-predio-da-bahia-oceania-e-lembranca-da-epoca-que-salvador-queria-virar-paris-0822>. Acesso em: 13 set. 2025.

Em Feira de Santana, uma das primeiras construções no estilo Art Déco foi a antiga Usina de Algodão, datada de 1930, localizada na rua Senador Quintino. Na figura 28, é possível observar a aplicação de ornamentos característicos desse estilo, como simetria, linhas geométricas, marquises e um acesso centralizado, além dos elementos decorativos em linhas zigzag na platibanda decorada:

Figura 28- Antiga Usina de Algodão



Fonte: Jornal Grande Bahia²⁸

²⁸ Disponível em <https://jornalgrandebahia.com.br/2017/07/a-usina-de-algodao-de-feira-de-santana-por-adilson-simas/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

Outros exemplares da arquitetura Art Déco em Feira de Santana era o auditório da Rádio Cultura, localizada na rua Professor Geminiano Costa. Compõe a platibanda decorada com linha retas, além do acesso principal centralizado, seguido de uma marquise (figura 29).

Figura 29- Fachada Decorada da rádio Cultura



A Rádio Cultura na década de 1950

Fonte: Prefeitura de Feira de Santana²⁹

Além desses exemplares, as plantas arquitetônicas das fachadas da Rua Sales Barbosa evidenciam como o Art Déco foi incorporado ao cenário urbano de Feira de Santana, refletindo o desejo de modernização e progresso que marcou a cidade no recorte temporal. No entanto, ao longo dos anos, a especulação comercial e a descaracterização arquitetônica levaram à perda dessas referências visuais, alterando significativamente a relação da população com essas edificações. Esse processo evidencia a fragilidade da preservação do patrimônio arquitetônico local e sua relação com o cotidiano feirense. Nos próximos tópicos, serão analisadas as fachadas da Rua Sales Barbosa e discutidas as possibilidades de preservação de edificações históricas.

²⁹ Disponível em <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Audit%C3%B3rio-da-R%C3%A1dio-Cultura-%E2%80%93-uma-inigual%C3%A1vel-%C3%A9poca-de-alegria-e-sonhos-em-Feira-de-Santana.html&id=38&link=secom/noticias.asp&idn=38978#noticias>. Acesso em: 06 fev. 2025.

3.2 RECONSTRUINDO A RUA: ANALISE DAS FACHADAS

Como visto, antes do período delimitado nesta pesquisa, a Rua Sales Barbosa era marcada por casarões e edificações como o Mercado de Arte Popular³⁰. Na figura 30, encontramos signos que nos remota a o passado a Rua Sales Barbosa. Na fotografia o Mercado de Arte Popular do lado direito e outras edificações ao longo da rua, nesse momento as edificações adquirem características do neocolonial e neoclássico, o que distinguem das plantas analisadas nesse tópico.

Figura 30- Rua Sales Barbosa com o Mercado de Arte Popular, primeira edificação do lado direito (s/d).



Fonte: Câmara municipal de Feira de Santana³¹

A imagem acima retrata uma Sales Barbosa de tempos passados, marcada por elementos que são próximos ao seu contexto original. Os cavalos, meio de transporte anterior à popularização dos automóveis, as conversas nas calçadas e a disposição das pessoas no espaço urbano revelam hábitos sociais típicos da época. A arquitetura, reforça essa ambientação, trazendo traços que remetem ao cenário construído nos primeiros momentos de consolidação da rua.

Entre 1940 e 1980, a arquitetura da Rua Sales Barbosa passou por substituições esporádicas, dando lugar a edificações alinhadas aos ideais de modernidade, como aquelas com características do Art Déco. No entanto, com o passar dos anos, nem mesmo essa

³⁰Com sua arquitetura neoclássica, datado de 1914, é um dos poucos elementos que resistiram às constantes modificações ao longo do tempo. Além disso, a edificação foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) em 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429078>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

³¹ Disponível em <https://www.feiradesantana.ba.leg.br/feira-190-anos-uma-hist-ria-recontada-todos-os-dias>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

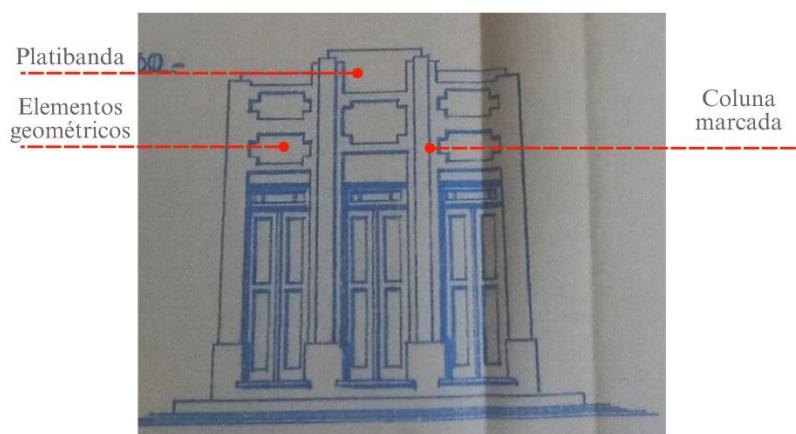
arquitetura, associada às iniciativas progressistas, se manteve sem descaracterizações no espaço urbano. Isso se deve tanto à poluição visual causada pela publicidade nas fachadas quanto à falta de valorização dessas construções.

As fachadas da Rua Sales Barbosa serão analisadas por meio de um estudo comparativo. Como destacado na introdução, essa abordagem possibilita compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo, organizando os dados de forma a auxiliar na interpretação (Gil, 2008).

As fachadas da Rua Sales Barbosa, expõe elementos geométricos, marquises, frisos e balcões. A figura 31, ilustra um exemplo datado de 1946, que carrega características do Art Déco. A fachada, corresponde ao projeto mais antigo encontrado da Rua Sales Barbosa. Isso pode indicar que a modificação das edificações no local, para o estilo Déco, possa ter começado na década de 1940, por não haver evidências de épocas anteriores.

A fachada era propriedade de Filemon Cruz e correspondia a um estabelecimento comercial. Infelizmente não se obteve outras informações com relação ao proprietário para melhor embasamento da pesquisa. Na imagem é possível observar o uso de colunas que dividem o acesso central dos outros dois acessos, além disso o uso de platibanda e elementos geométricos decorativos. O projeto não contém informação com relação a cores, texturas e outros tipos de acabamentos.

Figura 31- Planta técnica da fachada nº82, em estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1946, responsável técnico Milton M. Carvalho, fachada comercial.

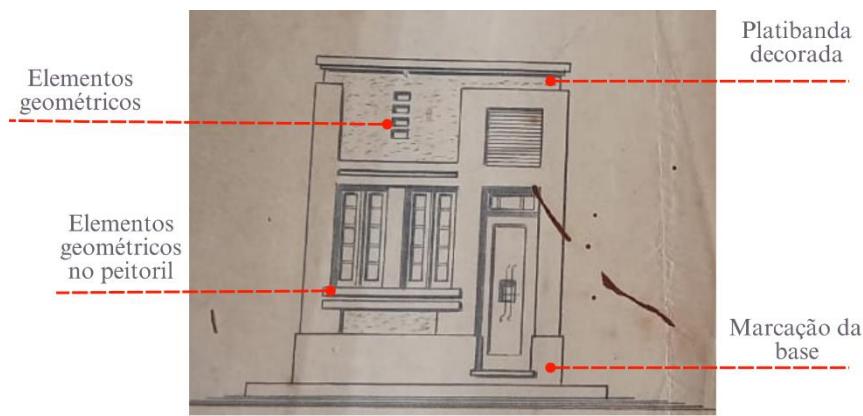


Fonte: Encontrada no CEDOC, trabalho de Oliveira (2018)³²com intervenção da autora.

³² OLIVEIRA, Wllyana Brito. *Catalogação da série de plantas e projetos (1916 a 1960) do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana – Volume IV*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018, p.258.

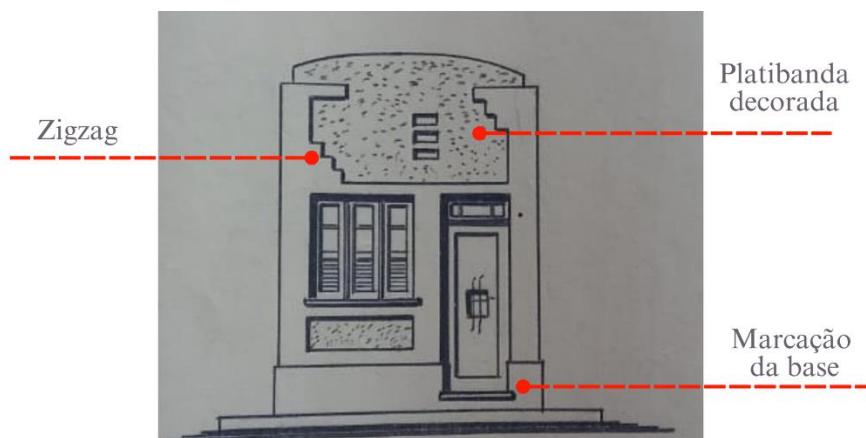
Além dessa, o período de 1940 conferem as únicas plantas de fachadas residências. É possível que a falta de projetos residenciais seja uma consequência do reordenamento urbano que ocorreu de forma natural, porém consolidou-se com o PDLI, que adota a área central feirense como Zona comercial. Dessa forma, essas casas residenciais não são encontradas em décadas posteriores, pela saída das famílias do centro, e fortalecimento comercial, sobretudo com a feira livre (Lima, 2014) (figura 32) (figura 33).

Figura 32- Planta técnica da fachada residencial nº23, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1948, responsável técnico Milton M. Carvalho, propriedade de Christina Santanna



Fonte: Arquivo Público Municipal³³

Figura 33- Planta técnica da fachada residencial nº 97, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico José Joaquim Lopes de Brito, propriedade de Elias Moreira. Valor da construção Cr\$ 30.000,00.



Fonte: Arquivo Público Municipal³⁴

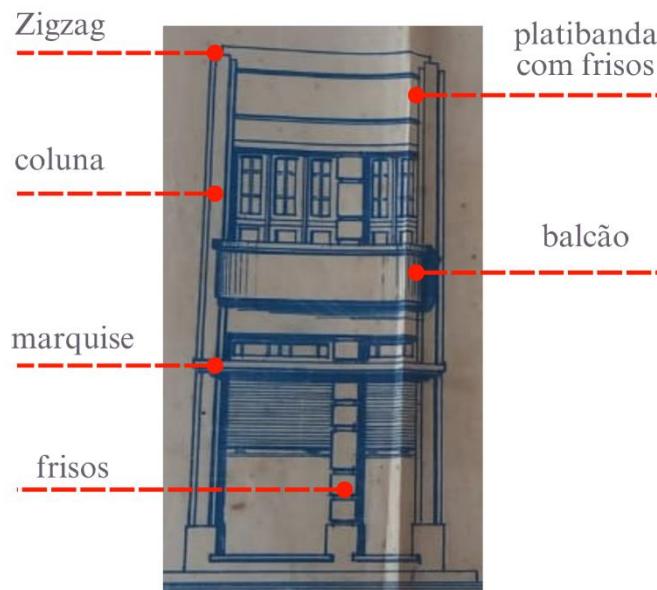
³³ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Caixa 02. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1948.

³⁴ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1949.

Nas figuras a cima, observa-se que ambas são residências, condizem com elementos parecidos entre uma e outra, podendo refletir um padrão estético entre as edificações residenciais do período. Nessas, observa-se o uso de elementos geométricos principalmente em sua platibanda decorada, com o uso de três a quatro retângulos. Apesar do acesso ser comumente posto ao centro nas edificações Art Déco, nessas são colocadas ao lado, refletindo uma diferença entre fachadas residenciais e comerciais. Nas fachadas é possível perceber o uso de hachuras para identificar algum tipo de textura em algumas partes das fachadas.

Em 1949, uma edificação comercial de propriedade de Sílio Soledade, um conhecido tabelião da época, popularmente chamado de “Seo Sílio”, conforme descrito na pesquisa de Lima (2014, p.64). A fachada é composta por térreo e primeiro andar, demonstra o uso de balcões em sua fachada. Essa fachada é a única encontrada com esse elemento. Além disso, a fachada apresenta o uso de frisos, platibanda, marquises e colunas (figura 34).

Figura 34- Planta técnica da fachada comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico Milton M. Carvalho.

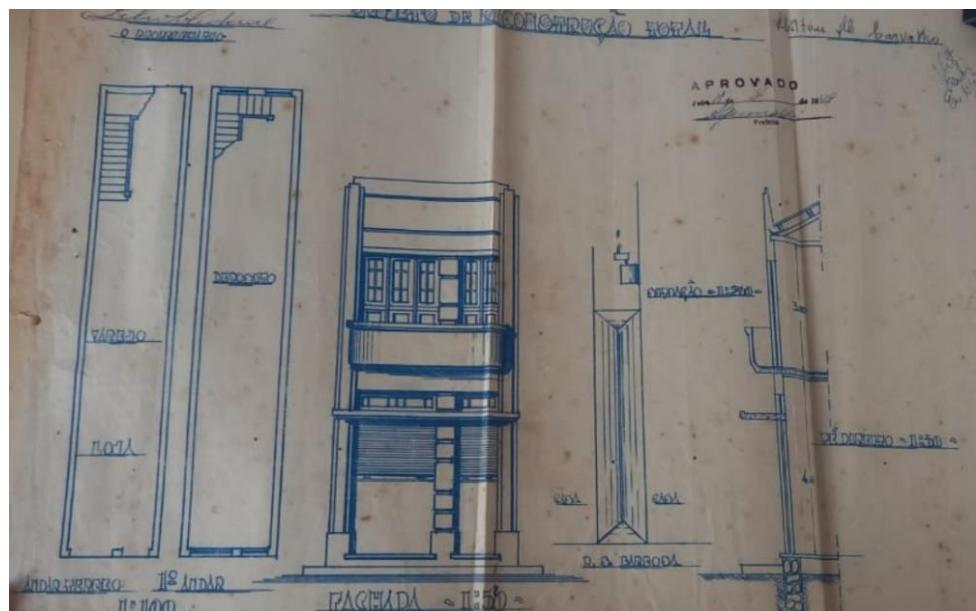


Fonte: Arquivo Público Municipal³⁵

Junto a planta de fachada, observa-se também a parte interna. Por tratar-se de um estabelecimento comercial, a parte interna é composta por um vão, tanto no pavimento térreo quanto no superior (figura 35).

³⁵ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1946.

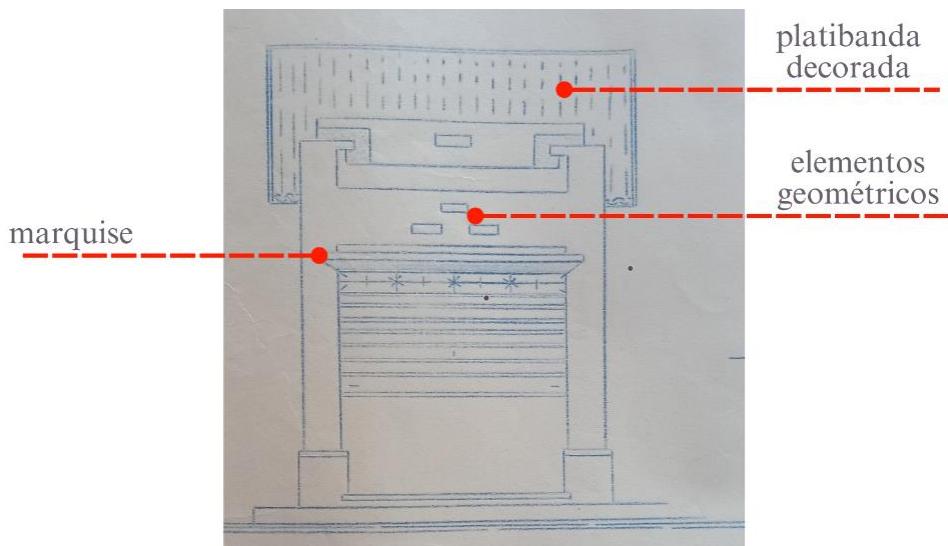
Figura 35- Planta técnica ponto comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1949, responsável técnico Milton M. Carvalho.



Fonte: Arquivo Público Municipal

Da década de 1950, tem-se a fachada térrea datada de 1955, o projeto comercial retrata uma das mais diferentes platibandas entre as fachadas encontradas, de propriedade de Viridiano Alves Cordeiro (figura 36). Além das sofisticações no coroamento, percebe-se o uso de marquise, muito comum em edificações comerciais da época, além de elementos geométricos decorativos.

Figura 36- Planta técnica da fachada comercial nº38, estilo Art Déco na Rua Sales Barbosa, datada de 1955, responsável técnico José Joaquim Lopes de Brito

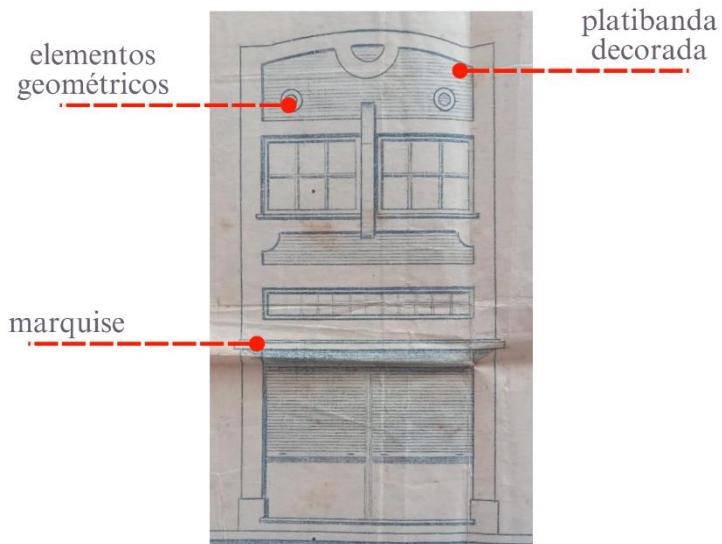


Fonte: Arquivo Público Municipal³⁶

Ainda na década de 1950, foram encontradas duas edificações de 1959 com térreo e primeiro andar. Diferentemente das construções térreas, os sobrados podiam apresentar balcões, como visto na figura 34, de 1949. No entanto, dez anos depois, esse elemento já não era visto. Em vez disso, as edificações com mais de um pavimento passaram a incorporar platibandas mais ornamentadas e elementos geométricos circulares (figuras 37 e 38).

³⁶ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Caixa 03. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1955.

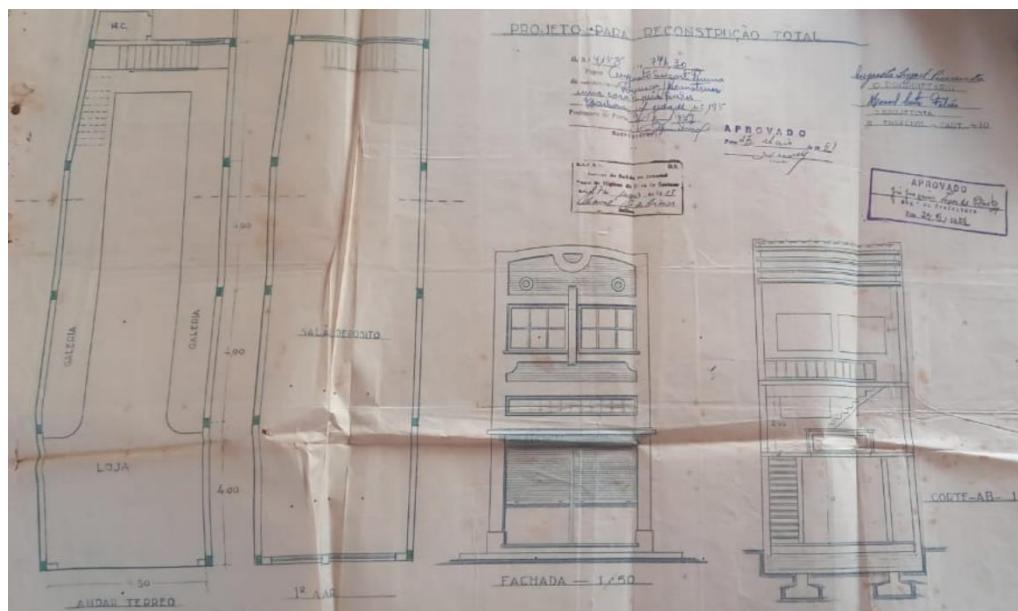
Figura 37- Planta técnica da fachada comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão. Valor da construção Cr\$ 400.000,00



Fonte: Arquivo Público Municipal³⁷

Apesar da baixa visibilidade da imagem, na figura 38 observa-se também a parte interna. O térreo composto pela loja, com espaços para exposição das peças e ao fundo dois banheiros, já o pavimento superior composto por um depósito.

Figura 38- Planta técnica estabelecimento comercial (s/n), estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão

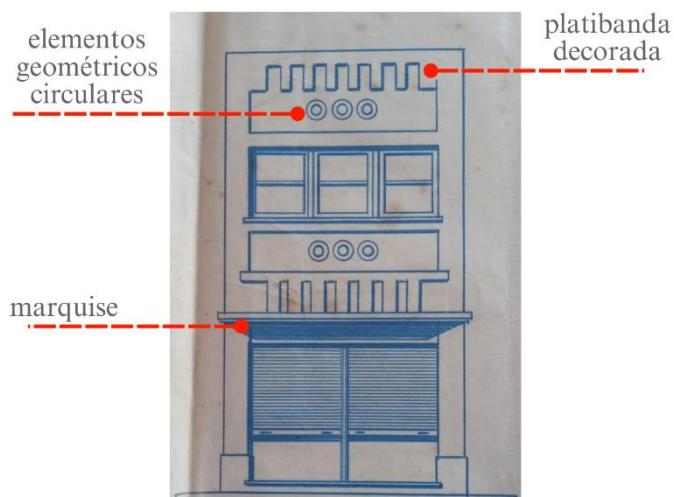


Fonte: Arquivo Público Municipal

³⁷ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1959.

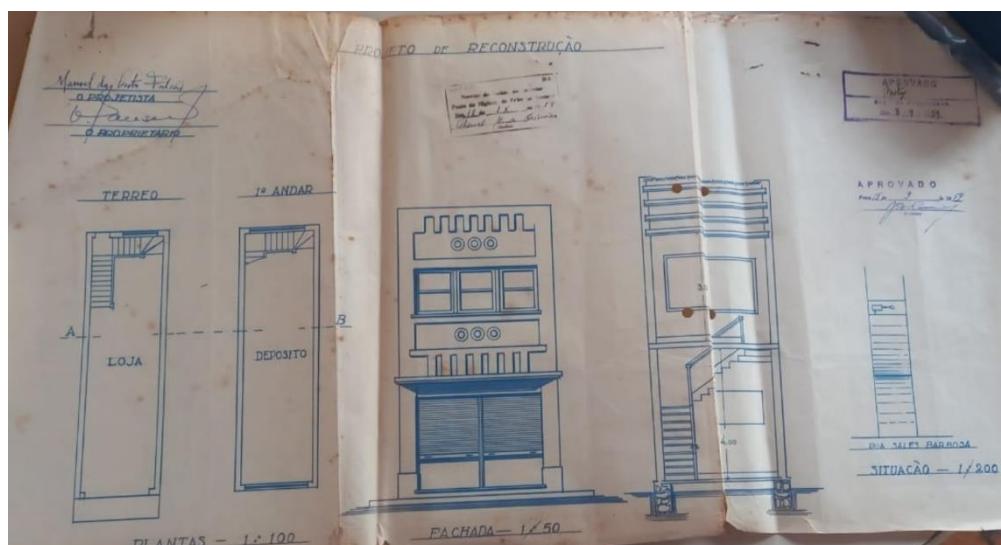
Assim como as outras plantas apresentadas com mais de um pavimento, o estabelecimento comercial demonstrado na figura 39 também compõe de seu espaço interno dividido entre os pavimentos, sendo o térreo a loja e o superior o depósito como na figura 40:

Figura 39- Planta técnica da fachada (s/n), estilo Art Déco na Rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão. Valor da construção Cr\$ 300.000,00.



Fonte: Arquivo Público Municipal³⁸

Figura 40- Planta técnica estabelecimento comercial, planta baixa e fachada na rua Sales Barbosa, datada de 1959, responsável técnico Manoel da Costa Falcão.

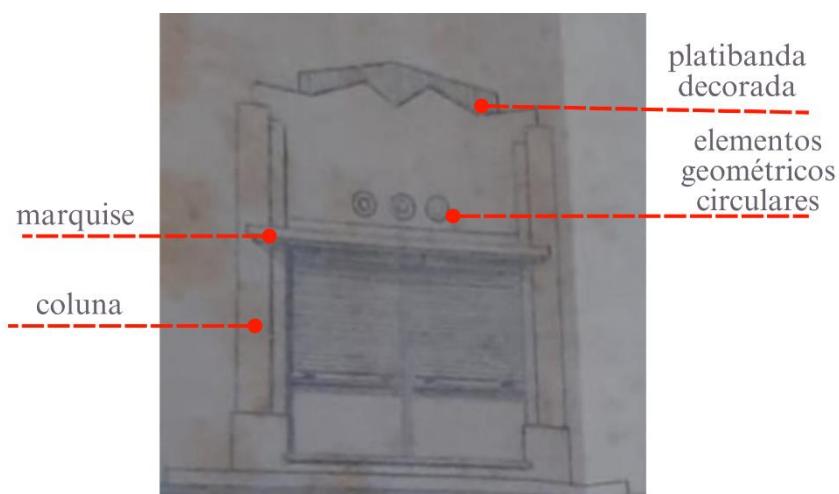


Fonte: Arquivo Público Municipal

³⁸ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1959.

Na década de 1960 encontra-se a fachada térrea de um estabelecimento comercial, com sua platibanda decorada com elementos geométrico circulares, assim como os estabelecimentos anteriores de dois pavimentos do ano de 1959, percebe-se que o elemento circular começa ser introduzido na fachada térreas da Rua Sales Barbosa. A fachada pertencia a um estabelecimento comercial de propriedade de Maurillio Santana e Silva, com o valor da construção de 50.000,00 cruzeiros (figura 41):

Figura 41-Planta técnica da fachada comercial nº 46, estilo Art Déco na rua Sales Barbosa, datada de 1960, responsável técnico Eraldo Gama Lobo

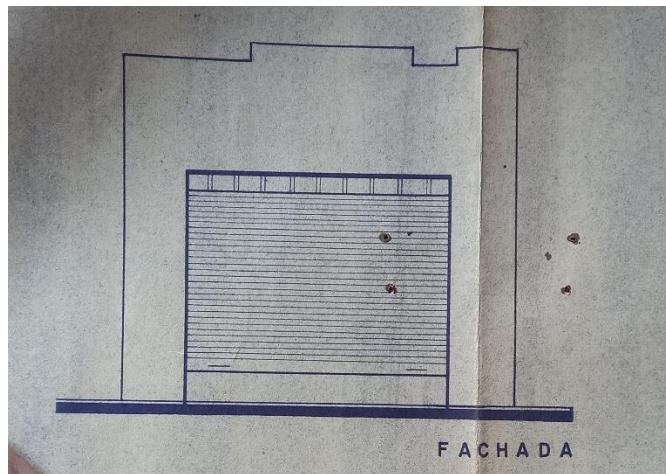


Fonte: CEDOC, trabalho de Oliveira (2018)³⁹com intervenção da autora

Para a década de 1970, foi encontrada apenas uma planta, até o momento da pesquisa, datada de 1973, referente à um ponto comercial. Nessa edificação, observa-se um afastamento dos elementos decorativos, com uma composição mais simplificada e funcional, como as fachadas de 1959, porém com o escalonamento em sua platibanda, representando traços geométricos e dinâmicos (figura 42).

³⁹ OLIVEIRA, Wllyana Brito. *Catalogação da série de plantas e projetos (1916 a 1960) do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana – Volume IV*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018, p.258.

Figura 42- Planta técnica da fachada comercial nº 64, na rua Sales Barbosa, datada de 1973, responsável técnico Florisbesto Ferreira de Cerqueira, propriedade de Santana e Martins LTDA



Fonte: Arquivo Público Municipal⁴⁰

Não foram encontradas plantas técnicas da década de 1980. No entanto, a figura 43 revela algumas platibandas que ainda preservam, ainda que de forma sutil, elementos que se aproximam da arquitetura analisada. A imagem que, diferente de outros momentos, passa a sensação de calmaria na Rua Sales Barbosa, podendo ser interpretada como um final de semana, por conta das lojas fechadas, demonstra pessoas utilizando os bancos. No lado direito da imagem, é possível identificar duas platibandas com formas geométricas. Além disso, conseguimos perceber o material utilizado para o calçadão e vegetação existente. Devido à baixa qualidade da fotografia, não se pode afirmar a presença de outras características associadas ao estilo Art Déco, como elementos decorativos que compõe as platibandas, frisos e colunas.

⁴⁰ FEIRA DE SANTANA. Arquivo Público Municipal. *Plantas e projetos para construção*. Fundo: Gabinete do Prefeito. Secretaria: Desenvolvimento Urbano. Caixa 02. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1973.

Figura 43- Rua Sales Barbosa década de 1980

Calçadão da Sales Barbosa final da década de 80.



Fonte: Acervo pessoal de Bárbara Nery. Fotografia gentilmente concedida para esta pesquisa.

Diferente da fotografia anterior, a figura 44 representa uma outra atmosfera. A movimentação de pessoas induz a um momento e horário comercial. Observa-se também que alguns estabelecimentos adotaram linhas mais simples e funcionais, além de apresentarem sinais de descaracterização provocados pela aplicação de publicidades nas fachadas.

Figura 44- Rua Sales Barbosa, demonstrando a descaracterização das fachadas



Fonte: Blog por Simas

As plantas e fotografia acima demonstram que, entre 1940 e 1980, era possível identificar elementos que remetem ao estilo Art Déco, evidenciando uma transição e a tentativa de alinhar a Rua Sales Barbosa com o desenvolvimento urbano e arquitetônico da época, assim como outras áreas do centro da cidade. As plantas técnicas analisadas não trazem informações sobre os materiais e acabamentos utilizados. Em média, as construções tinham valores entre Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 400.000,00, sendo, em sua maioria, edificações comerciais.

Com o passar dos anos, as transformações na Rua Sales Barbosa, motivadas tanto por intervenções do poder público quanto por ações de agentes privados ligados ao comércio local, resultaram na descaracterização das edificações. A inserção intensiva de elementos publicitários nas fachadas, impulsionada por interesses mercadológicos, contribuíram para o apagamento das expressões artísticas e construtivas que caracterizavam a linguagem Art Déco.

Quando as edificações perdem seus elementos formais e simbólicos em função de interesses comerciais, pode dificultar a compreensão das edificações como bem cultural e histórico por parte da sociedade, e a rememoração espontânea dos indivíduos no local. Como discutido por Halbwachs (1990) os signos materiais, como formas, fachadas, traçados urbanos, acionam a memória coletiva, permitindo que os indivíduos reconstruam episódios do passado a partir do ambiente que o cerca. Nesse sentido, as plantas tornam-se documentos que preservam as edificações de um cenário urbano já transformado. Elas contam um passado da rua que, sem esse suporte, permaneceria inacessível à memória coletiva. Dessa forma, as plantas analisadas documentam um período arquitetônico da Rua Sales Barbosa, e ainda retrata o conflito entre a preservação dessas edificações e os interesses do mercado.

3.2.1 Caminhos e Desafios para a Conservação De Fachadas Históricas

A preservação de fachadas históricas, entendidas como aquelas que apresentam valor arquitetônico, cultural ou simbólico, enfrenta dificuldades que estão, em parte, ligadas à forma como os agentes do mercado imobiliário e comercial ocupam e transformam o espaço urbano. Na maioria das vezes, esses agentes não recebem incentivos do poder público para conservar as características originais das edificações, o que acaba favorecendo intervenções que descaracterizam as fachadas, como o uso excessivo de publicidade. Além disso, observa-se uma tendência à desvalorização de imóveis que não

possuem relevância simbólica consolidada, submetido pelos órgãos que fiscalizam os bens culturais e históricos, e que por vezes estão dispostos no entorno de edificações tombadas, essa é uma situação evidente na Rua Sales Barbosa e em outros locais do centro feirense.

Diniz e Almeida (2020), destacam que a ausência de controle e fiscalização sobre a publicidade compromete o patrimônio histórico, altera o espaço urbano e contribui para a poluição visual das cidades. Diante disso, algumas cidades brasileiras, como Erechim (RS), Bento Gonçalves (RS) e São Paulo (SP), implementaram leis para padronizar os letreiros publicitários dos estabelecimentos comerciais. O objetivo é manter a harmonia visual e valorizar o patrimônio histórico. Em São Paulo, por exemplo, a Lei Municipal nº 14.223/2006 estabelece restrições ao tamanho das placas e propagandas, buscando equilibrar a comunicação comercial com a preservação urbana:

Para prédios considerados de pequeno porte, com testada de até 10 metros, o anúncio não pode ter uma área maior que 1,5m². Esse valor aumenta proporcionalmente com o tamanho do edifício. Em último caso, o proprietário ou locatário do estabelecimento pode recorrer ao poder público para a fixação de dois anúncios, caso a testada deste seja superior a 100m lineares. Além disso, por meio da supramencionada legislação municipal ficou proibida a instalar qualquer tipo de anúncio publicitário que oblitere, mesmo que parcialmente, a visibilidade dos bens tombados ou que prejudique a edificação em que estiver instalado e seu entorno (Diniz e Almeida, 2020, p.5)

Erechim, no Rio Grande do Sul, também estabelece uma lei municipal que aborda os problemas relacionados à publicidade no meio urbano. A Lei nº 6.093/2015 determina que os anúncios em edificações não devem comprometer seu valor histórico ou a visualização dos mesmos. Além disso, a lei proíbe a exposição de adesivos nas vitrines, permitindo-os apenas no interior dos pontos comerciais. Outro ponto importante em Erechim/RS é que existe a análise e aprovação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural antes da inserção da publicidade. A lei ainda discute os tamanhos aceitáveis para a propaganda e as cores a serem usadas⁴¹ (figura 45).

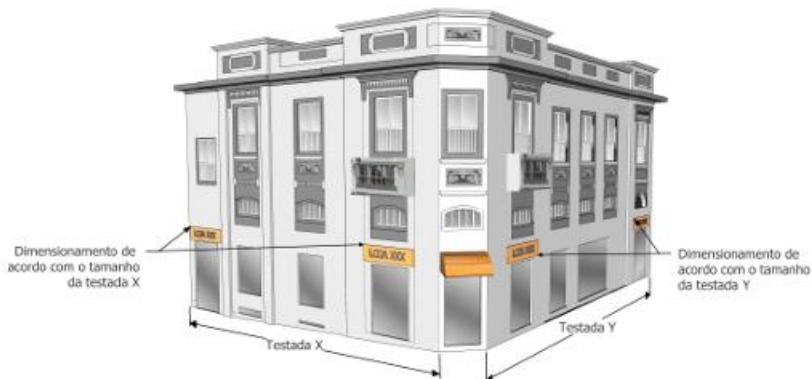
⁴¹

Disponível

em:

/https://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/legislacao/e28f268cbd296dc4c995dc5dc143fea4.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2025.

Figura 45- Exemplo observando a publicidade nas fachadas conforme Lei n° 6.093 de 22 de dezembro de 2015



Fonte: Erechim. Lei n.º 6.093, de 22 de dezembro de 2015.

Por fim, em Bento Gonçalves/RS, o controle de publicidades é regulamentado pela Lei nº 5.871/2014. Esta lei especifica as dimensões de letreiros e outdoors nos imóveis históricos e determina o tipo de ferramenta publicitária permitida em cada zona da cidade (Diniz e Almeida, 2020).

Convém rememorar o fato de que, muitas vezes, as estratégias de preservação do patrimônio histórico se restringem a edificações oficialmente tombadas, garantindo-lhes proteção. No entanto, essa abordagem ignora outras construções que, apesar de não possuírem título de tombamento, possuem relevância histórica e cultural. Essas edificações contribuem para a memória coletiva e para a continuidade da história ao redor dos bens tombados, evidenciando a necessidade de uma política mais abrangente.

Nesse cenário, a título de exemplo temos a figura do entorno. Como ilustração, pode-se mencionar o Morro da Conceição, no Rio de Janeiro. Arnaut (1984) discute as iniciativas do IPHAN para preservar o Morro da Conceição, considerando o valor histórico e cultural da área. Diante do avanço da especulação imobiliária na região na década de 1970, foram adotadas medidas de proteção às edificações, utilizando o conceito de entorno como instrumento de preservação. Essas ações buscavam resguardar o patrimônio construído, e também manter a memória urbana e as marcas do tempo refletidas na arquitetura do local, desde os primórdios do povoamento do Rio de Janeiro.

Com as transformações urbanas impulsionadas pelo desenvolvimento, Arnaut (1984) situa que, entre 1901 e 1970, o Morro da Conceição permaneceu relativamente intocado, o que preservou o caráter comercial e tradicional da região, assim como a arquitetura e o estilo de vida local, voltado para o comércio. No entanto, a partir da década

de 1970, começou o processo de especulação imobiliária, que visava transformar algumas áreas em estacionamentos. Arnaut (1984) aborda as iniciativas do IPHAN, para contornar e equilibrar as transformações que impactavam na ambiência local. A partir de pesquisas, foi-se obtido meios para conter as mudanças na região sem necessariamente um tombamento, o que a própria autora descreve no subtítulo de seu artigo como “uma proposta de preservação sem tombamento” (1984, p.97).

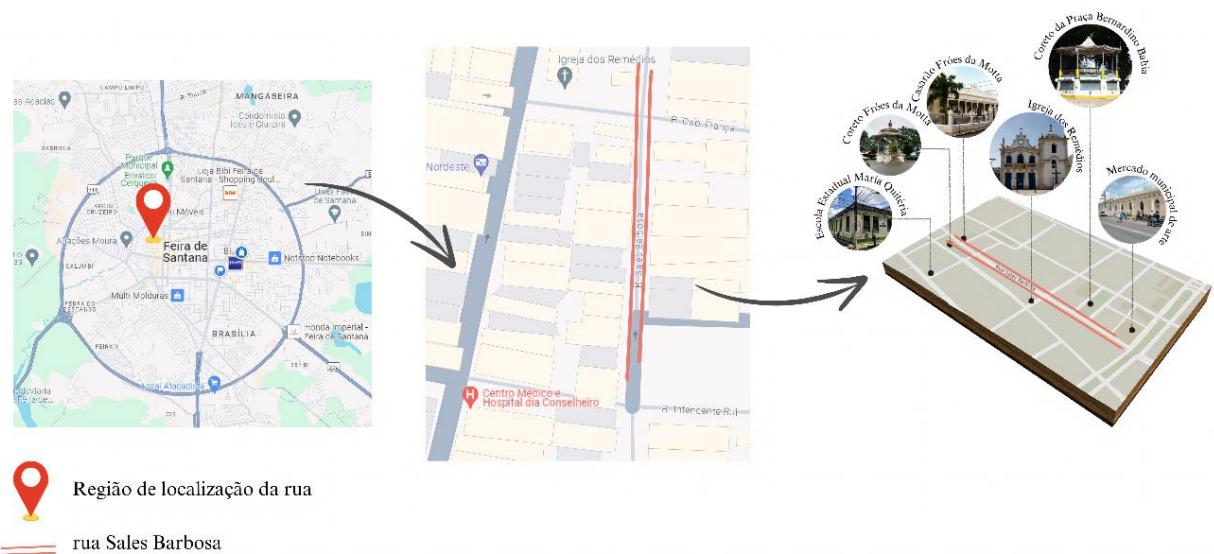
Vale destacar que o Morro da Conceição já possuía algumas edificações tombadas pelo órgão federal, e as modificações poderiam afetar o ambiente ao redor dos bens tombados. Além disso, mesmo as edificações não tombadas possuíam valor histórico. A partir de dados coletados sobre a área e o vínculo dos moradores, foram produzidas propostas para minimizar os danos das novas construções. Para a definição dessas, tomou-se de base 5 premissas:

- 1º) o valor inerente do ambiente urbano, que guarda conjuntos representativos da evolução da estética arquitetural, erudita e popular em perfeita harmonia com o traçado irregular das ruas, muitas delas remanescentes de antigos caminhos ainda da época da ocupação da cidade;
- 2º) o sistema estabelecido de relação entre a fisionomia urbana e seus usuários, ou seja, a composição social e a fisionomia habitual da área, que abriga pessoa, onde as atividades são realizadas e os serviços são prestados, juntando-se a isso a relação afetiva dos moradores e usuários e a identidade com as atividades tradicionais, quer sejam de habitação de comércio ou lazer, ali exercidas;
- 3º) os entornos necessários aos monumentos tombados nessa área não devem se restringir à determinação de uma área de visão volumétrica compatível, e sim incluir conjuntos que permitam um relacionamento adequado harmonioso com os objetivos da preservação da identidade cultural da área;
- 4º) a perfeita adequação entre as indicações do plano urbanístico básico da cidade e o quadro construído na área;
- 5º) a inevitabilidade da passagem da Av. Norte-Sul, projetada pela Pref. Municipal, e seu potencial de desagregação do conjunto urbano tradicional, com a indicação de novos padrões e hábitos, o que imporá um rompimento drástico com o modo de vida existente na área, pelo equívoco do que seja tornar morno, atual. (Arnaut, 1984, p.104)

Assim, a proposta não tinha como intuito congelar completamente a área do Morro da Conceição, mas mitigar as transformações e estabelecer limites para reformas, controlando gabaritos de altura, formas das fachadas e volumetrias. O objetivo era evitar rupturas drásticas nas edificações e garantir a harmonia do ambiente. Dessa forma, as obras e projetos realizados no morro passaram a ser fiscalizados pelo órgão competente (Arnaut, 1984).

Feira de Santana, infelizmente, não teve a mesma sorte no que se refere à preservação de suas áreas históricas, localizada no seu centro urbano. Na região onde se encontra a Rua Sales Barbosa, há patrimônios históricos e culturais tombados, todos sob a tutela do IPAC (figura 46).

Figura 46- Localização da Rua Sales Barbosa no centro de Feira de Santana, indicando os patrimônios culturais tombados pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) situados na região próxima ao objeto de estudo.



Fonte: Intervenção da autora sobre foto *Google Maps* (2024)

A Rua Sales Barbosa serve de passagem para alguns desses bens, entre eles o Mercado de Arte Popular⁴², localizado na própria via; o Casarão Fróes da Mota⁴³ e o Coreto da Praça Fróes da Mota⁴⁴; o Coreto da Praça Bernardino Bahia⁴⁵; a Igreja Nossa

⁴² O Mercado de Arte Popular, inaugurado em 1915, está inscrito no Livro de Tombamento dos Bens Imóveis pelo IPAC e encontra-se em tombamento provisório, conforme notificação assinada em 24 de novembro de 1994. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/mercado-municipal/>. Acesso em: 25 d jan. de 2025.

⁴³ A Casa de Eduardo Fróes da Mota, edificação datada de 1919, está inscrita no Livro de Tombamento dos Bens Imóveis pelo IPAC sob o nº 9.985/2006. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/predio-da-vila-froes-da-motta/>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

⁴⁴ O Coreto da Praça Fróes da Mota, datado de 1919, está inscrito no Livro de Tombamento dos Bens Imóveis sob o nº 8.357/2002. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/coreto-da-praca-froes-da-mota/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

⁴⁵ O Coreto da Praça Bernardino Bahia, datado de 1915, está inscrito no Livro de Tombamento dos Bens Imóveis sob o nº 8.357/2002. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/coreto-da-praca-bernardino-bahia/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Senhora dos Remédios⁴⁶; a Escola Maria Quitéria⁴⁷ (figura 47).

Figura 47- Patrimônios Culturais Tombados próximos a Rua Sales Barbosa Mercado de Arte Municipal (1), Casarão Fróes da Mota (2), Coreto da Praça Fróes da Mota (3), Coreto as Praça Bernardino Bahia (4), Igreja Nossa Senhora dos Remédios (5), Escola Maria Quitéria (6)



Fonte: Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia (SIPAC)

Fora do recorte temporal, em Feira de Santana, durante a gestão de José Ronaldo de Carvalho, foi sancionada, em 21 de fevereiro de 2013, a Lei nº 3.355, que estabelece os procedimentos para o tombamento e proteção do patrimônio cultural do município. O artigo 17 da lei determina:

Art. 17 - Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou ainda que a juízo do órgão consultivo, não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º A vedação contida no presente artigo estende-se à colocação de

⁴⁶ Igreja nossa senhora dos remédios, inscrita no livro do tombo dos bens moveis, pelo IPAC. Decreto nº 9.986/2006. Edificação datada de 1700 a 1705. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/capela-de-nossa-senhora-dos-remedios/>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

⁴⁷ O prédio da Escola Maria Quitéria, datado de 1918, está inscrito no Livro de Tombamento de Bens Imóveis pelo IPAC, com tombamento provisório sob o nº 009/91, registrado em 24/11/1994. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/bem/predio-da-escola-maria-quiteria/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto (Feira de Santana, 2013).

A lei estabelece diretrizes que impactam diretamente a publicidade em prédios tombados, embora não especifique detalhadamente as dimensões e cores das placas. Essas diretrizes são importantes para garantir que a publicidade não prejudique a integridade e a visibilidade dos imóveis de valor histórico.

Entretanto, a lei restringe sua aplicação apenas aos bens tombados, deixando desprotegidas edificações do entorno que tem características arquitetônicas de épocas passadas, sendo mecanismos para subsidiar a memória coletiva do local. Ao percorrer o centro da cidade, especialmente a Rua Sales Barbosa, que dá acesso a bens tombados, observa-se uma descaracterização nas edificações devido à grande quantidade de publicidades instaladas nas fachadas, comprometendo a continuidade visual.

Esse impacto pode ser visto na Figura 48, que compara a Rua Sales Barbosa em diferentes períodos. A imagem da direita, sem datação precisa, mostra elementos urbanos que demonstram ter sido capturada antes da construção do calçadão nos anos 1970. Já a imagem à esquerda, de 2025, destaca como a publicidade oculta elementos arquitetônicos que dão continuidade a história do local e o entorno de bens tombados, como o Mercado de Arte Popular.

Figura 48- Fachada oculta por publicidade na Rua Sales Barbosa



Fonte: À esquerda: foto de própria autoria (10 de mar. de 2025). À direita: Blog por Simas

Como visto, a preservação das fachadas históricas enfrenta obstáculos relacionados à valorização patrimonial, regulamentação e à forma como a sociedade percebe seu papel. No último caso, Almeida e Oliveira (2023) defendem a educação patrimonial como uma estratégia para frear a destruição de bens históricos. Para os autores, a sensibilização da população sobre a existência e o valor desses patrimônios pode fortalecer sua preservação, e ao mesmo tempo reforça a memória coletiva:

A preservação do patrimônio cultural, em especial o edificado, se apresenta com importância para que não haja esquecimento ou retrocesso, pois, esta preservação carrega a função de aprendizado e, assim, serve para que se aprenda com as situações passadas, seja por meio dos erros ou acertos cometidos. Além disso, preservar tem por função fortalecer os laços culturais independente do contexto político que determinada sociedade esteja enfrentando, seja por meio de processos transformadores do espaço, como a especulação imobiliária, ou seja, da renovação do solo através de políticas que visam o higienismo social. Dessa forma, manter um bem arquitetônico e ressignificar seu uso por meio de um Programa de Educação Patrimonial participativo e continuado conduz à apropriação e ao reconhecimento social de diversos grupos sociais, inclusive os excluídos (Almeida e Oliveira, 2023, p. 88).

Souza e Thompson (2015) argumenta que a educação patrimonial (EP) desempenha um papel na disseminação do conhecimento e na valorização dos bens culturais, sendo uma diretriz do IPHAN desde sua criação, conforme estabelecido pela Lei Ordinária nº 378, de 13 de janeiro de 1937. No entanto, até um tempo atrás, dentro das políticas de preservação, a EP ainda era tratada como um recurso secundário, ficando em segundo plano em relação a instrumentos mais consolidados, como o tombamento, que possui maior reconhecimento institucional.

No entanto, o autor observa que, ao longo dos anos, a EP tem ganhado espaço nas políticas públicas, especialmente após o Decreto nº 6.932/2009, que ampliou o acesso da população a serviços públicos. Essa mudança levou o IPHAN a revisar a acessibilidade das informações sobre preservação, impulsionando pesquisas e estratégias de valorização do patrimônio. Nesse contexto, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) desenvolve projetos e ações que visam conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação cultural, como programas de pós-graduação, inserção das temáticas nas escolas e entre outros.

Embora não haja autores que tratem diretamente do tema, é possível, ao analisar o percurso histórico da Rua Sales Barbosa e suas transformações ao longo do tempo, situar a atuação de diferentes agentes sociais que contribuíram para a reconfiguração desse espaço

urbano. Entre eles, destacam-se os agentes comerciais, que, ao priorizarem a visibilidade de suas marcas e o lucro imediato, promoveram alterações intensas nas fachadas como por exemplo o uso excessivo de letreiros, contribuindo para o apagamento das características arquitetônicas da rua.

Paralelamente, o poder público se mostrou ausente diante dessas mudanças, não havendo diretrizes que orientasse a uso das fachadas comerciais no período analisado. A falta de regulamentações específicas e a escassa fiscalização em torno dos bens edificados e de seu entorno permitiram que o processo de descaracterização avançasse sem resistência, comprometendo o contexto histórico da Rua Sales Barbosa e de outras áreas do centro de Feira de Santana.

Além disso, o afastamento dos moradores e o desaparecimento da feira livre enfraqueceram os vínculos com o espaço. A lógica comercial, a omissão institucional e a perda do cotidiano vivido contribuíram para o esvaziamento das referências que alimentavam a memória coletiva, a história e as características arquitetônica da região. Como consequência, hoje não há evidências físicas que permitam compreender a história da rua ou auxilie na memória urbana local.

A falta de proteção para edificações de valor histórico e cultural não tombadas demonstra uma fragilização na legislação e a ausência de critérios para sua preservação. Em um contexto de transformações urbanas constantes, especialmente em imóveis privados, essas construções seguem vulneráveis a alterações que desconsideram seu papel na memória da cidade. No centro de Feira de Santana, os registros arquitetônicos narram parte da história local, funcionando como referências do passado que ajudam a compreender a formação e a dinâmica urbana. A ausência atual das edificações que antes existiam na rua Sales Barbosa, evidencia a fragilidade das políticas de preservação e o risco da perda irreversível de bens culturais. Nesse sentido, ainda que não restem exemplares físicos, a proteção da memória arquitetônica por meio de registros, documentação e reconhecimento de sua importância, mostra-se necessária para compreender o processo de transformação urbana.

CONCLUSÃO

O contexto histórico da Rua Sales Barbosa, no período analisado, evidencia uma série de transformações marcadas por tentativas de associar requalificações urbanas à ideia de progresso e modernização, uma lógica comum em diversas cidades brasileiras. Localizada na área central de Feira de Santana, a rua era frequentemente associada a termos pejorativos, por abrigar práticas consideradas inadequadas à época, como casas de jogo e prostituição. Além disso, era espaço tradicional da feira livre, também vista por parte da elite local como um entrave ao ideal de cidade desenvolvida.

Nesse sentido, a pesquisa identificou um movimento de reformulação da imagem da rua, alinhado ao discurso de progresso, tendo o desenvolvimento urbano como um de seus principais agentes. A partir da década de 1940 — período do qual datam o início das plantas localizadas até o momento —, especialmente após a publicação de normativas urbanísticas voltadas à transformação da arquitetura local, observa-se um processo de alterações nas fachadas da Rua Sales Barbosa. Essas modificações podem ser associadas também à abertura de novas vias no centro de Feira de Santana, o que fortaleceu a busca por transformações materiais que, possivelmente, impactaram a rua.

Os projetos das fachadas de reforma da Rua Sales Barbosa, evidencia uma tendência à adoção da linguagem Art Déco, entendida à época como uma expressão arquitetônica compatível com os ideais de modernidade. No entanto, o que se constata é que essa arquitetura não se preserva ao longo do tempo, evidenciando a fragilidade dos mecanismos de proteção do patrimônio e a falta de continuidade na valorização do entorno de bens tombados no centro de Feira de Santana.

Outro ponto que reforça as transformações urbanas do município e reflete na rua, é o aumento de indústrias na cidade, fortalecido, sobretudo, pela criação do CIS na década de 1970. Esse período trouxe novas dinâmicas para a cidade e, consequentemente, para a rua em estudo. Com a retirada da feira livre as áreas centrais, a rua convertida em calçadão, beneficiando os lojistas e moldando uma nova configuração do espaço. Já na década de 1980, ocorre o retorno de feirantes ao centro, gerando uma nova atmosfera para a Rua Sales Barbosa, processo não analisado na pesquisa.

Diante do percurso desenvolvido ao longo da pesquisa, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados. Por meio da análise comparativa entre fotografias e fontes documentais, somada à leitura de autores que se debruçam sobre a Rua Sales

Barbosa, foi possível compreender as transformações urbanas e arquitetônicas ocorridas no local, bem como os fatores que motivaram essas mudanças no período delimitado.

A investigação do processo histórico da rua permitiu identificar intervenções no espaço urbano, como a alteração das fachadas, a difusão da linguagem Art Déco e os conflitos sociais gerados pela disputa entre lojistas e a feira livre. A análise de documentos, plantas e registros visuais mostrou que elementos antes vistos no cenário da cidade acabaram sendo apagados ao longo do tempo, o que evidencia a falta de critérios consistentes para a preservação no centro comercial. Reconhecer essa dinâmica não implica rejeitar o crescimento urbano, mas reforça a importância de definir parâmetros claros sobre o que deve ser protegido e o que pode ser transformado. Sem esse equilíbrio, Feira de Santana fragiliza o que poderia se consolidar como um centro histórico capaz de dialogar com a memória coletiva e, ao mesmo tempo, sustentar seu processo de modernização.

Ao relacionar essas transformações à memória coletiva, a pesquisa evidenciou permanências e rupturas no tecido urbano, destacando como a lógica de expansão da cidade impacta diretamente a preservação de bens históricos e culturais. Em muitos casos, essas referências não são reconhecidas como patrimônio, o que enfraquece as possibilidades de manutenção da memória coletiva associada à área.

Dado o exposto, entende-se que a pesquisa atua como um possível lugar de memória, sobretudo em um contexto como o de Feira de Santana, onde há uma perda contínua de referências históricas e culturais. Nesse cenário, o passado permanece acessível por meio de registros como este. Assim, o trabalho contribui ao trazer à tona vestígios da arquitetura que um dia marcou a Rua Sales Barbosa e a reflexão para a perda de outras referências da arquitetura feirense.

Na percepção da análise, embora não seja possível afirmar com total certeza, o contexto histórico da Rua Sales Barbosa, associada a uma percepção de menor prestígio urbano, pode ajudar a explicar a escassez de registros como fotografias ou plantas arquitetônicas, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Diferentemente de vias paralelas, como a Avenida Senhor dos Passos e a Rua Conselheiro Franco — que possuem acervos fotográficos e documentais maiores —, a Rua Sales Barbosa parece ter sido, de certa forma, esquecida nos registros oficiais, como se não quisesse ser lembrada. Essa ausência dificulta a reconstituição precisa de sua configuração física ao longo do tempo.

Tendo em vista que a relação entre arquitetura, memória e história também se reflete no campo da identidade local (Rodrigues, 2012), não foi possível aprofundar nesse

tópico de análise, uma vez que não foram realizadas entrevistas nem houve contato direto com grupos que vivenciaram o espaço no período em que as arquiteturas analisadas ainda estavam presentes, sendo estes um dos limites dessa pesquisa. Soma-se a isso a significativa descaracterização das fachadas, o que impediu a identificação precisa de suas localizações originais, além da dificuldade de reconhecê-las por meio das fotografias. O uso de elementos publicitários ou as reformas estruturais impossibilitam, inclusive, saber se tais fachadas ainda existem no dia a dia. Essas limitações, por sua vez, abrem possibilidades para futuras pesquisas que possam aprofundar essas questões.

A dissertação aponta caminhos para a formulação de políticas públicas voltadas à preservação da memória urbana em Feira de Santana, destacando a importância da articulação entre órgãos de preservação, universidades e sociedade civil. Podendo haver ainda, a revisão da legislação municipal, com a inclusão de critérios mais abrangentes de reconhecimento patrimonial, bem como o incentivo a estudos comparativos entre diferentes ruas e bairros.

Assim sendo, a pesquisa não se encerra em si mesma. Algumas questões relevantes, como a relação direta entre identidade e memória dos sujeitos que vivenciaram o espaço analisado, não foram exploradas. No âmbito acadêmico, investigações futuras podem se debruçar sobre entrevistas com antigos moradores ou comerciantes, ampliar o levantamento fotográfico, realizar comparações com cidades de porte semelhante ou aprofundar discussões sobre políticas públicas voltadas à valorização de centros comerciais históricos, contribuindo para a compreensão sobre a dinâmica da cidade e seus processos de transformação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cíntia Portugal de. **A rua, o poeta e o romatismo:** a produção literária de Sales Barbosa / Cíntia Portugal de Almeida. – Feira de Santana, 2016. Orientador: Adeítalo Manoel Pinho Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, 2016.

ALMEIDA, Thaís Conceição Feitosa; OLIVEIRA, Júlio Cesar Pinheiro de. **Proteção Patrimonial e a Especulação Imobiliária:** proposta de criação de um circuito educacional para a defesa e a valorização do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, RJ. Cadernos *PROARQ*, n. 42, 2023.

ANDRADE, Carla Borges de. **O meu corpo sou eu? - Narrativas de cadeirantes sobre a construção da imagem corporal.** (252f.). (Tese) Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Educação. Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32651>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ANDRADE, Carol. **20 de agosto – Edifício Oceania.** 365 motivos para amar Salvador, 20 ago. 2013. Disponível em: <https://365salvador.wordpress.com/2013/08/20/20-de-agosto-edificio-oceania/>. Acesso em: 25 set. 2025.

ARAUJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA):** o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão / Alessandra Oliveira Araújo. _ Salvador, 2006.

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. **Morro da Conceição, Rio:** uma proposta de preservação sem tombamento. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984.

BENTO GONÇALVES (RS). **Lei Municipal nº 5.871, de 24 de novembro de 2014.** Dispõe sobre a publicidade e propaganda no perímetro urbano do município de Bento Gonçalves e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.camarabento.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/15860/15860_texto_integral.pdf. Acesso em: 30 de jan. 2025.

BITTAR, William. **Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940).** DOCOMOMO BRASIL. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/William%20Bittar.pdf>>. Acesso em: 10 mar. De 2025.

BRASIL. **Constituição Federal. 1988.** Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

BRUNO, Ana Paula. **Desenvolvimento urbano: o contexto de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** Novembro de 2020, p.15 – 20.

CARDOSO, Maria Ângela Barreiros; KAHTOUNI, Saide. **Incursões por paisagens Art Déco: conexões São Paulo-Bahia.** In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 4.; SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS LAC, 2020.

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os aglomerados subnormais de Feira de Santana/** René Becker Almeida Carmo. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2016, p.47 – 211.

CASTRO, Elizabeth Amorim de; SANTOS, Maria da Graça Rodrigues dos. **O valor do patrimônio como iniciativa de salvaguarda:** políticas de preservação em Curitiba: fundamentos e práticas (parte 1). *Vitruvius*, 2022. Disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.253/8128>. Acesso em: 20 de out. 2024.

CAVALCANTI, Lauro. **O cidadão moderno.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 107–115, 1996.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio.** Tradução de Teresa Castro. Revisão de Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 106-240.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul./dez. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. **O art déco na arquitetura brasileira.** Dossiê Art Déco – Revista UFG, v. XII, n. 8, jul. 2010.

COSTA, Eduardo A. G. **A Semana de Urbanismo de 1935 em Salvador.** Minha Cidade, São Paulo, ano 16, n. 182.03, Vitruvius, set. 2015. Disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.182/5689>. Acesso em: 10 set. 2025.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Art Déco e publicidade: a descaracterização do patrimônio moderno de Passo Fundo/RS.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – IMED, Passo Fundo, 2020.

DUQUEVIZ, Beatris Camila. A Rurbanização como Política Social em Gilberto Freyre. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006, p. 57 – 89.

ERECHIM (RS). Lei Ordinária Municipal nº 6.093, de 22 de dezembro de 2015. Regulamenta a instalação de anúncios em prédios e veículos e estabelece padrão de cores nos edifícios históricos do município de Erechim. Disponível em: <https://sapl.erechim.rs.leg.br/ta/514/text?>. Acesso em: 30 de jan. de 2025.

FARIAS, Fernanda de Castro. **As expressões da modernidade no Brasil:** o lugar da arquitetura associada ao termo art déco / Fernanda de Castro Farias. - João Pessoa, 2018. 277 f. : il. Tese (Doutorado) - UFPB/Tecnologia.

FEIRA DE SANTANA (BA). Lei nº 25, de 13 de maio de 1937. Autoriza o prefeito a desapropriar casas em condições precárias para melhoria urbana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Feira de Santana, 13 maio 1937.

FEIRA DE SANTANA (BA). Lei nº 631, de 30 de julho de 1969. Institui o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, o zoneamento da cidade e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Feira de Santana, 30 jul. 1969.

FEIRA DE SANTANA (BA). Lei nº 632, de 09 de agosto de 1969. Institui o Código de Edificações do Município. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Feira de Santana, 09 ago. 1969.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo. **A metamorfose da feira nordestina :** a inserção da confecção popular / Luiz Antonio Araújo Gonçalves. -- São Paulo : Blucher/Edições UVA, 2019. 248 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2^a ed. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

BRASIL- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas.** Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, outubro de 1931. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

IPHAN. **Carta de Veneza.** II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Brasília: IPHAN, 1964. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001, p. 11 – 33.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. 600 p. 20-40.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, itinerários e imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960).** 2014. (168 f.). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna e brasileira:** o constructo de Lucio Costa como sustentação (1). Vitruvius – Arquitextos, São Paulo, ano 06, n. 063.07, set. 2005. Disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/437>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

MARINHO, Silvino. **O culto moderno dos monumentos modernos:** conflitos entre valores na conservação da arquitetura moderna: o Sanatorium Zonnestraal. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 13., 2019, Salvador. Anais. Salvador: Docomomo Brasil, 2019. Teorias e práticas de intervenção no moderno.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história – interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MENDONÇA, Dafne Marques de. **Arquitetura do Movimento Moderno enquanto estratégia de redesenho nas cidades brasileiras: possibilidades e limitações.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. *Anais*. Brasília: [Docomomo Brasil], 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **O campo do Patrimônio Cultural: Uma revisão de Premissas.** Anais. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Vol. 1, 2012, p. 1-15.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **Caminhos históricos da Feira de Feira de Santana: origens e secularidades.** SITIENTIBUS, Feira de Santana, n. 10, p. 185-198, jul./dez. 1992.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **Projeto memória da feira livre de Feira de Santana: outras palavras.** SITIENTIBUS, Feira de Santana, n. 14, p. 205-215, jul./dez. 1996.

NERY, Bárbara Karolynne de Souza. **Feira de Santana: o redesenho e a (re)construção da imagem da cidade no Projeto “Novo Centro” (2020-2022)** / Bárbara Karolynne de Souza Nery. - 2023. 151f.: il. Orientadora: Lívia Dias de Azevedo Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **“Canções da cidade amanhecente”: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960.** 2011. 263 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2011, p. 35- 98.

OLIVEIRA, Sidiney de Araujo. **Desenhando a ideia de uma “avenida feliz”:** imagens das histórias e memórias da Avenida Senhor dos Passos. / Sidiney de Araujo Oliveira. – Feira de Santana, 2010. 190 f.: il. Orientadora: Lysie Reis Oliveira Coorientadora: Nádia Virgínia Barbosa Carneiro Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010, p. 46 – 70.

PAIVA, Ricardo Alexandre; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Dinâmica imobiliária e preservação da arquitetura moderna em Fortaleza: o passado, o presente e o futuro em questão.** *Vitruvius – Arquitextos*, v. 19, n. 223.02, dez. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.223/7243>. Acesso em:

06 fev. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano.** Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 10-17, jul./dez. 2005. Editora da UFPEL.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto.** Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 1–12, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>. Acesso em: 3 de jan. de 2025.

RAMOS, A. C. T.; MEDEIROS, R. P. de; BARTHEL, S. G. A. **O Art Déco na Cidade de Recife, Pernambuco.** Fumdhamentos (2014), vol. XI, p. 100-113.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica.** Lisboa: Center of Research in Anthropology, 2012, p.1 -8.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97–105, 1996.

SANTAELLA, Lucia. **Como eu ensino:** leitura de imagens. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012. Cap. 1.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940-2010).** 2012. 275 f. Il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 110 – 154.

SANTO, Sandra Medeiros; SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig; FERNANDES, Rosali Braga. **Planejamento Urbano de Feira de Santana (BA): Comparação entre os Planos Diretores de 1968 E 2000.** Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL: Costa Rica, 2011.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Nasce a Academia SPHAN.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77–88, 1996.

SOUZA, Camila Ferreira de. **Golpe de Estado e planejamento em Feira de Santana, Bahia, Brasil (1964-1967).** Revista Eletrônica Trilhas da História, v. 13, n. 25, 2023.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de; THOMPSON, Analucia. **A educação patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural.** Políticas Culturais em Revista, v. 8, 2015, p. 135-170. ISSN 1983-3717.